NÚCLEO DE APOIO À PESQUISA EM ETIMOLOGIA E HISTÓRIA DA LÍNGUA PORTUGUESA

MENÇÕES AO “PAU-BRASIL” DO VELHO E DO NOVO MUNDOS EM FONTES PORTUGUESAS DOS SÉCULOS XV, XVI e XVII



NEHiLP

Catalogação na Publicação (CIP)
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

P213 Papavero, Nelson.
Menções ao "Pau-Brasil" do Velho e do Novo Mundos em Fontes Portuguesas dos Séculos XV, XVI e XVII [livro eletrônico] / Nelson Papavero ; [coordenador da série monográfica]: Mário Eduardo Viaro. -- São Paulo : NEHiLP/FFLCH/USP, 2016.
16.366 Kb ; PDF. -- (Arquivos do NEHiLP, ISSN 2318-2032 ; v.12)

Modo de acesso:
<http://www.usp.br/nehilp/arquivosdonehilp/NEHiLP_12.pdf>
ISBN 978-85-7506-280-7

1. Língua portuguesa. 2. Polissemia. 3. Sinonímia. 4. História do Brasil. I. Viaro, Mário Eduardo, *coord*. VII. Título. VIII. Série.
CDD 469.509

DOI 10.11606/9788575062807

Nelson Papavero
Museu de Zoologia, Universidade de São Paulo
Pesquisador Sênior do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

MENÇÕES AO "PAU-BRASIL" DO VELHO E DO NOVO MUNDOS EM FONTES PORTUGUESAS DOS SÉCULOS XV, XVI e XVII

FFLCH-USP
SÃO PAULO
2016

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

REITOR: Prof. Dr. Marco Antonio Zago
VICE-REITOR: Prof. Dr. Vahan Agopyan

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DIRETOR: Prof. Dr. Sérgio França Adorno de Abreu
VICE-DIRETOR: Prof. Dr. João Roberto Gomes de Faria

COMISSÃO ORGANIZADORA
COORDENAÇÃO GERAL: Mário Eduardo Viaro
PRODUÇÃO GRÁFICA: Heloisa Guimarães

ARQUIVOS DO NEHILP
Núcleo de apoio à pesquisa em Etimologia e História da Língua Portuguesa
www.usp.br/nehilp/arquivosdonehilp
arquivosdonehilp@usp.br

CONSELHO EDITORIAL:

Aldo Luiz Bizzocchi	Marco Dimas Gubitoso
Artur Costrino	Margarida Maria Taddoni Petter
Bruno Oliveira Maroneze	Mariana Giacomini Botta
Carlos Eduardo Mendes de Moraes	Maria Filomena Gonçalves
Clotilde de Almeida Azevedo Murakawa	Mário Eduardo Viaro
Daniel Kölligan	Martin Becker
Elis de Almeida Cardoso Caretta	Michael J. Ferreira
Érica Santos Soares de Freitas	Nelson Papavero
Federico Corriente	Nilsa Areán-García
Francisco da Silva Xavier	Paulo Chagas de Souza
Graça Maria Rio-Torto	Phablo Roberto Marchis Fachin
José Marcos Mariani de Macedo	Safa Alferd Abou Chahla Jubran
Joseni Alcântara de Oliveira	Sandra Aparecida Ferreira
Mamede Mustafa Jarouche	Sílvio de Almeida Toledo Neto
Maria Clara Paixão de Sousa	Solange Peixe Pinheiro de Carvalho
Manoel Mourivaldo Santiago Almeida	Valéria Gil Condé
Marcelo Módolo	Volker Noll

ISBN 978-85-7506-280-7
ISSN 2318-2032
DOI 10.11606/9788575062807

Arquivos do NEHiLP

Núcleo de apoio à pesquisa em Etimologia e História da Língua Portuguesa

www.nehilp.usp.br/arquivosdonehilp

Volume 12: 1-96, 2016

ISBN 978-85-7506-280-7
ISSN 2318-2032
DOI 10.11606/9788575062807

Nelson Papavero
Museu de Zoologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP
Pesquisador Sênior do Conselho Nacional de Desenvolvimento
Científico e Tecnológico (CNPq)

MENÇÕES AO "PAU-BRASIL" DO VELHO E DO NOVO MUNDOS EM FONTES PORTUGUESAS DOS SÉCULOS XV, XVI e XVII

Núcleo de apoio à pesquisa em Etimologia e História da Língua Portuguesa (NEHiLP)
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH)
Universidade de São Paulo (USP)
São Paulo
2016

RESUMO

O nome "brasil", em fontes de língua portuguesa, aplicado às espécies de *Caesalpinia* (Fabaceae) do Velho e do Novo Mundos ou à substância corante por elas produzida é polissêmico. Pode referir-se a quatro coisas diferentes (cujos *termini a quo* são os serguintes): (a) *Caesalpinia bonduc* – 1462, Afonso V de Portugal; (b) *Cesalpinia sappan* – 1499, Alvaro Velho e D. Manuel I de Portugal; (c) *Caesalpinia echinata* – 1502, Planisfério de Cantino; (d) a substância corante propriamente dita – 1618, Ambrósio Fernandes Brandão. São incluídos também os *termini a quo* e referências adicionais dos sinônimos e variantes desses itens. O período coberto estende-se do século XV ao XVII.

Palavras-chave: "Brasil", polissemia, *Cesalpinia* (Fabaceae), *termini a quo*, sinonímia, séculos XV–XVII.

ABSTRACT

The name "brazil", in Portuguese language sources, as applied to the species of *Caesalpinia* (Fabaceae) from the Old and the New Worlds or to the dyeing substance proper produced by them, is polysemic. It may refer to four different things (whose *termini a quo* are the folowing): (a) *Caesalpinia bonduc* – 1462, Afonso V de Portugal; (b) *Cesalpinia sappan* – 1499, Alvaro Velho and D. Manuel I de Portugal; (c) *Caesalpinia echinata* – 1502, Cantino's Planisphere; (d) the dyeing substance proper – 1618, Ambrósio Fernandes Brandão. The *termini a quo* and further references to the synonyms or variants of those items are also included. The period covered is from the 15th to 17th centuries.

Keywords: "Brazil", polysemy, *Caesalpinia* (Fabaceae), *termini a quo*, synonymy, 15th to 17th centuries.

SUMÁRIO

1. O "pau-brasil" do Velho Mundo

1.1. Possível referência a *Caesalpinia bonduc* (Linnaeus) Roxburgh, 1832

1.1.1. 1462 – [tintas do] BRAZIL – Afonso V de Portugal 9

1.2. Referências a *Caesalpinia sappan* Linnaeus, 1753 (Fabaceae), do Sudeste da Ásia e Indonésia

1.2.1. 1499? – BRASYLL, BRASILL - Alvaro Velho 11
1.2.2. 1499 – BRASIL – D. Manuel I 16
1.2.3. 1500-1501 - Relação do piloto anônimo [original perdido] 16
1.2.4. 1502-1503 – Tomé Lopes [original perdido] 20
1.2.5. 1517-1518 – BRASIL - Duarte Barbosa 21
1.2.6. 1554 – BRAZIL – Antonio Nunez 22
1.2.7. 1563 – BRASIL – Garcia d'Orta 23
1.2.8. 1614 – BRASIL - Fernão Mendes Pinto 26

2. Referências a *Caesalpinia echinata* Lamarck, 1789 (Fabaceae), da Mata Atlântica brasileira (Rio de Janeiro ao Rio Grande do Norte)

Considerações preliminares 30
2.1. 1502 - "RIO DE BRASIL" - Planisfério de Cantino — a primeira citação do pau-brasil do Brasil na cartografia 38
2.2. 1505-1508 – BRAZIL - Duarte Pacheco Pereira, o Grande – a primeira citação do pau-brasil do Brasil num texto 46
2.3. 1511 – BRAZYLL – Duarte Fernandes 49
2.4. 1512 (1º. de abril) – BRASYLL – Afonso de Albuquerque 51
2.5. 1528 – PAOS DO BRASYLL, PAOS DE BRASYLL - A tradução da carta do rei da França, François I 53
2.6. 1530 – BRASILL, BRAZYLL – Cartas de D. João III de Portugal, outorgando poderes a Martim Afonso de Souza 53
2.7. 1534 (5 de abril) – BRAZIL, BRAZILL – Carta de doação da Capitania da Bahia a Francisco Pereira Coutinho 54
2.8. 1534 (6 de agosto) – PÁO BRASIL – Foral da Capitania da Bahia e Cidade do Salvador 54
2.9. 1534 (28 de setembro) – PAAO DO BRASYLL – Foral de Duarte Coelho (dado por D. João III).....55
2.10. 1546 – BRASIL – Pedro de Campos Tourinho 55
2.11. 1546. BRASYLL - Carta de Duarte Coelho de 20 de dezembro de 1546.....55
2.12. 1549 – BRASYLL - Carta de Duarte Coelho (14 de abril de 1549).....56
2.13. 1552 – PAO BRASIL – João de Barros 57
2.14. 1554 – BRASIL – Fernão Lopes de Castanheda 59
2.15. 1555 – BRAZYLL – Francisco Portocarrero (Carta de 20 de abril de 1555)... 60
2.16. 1566 – BRASIL – Damião de Goes 60
2.17. 1576 – PAO BRASIL – Pero de Magalhães de Gândavo 62
2.18. 1597 – PÁO BRAZIL - Gabriel Soares de Souza 63

2.19. 1605 (5 de janeiro) – PÁO BRAZIL – Filipe II de Portugal (Filipe III de Espanha) 66
2.20. 1605 (12 de dezembro) – PÁO BRASIL – Regimento do pau-brasil de Filipe II de Portugal (Filipe III de Espanha) 67
2.21. 1618 (21 de setembro) – PAO DO BRASIL – Symão Estacio da Sylveira...69
2.22. 1618 – PÁO DO BRAZIL – Ambrósio Fernandes Brandão 70
2.23. 1658 – PÁOS BRÀZIS - Simam de Vasconcellos 72
2.24. 1663 – BRASIL, PAOS BRASIS, PAOS BRASÍS, BRASÎS – Simam de Vasconcellos 72
2.25. 1668 – BRASIL, PAO BRASIL, PAOS BRASIS – Simam de Vasconcellos 73
2.26. 1672 – PAO BRASIL – Simam de Vasconcellos 74

3. As designações "pau de tinta", "pau vermelho" e "pao que tinge panos" para *Caesalpinia echinata*

3.1. 1576 - PÁO DA TINTA, PÁO DE TINTA – Gândavo 75
3.2. 1552 – PÁO VERMELHO, PÁO QUE TINGE PANOS – João de Barros....75
3.3. 1566 – PAO VERMELHO – Pedro de Goes 75
3.4. 1572 – PAO VERMELHO – Luís de Camões (1572) 76
3.5. 1587 – PÁO DE TINTA – Gabriel Soares de Souza 76
3.6. 1594 – PAO VERMELHO, PAO QUE TINGE PANOS – Pedro Mariz 78
3.7. 1612 (10 de julho, Madri) – PAO VERMELHO DO BRASIL – Filipe II de Portugal (Filipe III de Espanha] 79

4. "Brasil" como nome do *corante* extraído do pau-brasil 80

Apêndice I. As "três espécies" de pau-brasil, segundo a *Corografia Brazilica* do Pe. Ayres de Casal (1817: 105-106) 81

Apêndice II. Documentos relativos ao pau-brasil das capitanias do Brasil (séculos XVII e XVIII) existentes no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa 82

Referências 90

1. O "PAU-BRASIL" DO VELHO MUNDO

1.1. Possível referência a *Caesalpinia bonduc*[1] (Linnaeus) Roxburgh, 1832

1.1.1. 1462 – [tintas do] BRAZIL – Afonso V de Portugal

Afonso V de Portugal [Figura 1] (Sintra, 15 de janeiro de 1432 - Sintra, 28 de agosto de 1481), foi o décimo-segundo Rei de Portugal, cognominado *o Africano* pelas conquistas no Norte de África. Filho do rei D. Duarte, sucedeu-o em 1438 com apenas seis anos. Por ordem paterna a regência foi atribuída a sua mãe, D. Leonor de Aragão, mas passaria para o seu tio D. Pedro, Duque de Coimbra, que procurou concentrar o poder no rei em detrimento da aristocracia e concluiu uma revisão na legislação conhecida como Ordenações Afonsinas. Em 1448, D. Afonso V assumiu o governo, anulando os editais aprovados durante a regência. Com o apoio do tio homônimo D. Afonso I, Duque de Bragança, declarou D. Pedro inimigo do reino, derrotando-o na batalha de Alfarrobeira.



Figura 1. Dom Afonso V na conquista de Arzila.

A atenção de D. Afonso V concentrou-se na expansão no Norte de África, iniciada por seu avô D. João I em 1415, com a conquista de Ceuta. Em 1453, dá-se a queda de Constantinopla e o papa Calisto III, em 1456, apela a uma cruzada, a que D. Afonso V responde preparando um grande exército. Mas, frustrada esta missão, D. Afonso V retoma a campanha no Norte de

[1] Espécie pantropical; foi assinalada em São Tomé e Príncipe (Figueiredo, Paiva, Stévart, Oliveira & Smith, 2011).

África. O exército real conquistou, nas campanhas que valeram a D. Afonso o cognome de o *Africano*, Alcácer Ceguer (1458), Anafé [atual Casablanca] (1464) e Arzila (1471); com a tomada desta praça caíram também nas mãos dos Portugueses as praças de Tânger e Larache.

As guerras para a conquista da "Guiné" foram historiadas por Eannes de Azurara (1861).

Em 1475, na sequência de uma crise dinástica, D. Afonso V casou com a sobrinha D. Joana de Trastâmara, assumindo pretensões ao trono de Castela, que invadiu. Após não obter uma clara vitória na Batalha de Toro, com sintomas de depressão, D. Afonso abdicou da coroa para o filho, D. João II de Portugal, falecendo em 1481.

Do ponto de vista administrativo, D. Afonso foi um rei ausente, pouco preocupado com o desenvolvimento do comércio e a administração do Reino.

Em Corrêa da Serra (1793: 458-459) consta a seguinte carta de Afonso V:

N. 19. *Carta que paſou ſobre a defeſa da eſpeciaria, pedras, e alicornes &c. da terra de Guinee de como ſe nam reſguatem, nem traguam per peſoa algũa, ſem licença eſpicial d'ElRey, em que delas faça expreſa mençam, ſem embarguo de privilegios paſados nem por vyr.*

DOm Afonſo &c. A quamtos eſta noſa Carta virem fazemos ſaber, que em os Regimentos amtiguos que polo Iffante Dom Anrrique meu Tio, que Deos aja, ſe davam aas caravelas, e navios, que per ſuas liceenças aos trautos e terras de Guinee hiam reſgatar, eram ſempre reſervados gatos d'algualea, malagueta, e toda outra eſpeciaria, e alicornes pera elc que nenhũa outra nimgũa peſoa, poſto que licença, e luguar ſeu pera os ditos trautos, e terra teveſe cada huũa das ditas couſas podeſe reſguatar ſob certa pena; e por quamto per inavertencia de noſos oficiaes, e por eſtas ditas couſas ainda nam ſerem deſcubertas nem achadas, ſe leixaram de eiceitar, e reſervar pera nós nos previlegios, e licemças que ſe per nos deram, e davam pera os ditos trautos, e terras de Guinee, avemdo nos ora fumdamento no fuſo dito, e ſimtindo aſy por noſo ſerviço, proll de noſos Reinnos, e boa ordem, e aviamento dos ditos noſos trautos de Guinne, detriminamos, declaramos, mandamos, e defemdemos, que em privilegio, ou licença alguũa que atee ora tenhamos dada, nem daquy em diante dermos a quaeſquer luguares, ou peſoas particulares de qualquer eſtado, e comdiçam que ſejam, pera em os ditos trautos, e terras noſas de Guinee poderem reſguatar, ſe nam emtendam as dytas couſas, nem cada huũa delas; a ſaber, guatos d'algallea, mallagueta, e toda outra eſpeciaria, e alicornes, que pera nós ſoomente reſervamos, e qualquer que deſpois da feitura, e pobricaçam deſta dita noſa Carta de decraraçaõ, detriminaçam, e defeſa, cada hũa deſtas couſas reſguatar ou trouxer, poſto que pe-

ra os ditos trautos , ou terras de Guinee tenlia privilegio, ou licença nosa , ou adiante a aja se em tal pryvilegio , ou licença expresamente nom declarar as sobredytas cousas , e as ele resguatar ou trouxer , perca pera nós o navio ; ou navios em que for , e cada hũa das ditas cousas que resgatar, ou trouxer com todalas mercadarias que levar , e de la trouver , e todolos beẽs que tever asy movees como de raiz : e outro sy detriminamos , e defendemos , e mandamos que per a sobredita maneira nam posam resgatar pedras preciosas, nem tintas do Brazil , ou alacar , que daquy em diante sejam achadas , ou descubertas sob a dita pena , por quanto per Letrados nosos he detriminado , que quaesquer privilegios , e licenças que tenhamos dadas , se nom devem nem podem estender , senam aqueles trautos , mercadarias , e cousas que aa feitura dos taaes privilegios , ou licenças eram achadas , e descubertas , e allguũas outras nam : e em testemunho , firmeza , e declaraçam delo , mandamos sfer feita esta nosa Carta. Dada &c.

1.2. Referências a *Caesalpinia sappan* Linnaeus, 1753 (Fabaceae), do Sudeste da Ásia e Indonésia

1.2.1. 1499? – BRASYLL, BRASILL - Alvaro Velho

O manuscrito 480 da Biblioteca Pública do Porto, do início do século XVI, é a única cópia conhecida de um relato que se acredita ter sido escrito a bordo durante a primeira viagem marítima de Vasco da Gama à Índia. O texto original, que foi perdido, é muitas vezes atribuído a Álvaro Velho, que acompanhou Vasco da Gama à Índia em 1497-1499, mas que não voltou para Portugal com a expedição, permanecendo por oito anos (1499-1507) em Gâmbia e Guiné.

Com uma letra de mão diferente, novos títulos foram adicionados, como *Relação do descobrimento da Índia por Vasco da Gama*, na folha de guarda inicial [Figura 2] e *Descobrimento da Índia por Vasco da Gama*, na folha 1 [Figuras 3-4].

O manuscrito permaneceu durante séculos nas coleções do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra. Em 1834 foi transferido para a Biblioteca Pública Municipal do Porto.

À p. 93 desse manuscrito, no terceiro parágrafo, falando de "Tenacar", disse Alvaro Velho [Figura 5]:

"**nesta trr^{a} ham^{to} brasyll**".

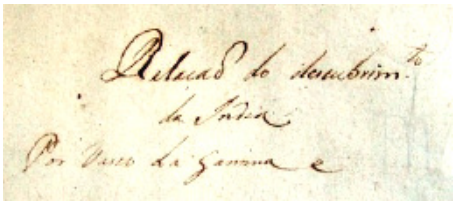


Figura 2. Detalhe da folha de guarda inicial do MS 840 da Biblioteca Pública Municipal do Porto.

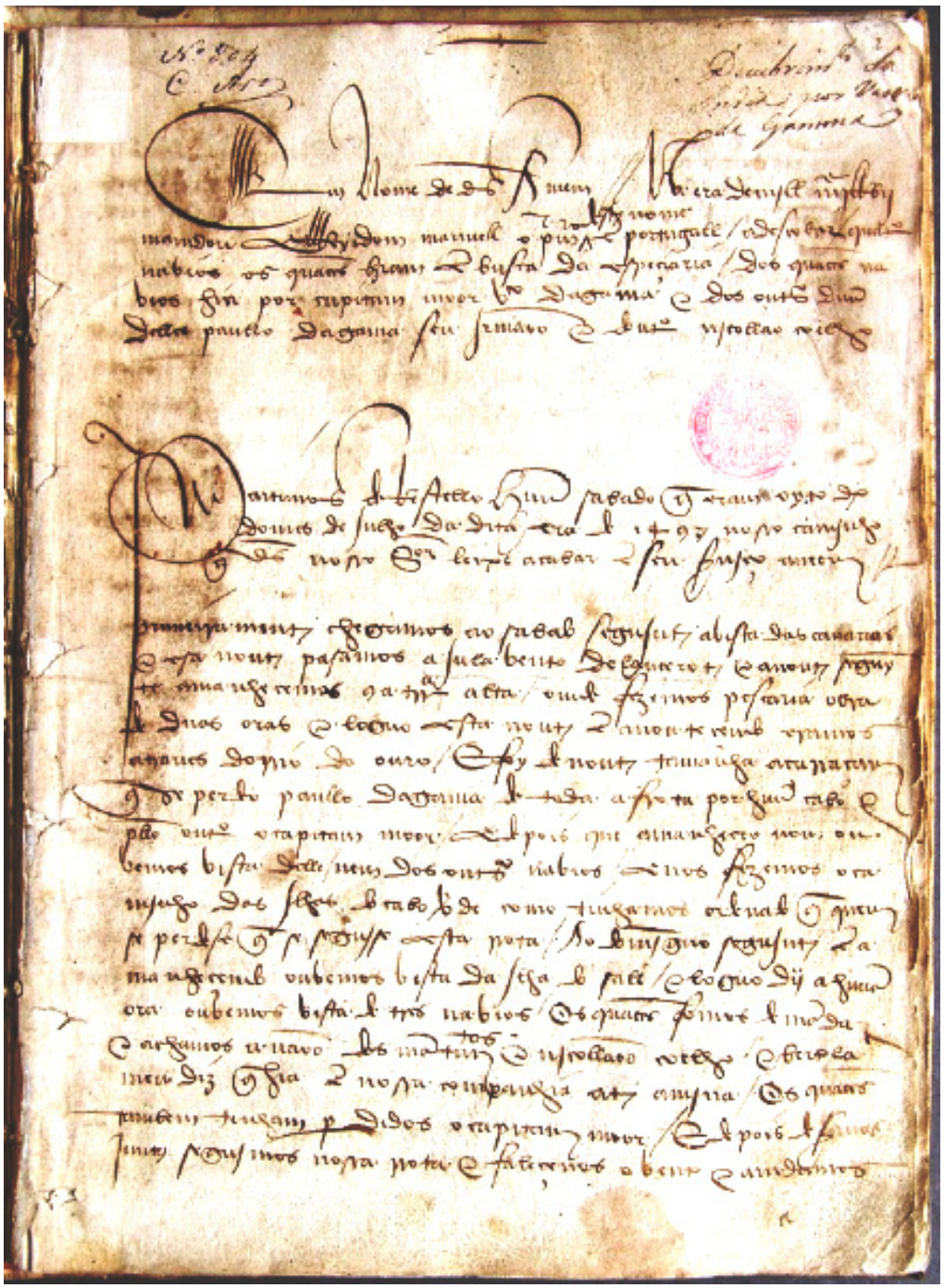


Figura 3. Página 1 do MS. 840 da Biblioteca Pùblica Municipal do Porto.



Figura 4. Detalhe da parte superior da página 1 do MS 804 da Biblioteca Pública Municipal do Porto, mostrando o título acrescentado no canto direito.

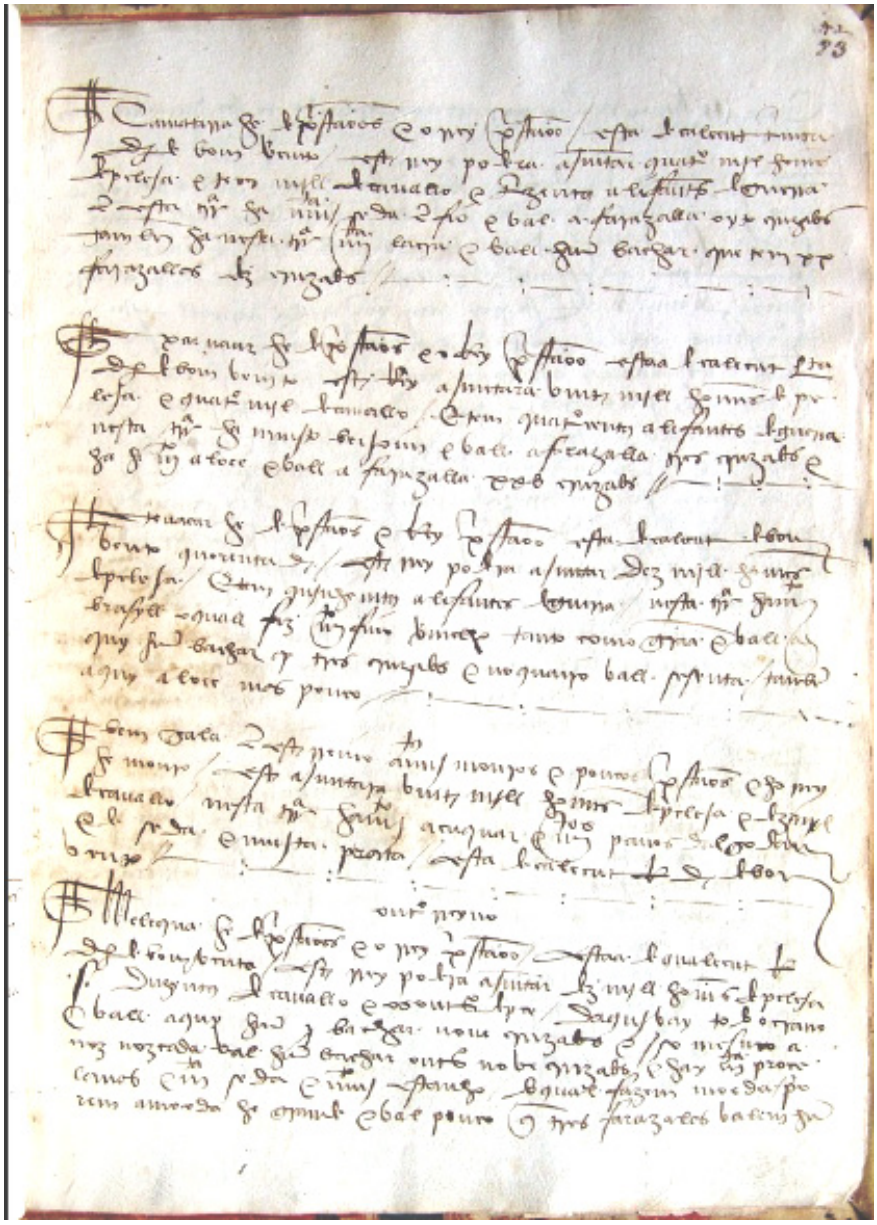


Figura 5. Página 93 do MS. 840 da Biblioteca Pública Municipal do Porto. O terceiro parágrafo trata de Tenacar; a menção ao "brasyll" está abaixo, em detalhe.

Na lista dos preços de venda das especiarias em Alexandria, aparece a grafia ***brasill*** [Figura 6]:

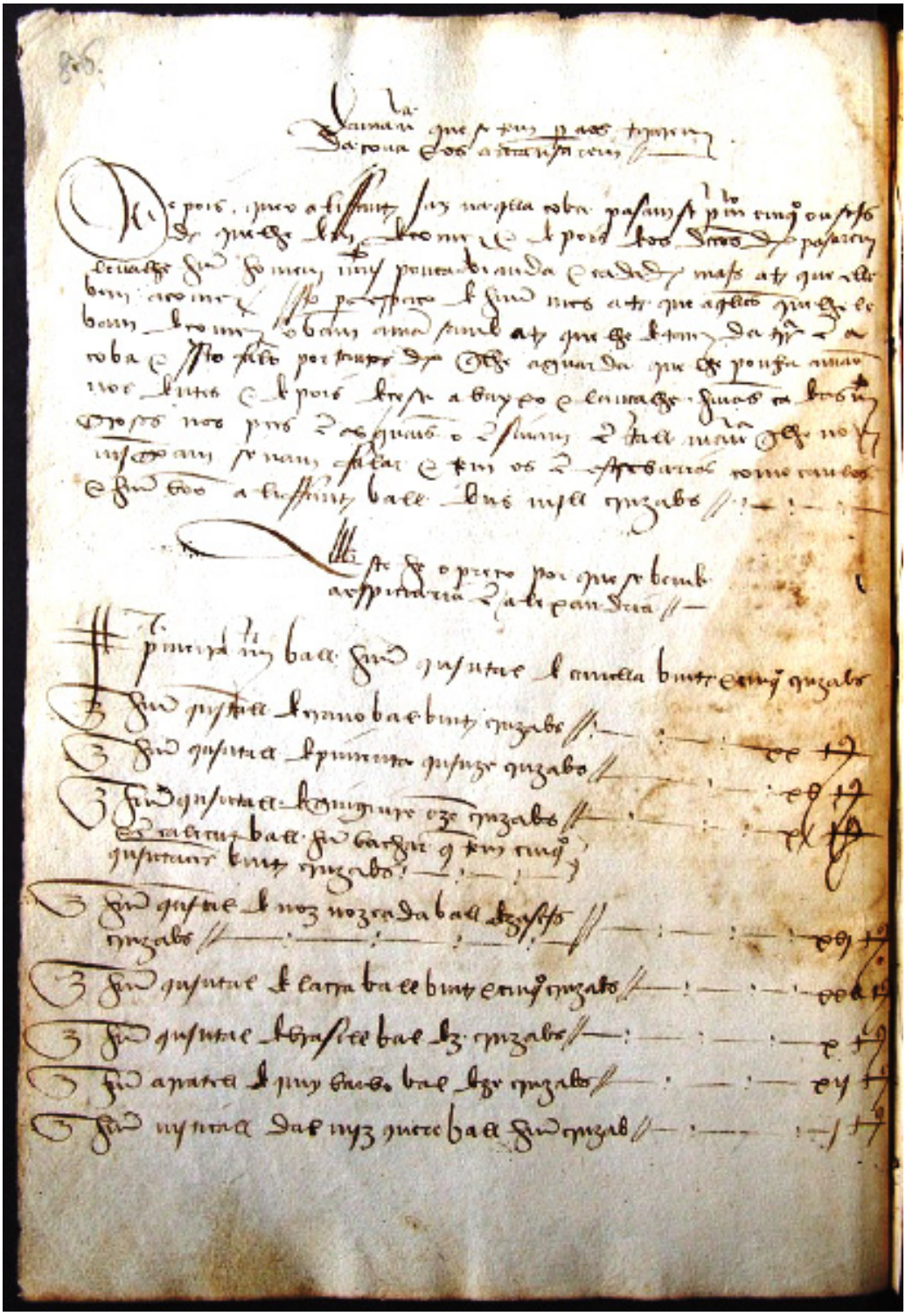


Figura 6. Lista dos preços das especiarias em Alexandria, no MS 840 da Biblioteca Pública Municipal do Porto.

O MS 840 só seria publicado por Kopke & Paiva (1838). À p. 110 dessa obra lê-se:

Tenacar he de christãos e *o* rey christão: está de Calecut de bom vento quorenta dias. Este rrey poderá ajuntar dez mill homens de peleja, e tem quinhemtos alifantes de guerra: nesta terra ha muito brasyll, o quall faz muito fino vermelho, tanto como grãa, e vall aquy hum bachar tres cruzados, e no Quayro vall sesenta: tambem aquy *ha* aloee, mas pouco.

Às pp. 174 e 175, acrescentaram Kopke & Paiva a seguinte nota, referente a "Tenacar":

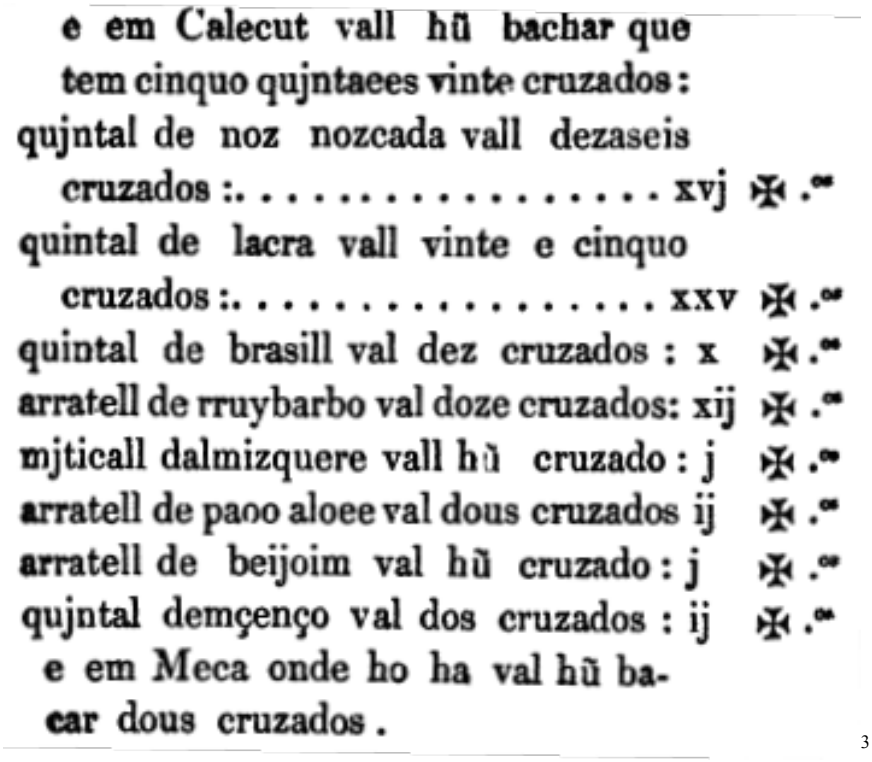
"Parece Tenacerim, reino que formou parte de Siào, ou delle dependeu antigamente, situado na costa occidental da Peninsula alem do Ganges , e cuja capital, do mesmo nome, jazia entre as cidades a que Barros chama Megui e Cholom, hoje Merguim e Junkseyton. Depois das revoluções sobrevindas no meado do seculo 18, Tenacerim ficou pertencendo ao imperio dos Birman (os Bramas ou Bromas de Mendes Pinto e Barros) e Sião, segundo Maltebrun só possue agora um breve pedaço de costa alem desta cidade, para a banda de Malaca , onde se encontra o porto de Junçalão. O viajante Nicolau de Veneza, cuja perigrinação inserio Poggio no livro da Variedade da Fortuna[2], e que se encontra juncta á traducção Portuguesa de Marco Polo, impressa em Lisboa em 1502, é o unico (por nós conhecido) que faz menção especial da grande abundancia de pau brasil no reino de Tenacerim. Ladoubere, o Padre Gervais, Turpin, e os nossos historiadores nada particularisão acerca deste paiz, e o mesmo Barthema que tanto se demora em descrevelo não falla do pau brasil. Sobre a pequena producção do aloés ou aguila em Tenacerim, que neste logar se menciona, consulte-se Garcia da Orta, e o Padre Loureiro na Memoria sobre o pau d'aguila".

E nas pp. 115-116 consta:

Este he o preço porque se vende a especiaria em Alexandria.

Primeiramente vall huũ qujntal de canella
vinte e cinquo cruzados: . . . . . xxv ✠ .os
Huũ quintall de cravo val vinte cruzados: xx ✠ .os
qujntall de pimenta qujnze cruzados: xv ✠ .os
qujntall de gingivre onze cruzados: xi ✠ .os

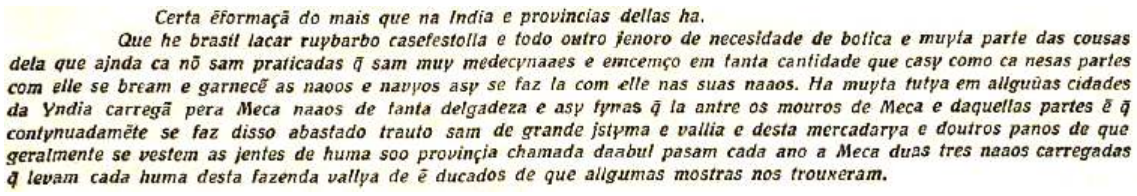
[2] Referência a Poggio Bracciolini, que compôs, entre 1431 e 1448, as *Historiae de varietate fortunae libri quatuor.* Na edição setecentista (Poggio Bracciolini, 1723: 131) lê-se: "Relictâ Taprobane ad urbem Thenasserim supra ostium fluvii eodem nomen vocitati, diebus XVI. tempestate actus est. Quae regio & elephantis & *Verzano* abundat".


e em Calecut vall hũ bachar que
tem cinquo qujntaees vinte cruzados:
qujntal de noz nozcada vall dezaseis
cruzados :. . . . . xvj ✠ .ºs
quintal de lacra vall vinte e cinquo
cruzados :. . . . . xxv ✠ .ºs
quintal de brasill val dez cruzados : x ✠ .ºs
arratell de rruybarbo val doze cruzados: xij ✠ .ºs
mjticall dalmizquere vall hũ cruzado : j ✠ .ºs
arratell de paoo aloee val dous cruzados ij ✠ .ºs
arratell de beijoim val hũ cruzado : j ✠ .ºs
qujntal demçenço val dos cruzados : ij ✠ .ºs
e em Meca onde ho ha val hũ ba-
car dous cruzados .

[3]

1.2.2. 1499 – BRASIL – D. Manuel I - Carta enviada para Roma ao Cardeal Protetor, acompanhando outra em que noticiou ao Papa a descoberta do caminho para a Índia e dando-lhe minuciosas informações a respeito daquela região

Baião (1923: 337) trascreveu o seguinte trecho dessa carta:


Certa ẽformaçã do mais que na India e provincias dellas ha.

Que he brasil lacar ruybarbo casefestolla e todo outro jenoro de necesidade de botica e muyta parte das cousas dela que ajnda ca nõ sam praticadas q̃ sam muy medecynaaes e emcemço em tanta cantidade que casy como ca nesas partes com elle se bream e garnecẽ as naaos e navyos asy se faz la com elle nas suas naaos. Ha muyta tutya em alguũas cidades da Yndia carregã pera Meca naaos de tanta delgadeza e asy fynas q̃ la antre os mouros de Meca e daquellas partes ẽ q̃ contynuadamẽte se faz disso abastado trauto sam de grande jstyma e vallia e desta mercadarya e doutros panos de que geralmente se vestem as jentes de huma soo provinçia chamada daabul pasam cada ano a Meca duas tres naaos carregadas q̃ levam cada huma desta fazenda vallya de ẽ ducados de que alligumas mostras nos trouxeram.

1.2.3. 1500-1501 - Relação do piloto anônimo [MS original perdido]

Composta de 1500 a 1501, é, ao lado das cartas de Pero Vaz de Caminha e de Mestre João, um dos três testemunhos diretos do descobrimento do Brasil.

Da *Relação*, originalmente escrita em português, nunca se achou o paradeiro. Foi publicada em italiano na coletânea de viagens organizada por Fracanzano da Montalboddo e intitulada: *Paesi Novamente Retrovati et Novo Mondo de Alberico Vesputio Florentino Intitulato* [Figura 7] (Vicenza, La impensa de M[a]g[ist]ro Henrico Vicentino 1507, fólios 58r a 77v, capítulos LXII a LXXXIII, do *Libro secundo* e do *Libro terzo*).

Montalboddo referiu-se ao pau-brasil como *uerzin* [Figura 8] e assim jamais saberemos como o nome foi originalmente escrito pelo "piloto anônimo").

[3] Cf. Figura 5 acima.

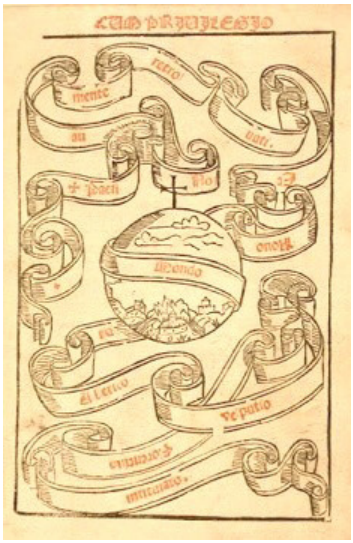


Figura 7. Portada do livro de Montalboddo (1507) *Paesi novamente retrovati*.

¶ De li mercatãti & el uiazo dele ſpecie al Cairo i Alexandria. c.lxxvi.

Cci altri mercadãti ch̃ ſe chiamano zetieties d̃ una e altra ꝓuincia: ſõno aſſai Idolatri e grandi mercadanti di zoie e di perle e di oro e di arzento ſõno hoĩ piu ni grituãno nudi & portão le toghe piccole e de baſto le toghe portano chaualiere come di coda di boue e di chaual!o q̃ſta gẽte ſõno li mazori icãtatori ch̃ ſião al mõdo che ognidi parlano col diauolo iuiſibilmẽte ele moglieri di q̃ſti ſõno molto corrote i luxuria coſi come li naturali d̃ la terra:i q̃ſta citade ſõno mori di mecca:& diturchia e di babilonia e di ꝓſia e de molte altre ꝓuincie ſõno grãdi mercãti e richi hoĩ:li q̃li tẽgono di tute le mercãtie ch̃ uẽgão a q̃ſta citade di Calichut: cioe zoie di molte ſorte e de coſe molto rich̃ el muſchio ambra benzuĩ icenſo legno aloe riobarbaro e porzelane e garofoli chanella:uerzi: ſandali:laccha: noce muſchate:macis: tuto q̃ſto uien di fora ſe nõ zenzaro:& peuere tamarindi:& mirabolãi:e caſſia fiſtula:ch̃ tuto naſce i la terra di Calichut & alcuna ca nella ſaluatica.

Figura 8. Capítulo lxxvi do *Libro terzo* da obra *Paesi novamente retrovati* de Fracanzano de Montalboddo (1507).

Giovan Battista Ramusio (Treviso, 20 de Julho de 1485 - †Pádua, 10 de Julho de 1557) foi um cartógrafo italiano. Publicou *Delle navigatione et viaggi* [Figura 9], 3 vols. Veneza, 1550-1559, obra sobre as descobertas marítimas que é a segunda antologia mais importante do século XVI, após a de Fracanzano da Montalboddo. Foi o primeiro a atribuir a um piloto a autoria da relação (cujo significado aqui é o de "relato") mas é pouco provável que o autor desempenhasse esse ofício. A própria narrativa quase desautoriza a suposição, desprovida das

observações de natureza técnica comuns em diários escritos por pilotos de navio.

Alguns historiadores crêem que Giovanni Matteo Cretico, núncio em Lisboa, seria o autor, tendo compilado ou traduzido uma narrativa anônima, remetendo-a, em seguida, ao cronista de Veneza, Domenico Malipiero. Daí a edição italiana de 1507. Há restrições a essa suposição, pois o núncio não dominava a língua portuguesa, sendo-lhe impossível compilar ou traduzir um texto. Mais plausível é a hipótese de William Greenlee (1938), que, depois de promover cuidadoso levantamento dos homens alfabetizados que retornaram com a armada cabralina, asseverou ser o autor João de Sá, escrivão da armada.


PRIMO VOLVME

DELLE NAVIGATIONI ET VIAGGI

NEL QVAL SI CONTIENE

LA DESCRITTIONE DELL'AFRICA.

Et del paese del Prete Ianni, con uarii uiaggi, dal mar Rosso à Calicut, & insin all'Isole Molucche, doue nascono le Spetierie, Et la Navigatione attorno il mondo.

LI NOMI DE GLI AVTTORI, ET LE NAVIGATIONI, ET I VIAGGI PIV PARTICOLARMENTE SI MOSTRANO NEL FOGLIO SEGVENTE.

Con privilegio del Sommo Pontefice, & della Illustriss. Senato Venetiano.

IN VENETIA APPRESSO GLI HEREDI DI LVCANTONIO GIVNTI L'ANNO M D L.

Figura 9. Portada da edição de 1550 de Ramusio.

Incertezas à parte, a "Relação" é um documento importante para os que querem conhecer a empresa marítima de Cabral. No que se refere ao descobrimento, a narrativa pouco acrescenta à Carta de Pero Vaz de Caminha (da qual o autor, aliás, morreu em Calecute). Nada mais nos dá a conhecer sobre a viagem entre *Cabo Verde* e a costa do Brasil, sobre as características dos nativos ou sobre os primeiros contatos com eles. Limita-se a confirmar o que, de forma mais colorida, descrevem as outras duas testemunhas do acontecimento.

O interessante do relato é continuar com a armada de Pedro Álvares Cabral e narrar suas desventuras. Trata-se do único testemunho direto sobre a segunda viagem dos portugueses à costa da Índia, viagem importante para realizar o que Vasco da Gama não conseguira em 1497 e 1498: estabelecer relações comerciais permanentes com a cidade de Calicute e firmar presença na região. Cabral, quando retornou a Lisboa, foi recebido mais como o responsável por um desastre político e comercial do que como o audaz descobridor de uma rica e promissora terra.

Em Ramusio (1550b: 136v; também 1563: 126r) consta:

Sonui altri mercatanti cheſi chiamano Zetires di vn'altra prouincia, & ſono aſſai idolatri & grandi mercatanti di gioie, & di perle, & di oro, & dargento. ſono huomini piu negri, vanno nudi, & portano le tocche piccole, & di baſſo portano cauiglierie come di coda di bue & di cauallo. queſte genti ſono li maggiori incantatori, che ſiano al mondo, che ogni di parlano col diauolo inuiſibilmente. & le mogli di queſti ſono molto ſcorrette in luſſuria, coſi come le beſtie. In queſta città ſono Mori de la Mecha, & di turchia & di Babylonia, & di Perſia, & di molte altre prouincie. ſono gran mercatanti, & ricchi huomini, liquali tengono di tutte le mercantie che vengono à queſta città di Calicut, cioè gioie di molte ſorti, & di tocche molto ricche: hanno muſchio, ambracan, & belzui, incenſo, legno aloe, riobarbaro, porcellane, garofali, cannella. verzino, ſandali, lacca, noci muſchiate, macis. tutto queſto vien d'altre parti dal zenzero, & peuere, tamarindi, mirabolani, & caſiafiſtula in fuora, che tutto naſce nella terra di Calicut, & alcuna cannella ſaluatica. queſti mori ſono tanto potenti & ricchi, che quaſi comandano à tutta la terra di Calicut.

A primeira versão da *Relação* em português data de 1812 (Academia Real das Sciencias, 1812). Trata-se de uma retroversão, vinda a público na "Coleção de Notícias para a História e Geografia das Nações Ultramarinas". Baseia-se na versão italiana publicada por Giovan Battista Ramusio, em 1550.

Na retroversão da Academia Real das Sciencias de Lisboa (1812b: 174-175):

CAPITULO XV.

De outra casta de mercadores chamados Zetires, e dos seus uzos.

HA tambem outros mercadores de outra Provincia, chamados Zetires, os quaes são Idolatras, e grandes contratadores de joias, de pérolas, de ouro, e de prata. São mais negros, andão nus, e trazem toucados mais pequenos, e os cabellos metidos por baixo em huma especie de bolsas compridas, que parecem caudas de boi, ou de cavallo. Estes homens são os maiores encantadores do mundo, fallão todos os dias invisivelmente com o Demonio; e as suas mulheres são muito luxuriosas. Nesta Cidade ha tambem Mouros de Meca, de Turquia, de Babilonia, de Persia, e de muitas outras Provincias. São mercadores grandes e ricos, que tem de todas as mercancias, que aqui vão; isto he, joias de muitas qualidades, sedas de ouro e prata muito ricas, almiscar, ambar, beijoim, encenso, páo aloes, ruibarbo, porçolana, cravo da India, canella, páo Brazil, sandalo, laca, noz noscada e massa (*a*), o que tudo vem de fóra: além da gengibre, pimenta, tamarindos, mirobalanos, e cassiafistula, que nascem mesmo em Calicut, juntamente com alguma canella silvestre. Estes Mouros são tão poderosos e ricos, que quasi são os que governão em todo Calicut.

1.2.4. 1502-1503 – Tomé Lopes

Tomé Lopes foi uma testemunha ocular da segunda viagem de Vasco da Gama à Índia, em 1502-1503. No início de 1502 foi contratado como escrivão de um navio pertencente a Ruy Mendes de Brito, cavalheiro da câmara real do rei D. Manuel I de Portugal, e capitaneado por um italiano, Giovanni Buonagratia (João de Buonagracia), originário de Florença. Este navio era um dos cinco de uma esquadra portuguesa sob o comando de Estêvão da Gama (primo de Vasco da Gama). A esquadra deixou Lisboa em 1º. de abril de 1502, com o propósito de alcançar e juntar-se à quarta armada portuguesa da Índia do almirante Vasco da Gama, que partira uns poucos meses antes (fevereiro de 1502). Segundo Lopes, sua esquadra alcançou a Armada principal a 21 de agosto de 1502, na ilha de Anjediva, ao largo da costa de Malabar na Índia.

Lopes e a Armada deixaram a Índia em fevereiro de 1503, iniciando sua navegação de volta a Portugal.

A versão original portuguesa de Tomé Lopes do relato da viagem está perdida. Uma tradução italiana foi pubicada por Giovanni Battista Ramusio, em 1550:

Ramusio (1550: 152v):

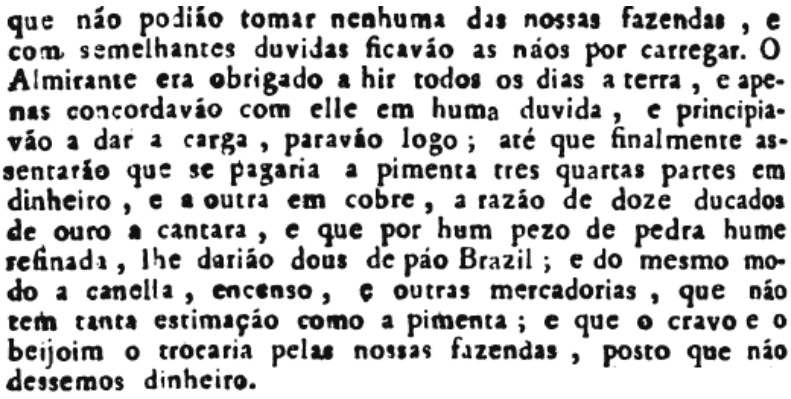
Et dipoi che l'Ammirãte,
& il Re di Cocchin si furono visitati, l'Ammirãte volendo accordare con lui il prezzo delle spetie, & delle mercantie nostre, li fece intendere, che li mercanti che haueuano in mano le spetie erano Mori. liquali desiderauano piu presto mandarcene scarichi, che darci carico. & ogni di hauean con esso noi mossa da loro qualche differentia. & quando domandauano piu, perle spetie, & quando diceuano che non voleuan pigliare nessuna delle nostre mercantie, & con queste cose che di nuouo ogni di domandauano, subito restauano di darci carico alle naui. & à questa causa faceuano andare ogni di l'Ammirante à terra. & come accordauano con lui vna cosa, ricominciauano à dar carico, & subito cessauano: di modo che finalmente l'Ammirante accordò con loro che li pagheria il pepe in questo modo, cioè, tre quarti in danari & il quarto in rami, a. 12. ducati doro il cantaro, & che per vn peso d'allume raffinato, ci dessino. 2. pesi di verzino. & che à questo medesimo ci darebbono cannelle & incenso, & altre mercantie, che non tengono in tanta stima, come il pepe, & garoffali, & benzui, à baratto di nostre mercantie, posto che con esse non dessimo contanti.

Uma tradução do italiano para o português foi publicada pela Academia Real das Sciencias de Lisboa (1812c). Às pp. 199-200 dessa tradução lê-se:

CAPITULO XX.

Como o Almirante se ajustou por fim com os Mouros a respeito da carga das especiarias, e como ElRei de Calicut mandou hum Bramine com seu filho ao Almirante, para fazer pazes e amizade com elle.

DEpois que o Almirante e ElRei de Cochim se visitárão, querendo tratar do preço das especiarias e das nossas mercadorias; fez-lhe entender que os mercadores que possuião estas especiarias erão Mouros, os quaes desejavão antes mandar-nos sem carga, do que com ella; e por isso cada dia tinhão comnosco hum a nova questão; dizendo humas vezes que querião maior preço, outras



que não podião tomar nenhuma das nossas fazendas, e com semelhantes duvidas ficavão as náos por carregar. O Almirante era obrigado a hir todos os dias a terra, e apenas concordavão com elle em huma duvida, e principiavão a dar a carga, paravão logo; até que finalmente assentarão que se pagaria a pimenta tres quartas partes em dinheiro, e a outra em cobre, a razão de doze ducados de ouro a cantara, e que por hum pezo de pedra hume refinada, lhe darião dous de páo Brazil; e do mesmo modo a canella, encenso, e outras mercadorias, que não tem tanta estimação como a pimenta; e que o cravo e o beijoim o trocaria pelas nossas fazendas, posto que não dessemos dinheiro.

1.2.5. 1517-1518 BRASIL -- Duarte Barbosa

Duarte Barbosa (Lisboa, ca. 1480 — Cebu, 1º. de maio de 1521) foi um viajante e navegador português. Serviu como oficial do Estado Português da Índia entre 1500 e 1516-17 no cargo de escrivão em Cananor e, por vezes, intérprete da língua local (malaiala).

A sua obra, *Livro de Duarte Barbosa*, é um dos mais antigos exemplos de literatura de viagem portuguesa logo após a chegada ao oceano Índico. Em 1519 partiu na primeira viagem de circum-navegação com Fernão de Magalhães, de quem era cunhado, vindo a perecer em maio de 1521 no banquete-cilada do rei Humabon, em Cebu, nas Filipinas.

Duarte Barbosa era filho de Diogo Barbosa, um servidor de D. Álvaro de Bragança, que partiu para a Índia em 1501 na armada conjunta com Bartolomeu Marchionni. sob o comando de João da Nova. Em 1500 o seu tio, Gonçalo Gil Barbosa, após viajar na frota de 1500 de Pedro Álvares Cabral, foi deixado como feitor em Cochim e, em 1502, transferido para Cananor. Os locais descritos por Duarte Barbosa sugerem que terá acompanhado o seu tio nesta viagem até Cochim e Cananor. Duarte Barbosa aprendeu aí a língua local (malabar). Em 1503 foi intérprete de Francisco de Albuquerque nos contactos com o rajá de Cananor. Em 1513 assinou como escrivão de Cananor uma carta para Manuel I de Portugal onde reclamava para si o cargo de escrivão-mor que lhe fora prometido. Em 1514 Afonso de Albuquerque recorreu aos seus serviços como intérprete na tentativa de conversão do rei de Cochim ao Cristianismo, conforme relatou em carta que enviou ao rei. Em 1515 Albuquerque enviou Duarte Barbosa a Calecute para vigiar a construção de duas naus que serviriam numa expedição ao Mar Vermelho e na qual poderá ter participado já sob o novo governador. Duarte Barbosa regressou a Portugal, onde teria terminado os manuscritos conhecidos como o *Livro de Duarte Barbosa*, entre 1517-18[4]. Inicialmente conhecido através do testemunho do italiano Ramusio, o manuscrito original foi descoberto e publicado no início século XIX, em Lisboa.

Descontente pelo cargo que nunca lhe fora atribuído, juntou-se a vários portugueses reunidos no sul de Espanha, nomeadamente o seu cunhado Fernão de Magalhães, casado com sua irmã Beatriz Barbosa, reforçando ligações já existentes das famílias Barbosa e Magalhães. O seu pai, Diogo Barbosa, seguira D. Álvaro de Bragança no exílio em Sevilha, de que foi alcaide, e tornara-se governador do castelo de Sevilha. Em 10 de agosto de 1519 Duarte Barbosa embarcou a partir de Sevilha na viagem de circum-navegação de Fernão de Magalhães, junto com seu amigo João Serrão - que fora por várias vezes o emissário que transportara as suas cartas - movido pela grande curiosidade que sempre demonstrara. Esta curiosidade ao longo da viagem

[4] "Tendo eu, Duarte Barbosa, natural da muito nobre cidade de Lisboa, navegado grande parte da minha mocidade pelas Índias descobertas em nome de el-rei nosso senhor e, tendo visto e ouvido várias coisas que julguei maravilhosas e estupendas, por nunca terem sido vistas e ouvidas por nossos maiores, resolvi-me a escrevê-las para benefício de todos".

levou-o por várias vezes a afastar-se da expedição na companhia de indígenas, para descontentamento de Fernão de Magalhães, que chegou a prendê-lo. Em 2 de abril de 1520, contudo, a ajuda de Duarte Barbosa foi determinante para enfrentar o motim no Puerto San Julián (atual Argentina), tornando-se desde então capitão do navio *Vitória*. De acordo com o relato de Pigafetta, após a morte de Magalhães, a 21 de abril de 1521 na batalha de Mactan (nas Filipinas), Duarte Barbosa e João Serrão foram escolhidos como líderes da expedição. Duarte Barbosa tentou ainda recuperar o corpo de Magalhães, sem sucesso. Segundo o mesmo relato, tentaram que Henrique de Malaca desembarcasse, sem sucesso: este recusou-se e, apesar da alforria dada por Magalhães ao morrer, Duarte Barbosa e João Serrão ameaçaram fazê-lo escravo da viúva de Magalhães. O receio de Henrique foi desde então considerado um argumento para que este tenha conspirado com o rei de Cebu, Humabon. Em 1º. de maio de 1521 foram convidados pelo rei Humabon para um banquete em terra, perto de Cebu (ilha), nas Filipinas, para receber um presente para o rei de Espanha. Aí foi morto ou envenenado, entre vários outros, Duarte Barbosa. João Serrão foi trazido doente por indígenas que pretendiam trocá-lo por armas, mas foi deixado para trás, salvando-se apenas o Piloto João Carvalho. Henrique desapareceu.

Na edição da Academia Real das Sciencias de Lisboa (1813: 274-275) consta:

Dio.

Saindo asy deſtes lugares de Mangalor e Curiate, de longuo da coſta, eſti hũa ponta que ha tera lança ha ho maar, em que eſtá hũu grande lugar, ha que hos Malabares chamaom Deuixa, e hos Mouros da mesma tera lhe chamaom Dio, eſtá em hũa ilha pequena, muyto junto com ha tera fyrme, e tem muyto bóo porto, de grande escala de muytas náos, e muy grande trato e nauegaçam que uem do Malabar, e Baticala, e de Guoa, e Chaul, e Dabul: daqui nauegaom tambem pera Meca, pera Adem, pera Zeila, Barbora, Magadaxo, pera Melinde, Braua, Mombaça, Ormus, e pera todo seu regno; ha mercadoria, que hos Malabares aquy trazem saom muytos quoquos, arequa, jagra, esmeril, cêra, fero, açuquar de Maticala, pimenta, gengiure, crauo, canela, maça, nos noscada, sandalo, brasil, pimenta longua,

1.2.6. 1554 – BRAZIL – Antonio Nunez

Em seu *Lyvro dos pesos da Ymdia, e assy Medidas e Mohedas*[5] (Nunez [1554] *in* Felner, 1868) há duas citações do *brazil* asiático:

[5] No Fólio 36r (Felner, 1868: 43-44), disse o autor: "Antonio nunez comtador da casa delRey nosso senhor, que ora syruo de prouedor dos seus comtos e fazemda da Imdia por especyal prouisão do senhor visoo-Rey Dom pero mazcarenhas, faço saber aos que esta virem, que per mamdado de sua senhoria ordeney este liuro dos pesos, medidas e moedas dos Reynos, cydades, fortaezas e lugares destas partes. asy e da maneira que em cada hum delles se vsa e trata, o qual tirey de hum livro dos pesos, que amda nesta casa, muito amtigo, e asy de comtas de capitães, feytores e oficyaes de sua alteza, que se tomarão na dita casa. E de emformações que ouue de pessas que tratáraõ e amdárão pellos ditos lugares, para mais certeza e lealdação dos ditos pesos e moedas, os quaes vão lançados no dito liuro em seus titolos cada lugar sobre sy. E para firmesa de todo pasey aquy esta certydão per mym asynada em goa a xb [15] de dezembro, Antonio gonçalvez affez de jbcliiii (1554). Antonio nunez".

Fólio 12r (Felner, 1868: 18):

"DO BRAZIL"

"O baar do **brazil** tem 20 faraçolas[6], pesamdo em hũa cordinha de Cairo, e não tem picotaa; e pesamdo em alicofa tem 22 faraçolas, com picotaa: o baar he asy como o da pimemta, e pesamdo-se com alcofa he em todo como a pimenta, senão que pesamdo-se em cairo tem as ditas 20 faraçolas; e na mão e no baar he como ho da pimenta, sem aver deferença".

Fólio 31r (Felner, 1868: 39):

"MALACA

"O baar do Dachem gramde tem 200 cates; cada catee tem 2 arrateis, 4 omças, 5 oitauas, 15 grãos, 3 dezauos; asy que tem o baar 3 quimtaes, 2 arrobas, 10 arrareis, pello qual peso se pesa crauo, noz, maça, samdollo, pimenta, pucho, emcemço, gualha, mirra, **brazil**, ferro, emxofre, salitre".

1.2.7. 1563 – BRASIL – Garcia d'Orta

Garcia d'Orta (Castelo de Vide, ca. 1501 — Goa, 1568) foi um médico judeu português que viveu na Índia. Foi um autor pioneiro sobre botânica, farmacologia, medicina tropical e antropologia.

Nasceu em Castelo de Vide em data desconhecida, provavelmente em 1501, filho do mercador Fernando (Isaac) de Orta, originário de Valência de Alcântara, e de Leonor Gomes, originária de Alburquerque, ambos judeus convertidos ao cristianismo (cristãos-novos) espanhóis que se instalaram em Castelo de Vide, possivelmente na sequência do Decreto de Alhambra dos Reis Católicos, que expulsou os judeus de Espanha em 1492. Frequentou as universidades de Salamanca e Alcalá, onde estudou gramática, artes e filosofia natural, provavelmente a partir de 1515, tendo-se licenciado em medicina em 1523.

Regressou a Castelo de Vide em 1523, dois anos após a morte do pai, onde praticou clínica. Em 1526 obteve licença para praticar medicina e no mesmo ano mudou-se para Lisboa. Aí tornou-se médico de D. João III. Foi escolhido para dar conferências de filosofia natural na Universidade de Lisboa e em 1533 foi eleito pelo conselho para professor da cadeira.

Embarcou para a Índia a 12 de março de 1534 como médico pessoal de Martim Afonso de Sousa, que foi para o Oriente como capitão-mor do mar da Índia entre 1534 e 1538 e governador de 1542 a 1545. Depois de acompanhar o seu patrono durante os quatro anos em que este granjeou grande prestígio em várias campanhas militares na costa ocidental da Índia, Orta estabeleceu-se como médico em Goa, onde adquiriu grande reputação. Aí ganhou a amizade de Luís de Camões. Em 1541 casou com uma rica herdeira, Brianda de Solis, com quem teve

[6] Duarte Barbosa estaleceu as equivalências do bahar e da farazola com as medias de Portugal (in Academia das Sciencias de Lisboa, 1813: 394):

Dos Pesos de Portugal e da India, e como estes correspondem com os de Portugal.

O Arratel de peso velho tem 14 onças.
O arratel de peso novo tem 16 onças.
Oito quintaes velhos fazem sete quintaes novos, e cada quintal novo tem 128 arrateis de 16 onças.
Cada quintal velho são tres quartos e meio de quintal novo, e he de 128 arrateis de 14 onças cada hum.
Huma *Farazola* tem 22 arrateis de 16 onças e mais 6 onças e dous quintos.
Vinte *Farazolas* fazem hum *Bahar*.
Hum *Bahar* são 4 quintaes velhos de Portugal.
Todas as Especiarias e Dragoarias, e tudo o mais que vem da India, vende-se em Portugal a peso velho, tudo o mais vende-se a peso novo.

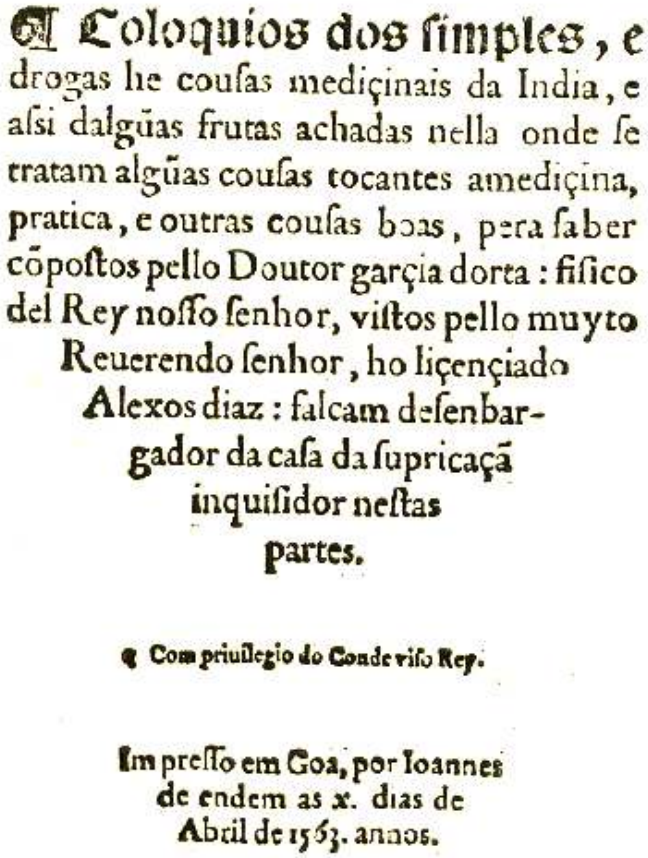
duas filhas.

Quando Martim Afonso de Sousa regressou temporariamente a Portugal em 1538, Orta permaneceu na Índia como médico. Foi um médico conceituado em Goa, praticando medicina no hospital e na prisão de Goa. Foi médico de figuras relevantes do meio político e social como o sultão de Ahmadnagar, exercendo igualmente o comércio e outras atividades lucrativas. Apesar de nunca ter visitado a região do Golfo Pérsico ou de ter viajado para oriente de Ceilão, Orta contatou em Goa comerciantes e viajantes de todas as nacionalidades e religiões.

Graças ao seu serviço e amizade com o vice-rei Pedro Mascarenhas, cerca de 1554 foi-lhe dado o foro da ilha de Bombaim, então sob domínio português. Em Bombaim mandou construir uma quinta ou solar no local onde depois os britânicos erigiram o Forte de Bombaim (atualmente também chamado castelo [*castle*] e Casa de Orta).

Garcia d'Orta faleceu em Goa em 1568 sem nunca ter tido diretamente problemas com a Inquisição, apesar de esta ter estabelecido um tribunal na Índia em 1565. Contudo, logo após a morte de Orta, a Inquisição iniciou uma feroz perseguição à sua família. A sua irmã, Catarina, foi condenada por judaísmo e queimada viva num auto-de-fé em Goa, em 1569. Esta perseguição culminou em 1580 com a exumação da Sé de Goa dos restos mortais do médico e a sua condenação à fogueira por judaísmo.

A obra que perpetuou o nome de Garcia de Orta foi o livro *Colóquio dos simples e drogas e coisas medicinais da Índia* [Figura 10], editado em Goa em 1563. Este trabalho está escrito em português na forma de diálogo entre o próprio Orta e Ruano, um colega recém-chegado a Goa e ansioso por conhecer a matéria médica da Índia. Os Colóquios incluem 58 capítulos onde se estuda um número aproximadamente igual de drogas orientais, principalmente de origem vegetal, como o aloés, o benjoim, a cânfora, a canafístula, o ópio, o ruibarbo, os tamarindos e muitas outras.


Coloquios dos ſimples, e
drogas he couſas mediçinais da India, e
aſsi dalgũas frutas achadas nella onde ſe
tratam algũas couſas tocantes amediçina,
pratica, e outras couſas boas, pera ſaber
cõpoſtos pello Doutor garçia dorta: fiſico
del Rey noſſo ſenhor, viſtos pello muyto
Reuerendo ſenhor, ho liçençiado
Alexos diaz: falcam deſenbar-
gador da caſa da ſupricaçã
inquiſidor neſtas
partes.

Com priuilegio do Conde viſo Rey.

Impreſſo em Goa, por Ioannes
de endem as x. dias de
Abril de 1563. annos.

Figura 10. Frontispício dos *Colóquios* de Garciad'Orta (1563).

Nesses capítulos, Orta apresenta a primeira descrição rigorosa feita por um europeu das características botânicas (tamanho e forma da planta), origem e propriedades terapêuticas de muitas plantas medicinais que, apesar de conhecidas anteriormente na Europa, o eram de maneira errada ou muito incompleta e apenas na forma da droga, ou seja, na forma de parte da planta colhida e seca.

Contrariamente à atitude dominante entre os médicos portugueses dos séculos XVI a XVIII, que consideraram o estudo da matéria médica como um tema menor, dirigindo os seus dotes literários para as observações clínicas, Orta interessou-se prioritariamente pelo estudo das propriedades das drogas e medicamentos. Para além do seu valor científico, a obra de Orta inclui a primeira poesia impressa da autoria de Luís de Camões.

Orta não só não receou que o seu gosto pela matéria médica e pela botânica pudesse levar a que fosse confundido com um boticário, pois viu-se obrigado a dispensar a tutela do próprio Dioscórides, ao tratar de drogas medicinais que o autor greco-romano na sua maioria desconhecia. Apesar de se apoiar na autoridade de vários autores, como Dioscórides, Plínio, Avicena, Serapião e Antonio Musa Brasavola, Orta não hesita em dar a primazia à autoridade da sua própria experiência: "Não me ponhais medo com Dioscórides nem Galeno, porque não hei de dizer senão a verdade, e o que sei", exclamou ele no colóquio n.º 9.

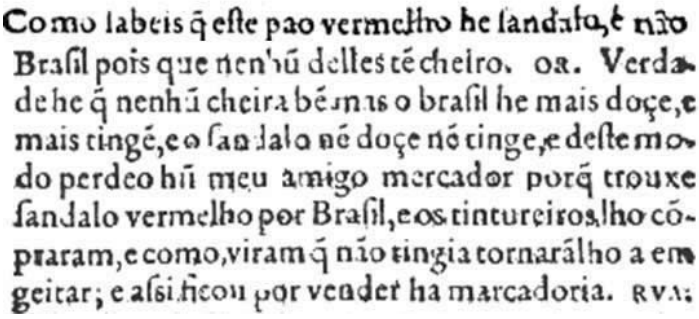
Apesar de se debruçar prioritariamente sobre a matéria médica, Orta também incluiu, além de vários outros assuntos, algumas observações clínicas, das quais é de destacar a primeira descrição da cólera asiática feita por um europeu, baseada na autópsia de um doente seu falecido com a doença.

Escrito em português, e não em latim, como era habitual na literatura médica, o livro de Garcia de Orta só se tornou conhecido na Europa através da versão latina editada pelo médico e botânico Charles de l'Escluse, também conhecido por Clusius (1525–1609).

Clusius esteve na península Ibérica a herborizar entre maio de 1564 e maio de 1565, onde visitou Salamanca, Madrid, Alcalá de Henares e outras localidades. Clusius esteve em Portugal, nomeadamente em Lisboa e em Coimbra, desde setembro de 1564 até meados de janeiro de 1565. Foi durante esta visita que Clusius obteve a posse de um exemplar do livro de Garcia de Orta.

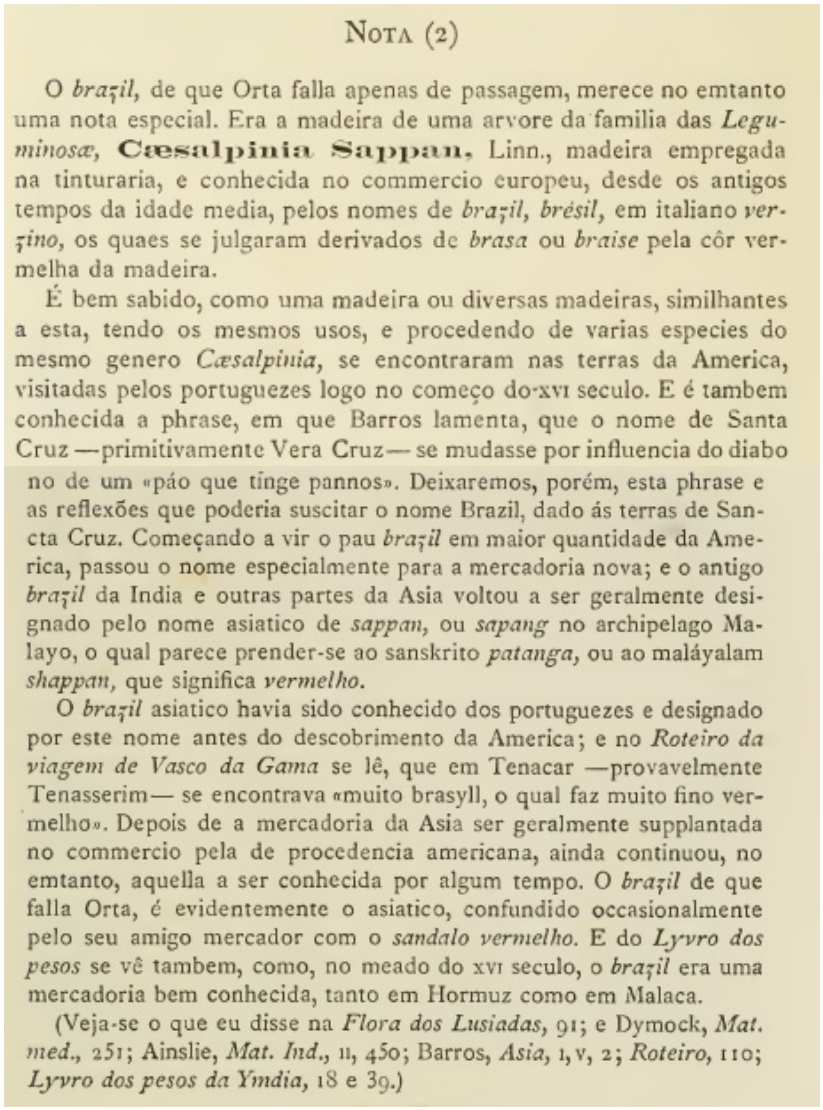
Clusius publicou em 1567 a edição latina resumida e anotada dos Colóquios, intitulada *Aromatum et Simplicium aliquot medicamentorum apud Indios nascentium historia ante biennium quidem Lusitanica língua… conscripta, D. Garcia ab Horto auctore*. A procura deste livro foi muito grande e ele contou com mais cinco edições revistas e ampliadas, ainda em vida. Além da versão de Clusius, os Colóquios circularam ainda em castelhano através do livro *Tractado de las drogas y medicinas de las Indias Orientales* (1578) do médico português Cristóvão da Costa. Como Clusius, Costa reorganizou a estrutura e corrigiu o texto de Orta, adicionando-lhe gravuras, que eram totalmente inexistentes nos Colóquios. Como fez com o texto original de Orta, Clusius também traduziu para latim o livro de Cristóvão da Costa.

Nos *Colóquios* (d'Orta, 1563: 186r-186v) lê-se:


Como sabeis q̃ este pao vermelho he sandalo, e não
Brasil pois que nenhũ delles tẽ cheiro. OR. Verda-
de he q̃ nenhũ cheira bẽ mas o brasil he mais doçe, e
mais tingẽ, e o sandalo nẽ doçe nẽ tinge, e deste mo-
do perdeo hũ meu amigo mercador porq̃ trouxe
sandalo vermelho por Brasil, e os tintureiros lho cõ-
praram, e como viram q̃ não tingia tornarálho a en-
geitar; e assi ficou por vender ha marcadoria. RVA:

Não val mais dinheiro o ſandalo vermelho que ha
Braſil., OR. Val mais o ſandalo, vermelho porem
gaſtaſe pouco, e do braſil guaſtaſe muyto

O Conde de Ficalho (1895: 288-289) comentou:



NOTA (2)

O *brazil*, de que Orta falla apenas de passagem, merece no emtanto uma nota especial. Era a madeira de uma arvore da familia das *Leguminosæ*, **Cæsalpinia Sappan.** Linn., madeira empregada na tinturaria, e conhecida no commercio europeu, desde os antigos tempos da idade media, pelos nomes de *brazil*, *brésil*, em italiano *verzino*, os quaes se julgaram derivados de *brasa* ou *braise* pela côr vermelha da madeira.

É bem sabido, como uma madeira ou diversas madeiras, similhantes a esta, tendo os mesmos usos, e procedendo de varias especies do mesmo genero *Cæsalpinia*, se encontraram nas terras da America, visitadas pelos portuguezes logo no começo do xvi seculo. E é tambem conhecida a phrase, em que Barros lamenta, que o nome de Santa Cruz — primitivamente Vera Cruz — se mudasse por influencia do diabo no de um «páo que tinge pannos». Deixaremos, porém, esta phrase e as reflexões que poderia suscitar o nome Brazil, dado ás terras de Sancta Cruz. Começando a vir o pau *brazil* em maior quantidade da America, passou o nome especialmente para a mercadoria nova; e o antigo *brazil* da India e outras partes da Asia voltou a ser geralmente designado pelo nome asiatico de *sappan*, ou *sapang* no archipelago Malayo, o qual parece prender-se ao sanskrito *patanga*, ou ao maláyalam *shappan*, que significa *vermelho*.

O *brazil* asiatico havia sido conhecido dos portuguezes e designado por este nome antes do descobrimento da America; e no *Roteiro da viagem de Vasco da Gama* se lê, que em Tenacar — provavelmente Tenasserim — se encontrava «muito brasyll, o qual faz muito fino vermelho». Depois de a mercadoria da Asia ser geralmente supplantada no commercio pela de procedencia americana, ainda continuou, no emtanto, aquella a ser conhecida por algum tempo. O *brazil* de que falla Orta, é evidentemente o asiatico, confundido occasionalmente pelo seu amigo mercador com o *sandalo vermelho*. E do *Lyvro dos pesos* se vê tambem, como, no meado do xvi seculo, o *brazil* era uma mercadoria bem conhecida, tanto em Hormuz como em Malaca.

(Veja-se o que eu disse na *Flora dos Lusiadas*, 91; e Dymock, *Mat. med.*, 251; Ainslie, *Mat. Ind.*, II, 450; Barros, *Asia*, I, V, 2; *Roteiro*, 110; *Lyvro dos pesos da Ymdia*, 18 e 39.)

1.2.8. 1614 – BRASIL - Fernão Mendes Pinto

Fernão Mendes Pinto (Montemor-o-Velho, 1510-14 — Almada, Almada, Pragal, 8 de Julho de 1583).

Ainda pequeno, um seu tio levou-o para Lisboa, onde o pôs ao serviço na casa de D. Jorge de Lencastre, Duque de Aveiro, filho do rei D. João II. Manteve-se aqui durante cerca de cinco anos, dois dos quais como moço de câmara do próprio D. Jorge, fato importante para a comprovação da sua descendência duma classe social que contradizia a precária situação econômica que a família então detinha.

Em 1537 parte para a Índia, ao encontro dos seus dois irmãos. De acordo com os relatos da sua obra *Peregrinação*, foi durante uma expedição ao mar Vermelho em 1538, que Mendes Pinto participou num combate naval com os otomanos, onde foi feito prisioneiro e vendido a um grego e por este a um judeu que o levou para Ormuz, onde foi resgatado por portugueses.

Acompanhou a Malaca Pedro de Faria, donde fez o ponto de partida para as suas aventuras, tendo percorrido, durante 21 acidentados anos, as costas da Birmânia, Sião, arquipélago de Sunda, Molucas, China e Japão, grande parte desse tempo ao lado do pirata António de Faria. Numa das suas viagens a este país conheceu S. Francisco Xavier e, influenciado pela personalidade, decidiu entrar para a Companhia de Jesus e promover uma missão jesuíta no Japão.

Em 1554, depois de libertar os seus escravos, vai para o Japão como noviço da Companhia de Jesus e como embaixador do vice-rei D. Afonso de Noronha junto do *daimyo* de Bungo. Esta viagem constituiu um desencanto para ele, quer no que se refere ao comportamento do seu companheiro, quer no que respeita ao comportamento da própria Companhia. Desgostoso, abandona o noviciado e regressa a Portugal.

Com a ajuda do ex-governador da Índia Francisco Barreto, conseguiu arranjar documentos comprovativos dos sacrifícios realizados pela pátria, que lhe deram direito a uma tença, que nunca recebeu. Desiludido, foi para a sua Quinta de Palença, em Almada, onde se manteve até à morte e onde escreveu, entre 1570 1578, a obra que nos legou, a sua inimitável *Peregrinação* [Figura 11]. Esta só viria a ser publicada 20 anos após a morte do autor, receando-se que o original tenha sofrido alterações às quais não seriam alheios os Jesuítas.

Deixou-nos um relato tão fantástico do que viveu (a *Peregrinação*, publicada postumamente em 1614), que durante muito tempo não se acreditou na sua veracidade; de tal modo que até se fazia um jocoso dito com o seu nome: *Fernão Mendes Minto*, ou então ainda: *Fernão, mentes? Minto!*.

Fernão Mendes Pinto fora contemporâneo do auge da expansão marítima portuguesa e da paradoxal decadência interna que assolava as terras lusitanas. Chegou a presenciar a unificação de Portugal com a Espanha sob o governo do Rei Filipe II de Espanha (1556-1598). A presença da Inquisição fez-se particularmente forte nesse período, promulgada por decreto papal do Papa Paulo III em 1536, um ano antes da partida do autor, e efetivada em 1547, sob a instância de D. João III de Portugal.

Em 1558, Fernão Mendes Pinto estabeleceu-se na Quinta de Vale do Rosal, situada na Charneca de Caparica, e acredita-se que foi na mesma que escreveu, entre 1569 e 1578, aquela que viria a tornar-se numa famosa obra literária: *Peregrinação*. O texto original foi deixado à Casa Pia dos Penitentes que só iria publicá-lo 31 anos após a morte de seu escritor. A tamanha demora na sua publicação é creditada ao temor do autor frente à Inquisição.

De fato, o temor de Fernão Mendes Pinto provou-se justificado uma vez que a versão impressa tem muitas frases apagadas e "corrigidas". Mais gritante ainda é o completo desaparecimento de referências à Companhia de Jesus, uma das mais ativas congregações religiosas no Oriente e que possuía claras relações com Fernão Mendes Pinto (pois dela fora membro anos antes da escrita da obra). O tamanho da obra também era um obstáculo considerável naquela época, ainda mais sem o auxílio financeiro de nenhuma instituição ou mecenas.

Independente disso, a Casa Pia submeteu os escritos de Pinto ao crivo da Inquisição, que os aprovou em 1603, o mesmo ano em que o processo de análise se iniciou. Somente em 1614 o famoso editor Pedro Craesbeeck aceitaria a empreitada, ainda que o contexto da época não lhe fosse favorável. O livro foi organizado por Frei Belchior Faria.



PEREGRINAÇAM
DE FERNAM MENDEZ
PINTO.

EM QVE DA CONTA DE MVYTAS E MVY-
to eſtranhas couſas que vio & ouuio no reyno da China,no da Tar-
tana,no do Sornau,que vulgarmente ſe charna Sião,no do Calami-
nhan,no de Pegú,no de Martauão,& em outros muytos reynos
& ſenhorios das partes Orientais, de que neſtas noſſas
do Occidente ha muyto pouca ou
nenhũa noticia.

ETAMBEM DA CONTA DE MVYTOS CASOS PARTY-
culares que acontecerão aſſi a elle como a outras muytas peſſoas. E no fim della trata bre-
uemente de alguas couſas,& da morte do ſancto Padre noſſoe Francisco Xavier,
unica luz,& reſplandor da noſſa Ordem de Chriſto,& Apoſtor
nella vniuerſal da Companhia de Ieſus.

Eſcrita pelo meſmo Fernão Mendez Pinto.

Dirigida à Catholica Real Magestade del Rey dom Felippe o III.
deſte nome noſſo Senhor.

Com licença do ſancto Officio, Ordinario, & Paço.

EM LISBOA. Por Pedro Crasbeeck. Anno 1614.
A cuſta de Belchior de Faria Caualeyro da caſa del Rey noſſo
Senhor, & ſeu Liureyro. Com priuilegio Real.
Eſtá taixado eſte liuro a 600 reis em papel.

Figura 11. Fronispício da *Peregrinação* (1614) de Fernão Mendes Pinto.

Pesavam contra a obra o grande distanciamento temporal e as drásticas mudanças no cenário oriental que Fernão Mendes presenciara e o daquele momento, com as fortes presenças dos ingleses e holandeses na região. Além disso, seus escritos fariam concorrência com autores muito mais recentes e eruditos, como João de Barros, Luís Vaz de Camões e Fernão Lopes de Castanheda. A *Peregrinação* deixara de tratar de um assunto de momento para se tornar a descrição de um tempo passado.

Contrariando as expectativas, a *Peregrinação* tornou-se um sucesso, recebendo 19 edições em seis línguas.

Duas passagens da *Peregrinação* (Mendes Pinto, 1614) tratam do "brasil":

Fólio 38v (Cap. XXXVII – Do que passamos os tres companheiros despois que nos metemos pelo mato dentro):

A iſto reſponderão os ſeus, que
aquelle junco grande que diziamos
era de hum Mouro Guzarate por no
me Cõja Acem, q̃ aquella menham
fayra do rio,& que hia carregado de
Braſil para a ilha de Ainaõ.

Fólio 243v (Cap. CLXXXIX – Da muyta fertilidade do reyno Sião, & e de outras particularidades delle):

Nas partes altas tem aruoredos eſpeſſos de muita madeyra de Angelim, de q̃ ſe podẽ fazer milhares de nauios de toda a ſorte. Tẽ muitas minas de prata, ferro, aço, chũbo, eſtanho, ſalitre, & enxofre. Tem tambem muita ſeda, aguila, beijoim, lacre, anil, roupas dalgodão, rubis, çafiras, marfim, & ouro, & diſto tudo muyto grande quantidade. Nos matos da coſta tem muito braſil, & pao preto, de q̃ todos os annos ſe carregão mais de cem jũcos para a China, Ainão, Lequios, Camboja, & Chápá, & tẽ mais muita cera, mel, & açucar.

2. Referências a *Caesalpinia echinata*[7] Lamarck, 1789 (Fabaceae), da Mata Atlântica brasileira (Rio de Janeiro ao Rio Grande do Norte)

Considerações preliminares

Segundo Barroso (2000: 29):

"Sabe-se que Pedro Álvares [Cabral] trazia na Armada, como língua e conhecedor do Oriente, o judeu levantino-português, convertido por mera conveniência ao cristianismo, Gaspar da Gama, mais tarde Gaspar de Almeida, vulgo Gaspar da Índia. Levado ao Reino por Vasco da Gama, era conselheiro e inforrnador de D. Manuel. Vinha recomendado de modo especial no Regimento dado a Cabral e pago a dez escudos por mês.

Sabe-se mais que os descobridores, naturalmente em companhia dele, que procurou entender a fala da indiada, desembarcaram à margem de um rio, onde cortaram lenha. É provável que, então, tenham encontrado a madeira de precioso âmago rubro, possivelmente logo identificada por esse técnico judeu em assuntos do Oriente. O certo é que, já em 1501, na volta de Cabral de sua viagem redonda à Índia, se formou o consórcio ou *trust* dos cristãos-novos, destinado a explorar o monopólio da anilina vegetal".

É esse rio que irá constar no Planisfério de Cantino e em mapas subsequentes [ver abaixo].



Figura 12. Indígenas cortando pau-brasil para os franceses (Thevet, 1558: fólio 117r).

A extração do pau-brasil, segundo conta Sousa (B. J. de) (1978: 96-97):

[7] O Pe. Ayres de Casal (1817: 105-106) listou três "espécies" de pau-brasil: brasil-mirim, brasil-açu ou rosado e brasileto [Ver Apêndice abaixo].

"...foi feita a princípio pelos índios e só depois por escravos negros. Da extração pelos índios nos dá sugestiva idéia Jean de Léry, talvez o primeiro cronista a descrevê-la. Nos primeiros 30 anos da nossa existência em contato com a civilização européia, a exploração, segundo os testemunhos do tempo, se fazia do seguinte modo: descoberta a mata do pau-de-tinta para lá se dirigiam os mercadores portugueses ou franceses acompanhados de índios, cuja boa vontade ou cujos serviços haviam conseguido em troca de panos vistosos, contas, objetos metálicos, chocalhos, bugigangas, etc. Armados de machados e foices, os caboclos iniciavam a derrubada das 'ibirapitangas': uma vez no chão espontavam os ramos [Figura 12], falquejavam os troncos, tirando-lhes o branco ou alburno, porque só no âmago ou durâmen estava o Brasil [Figuras 13-15]; cortavam-nos depois em toros de 5 a 10 palmos que amontoavam em rumas [Figuras 16-18].



Figura 13. Carta do Brasil do Atlas de Sebastião Lopes (1565).

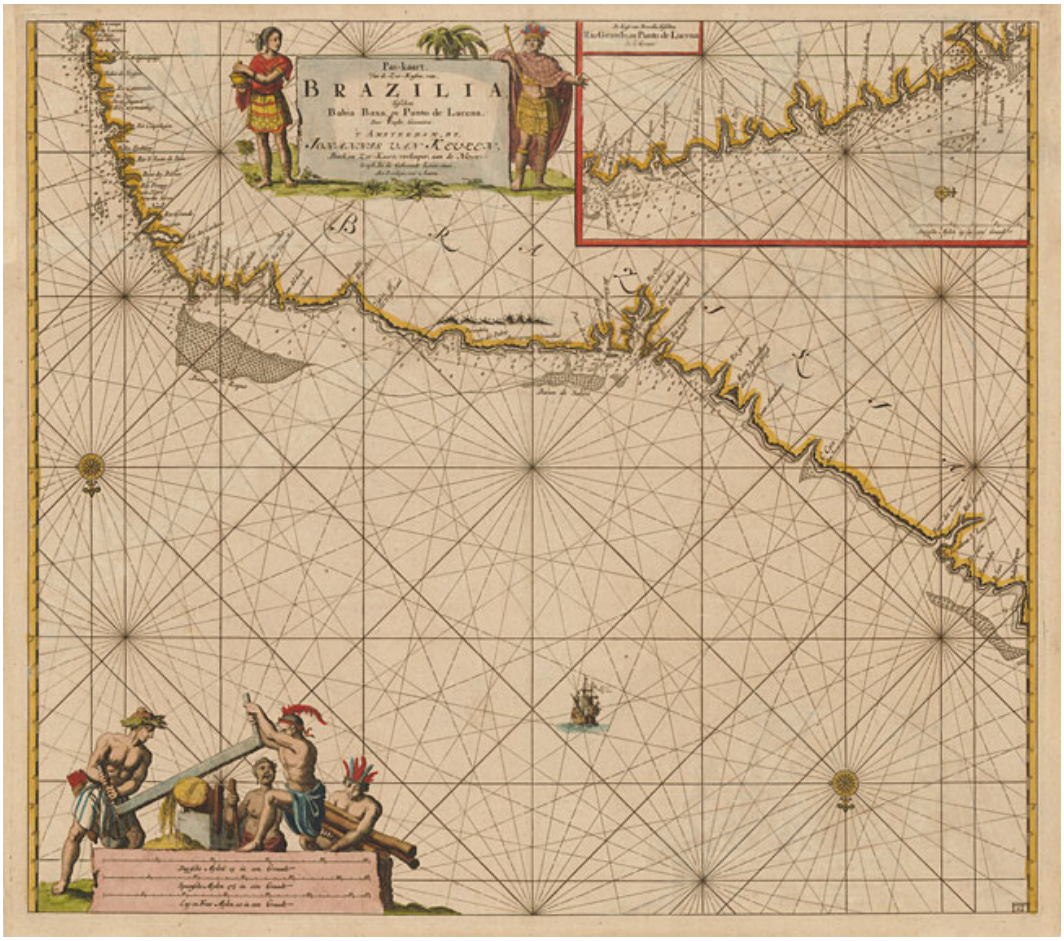


Figura 14. Tusschen Bahia Baxa (Punto de Lucena) de Johannes van Keulen (1683).

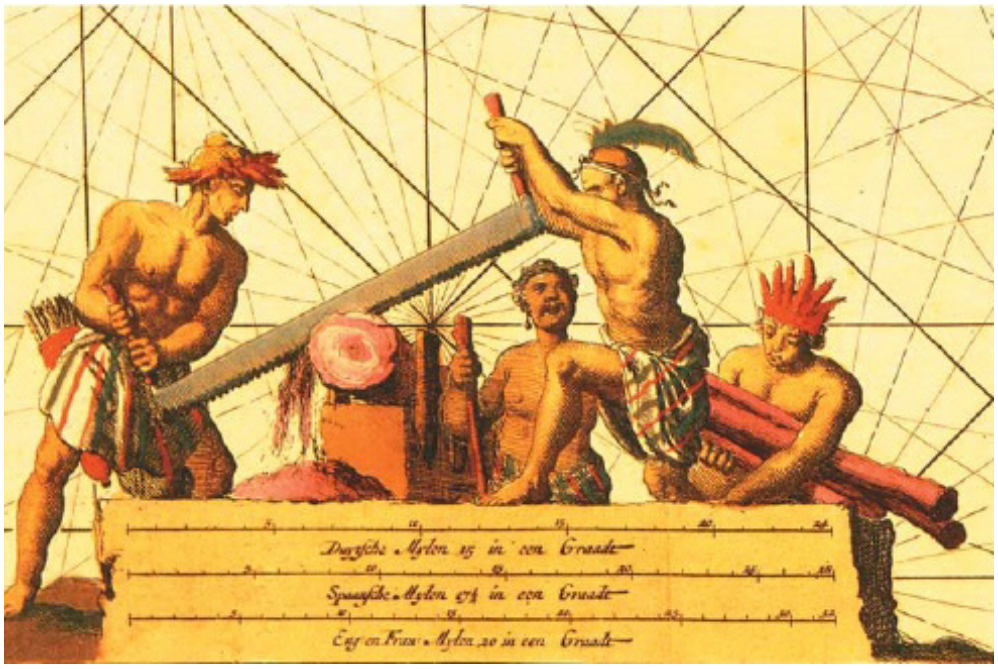


Figura 15. Detalhe da carta de van Keulen (1683).



Figura 16. Carta do Brasil de Lopo Homem (1519).



Figura 17. Costa atlântica da América do Sul na Carta do Brasil de Lopo Homem (1519).



Figura 18. Detalhe da Carta do Brasil de Lopo Homem (1519).



Figura 19. Mapa de Giacomo Castaldi (1550)

Agora era o transporte: num país desprovido nesse tempo de animais de tiro era o pau transportado no ombro dos índios para os portos de embarque, dir-se-ia melhor para as feitorias da costa, onde as naus o carregavam [Figura 19]. A exploração era intensa e a madeira começou a rarear nas zonas próximas do mar: penetravam os extratores a floresta, indo buscá-lo a 10 e 20 léguas para o sertão. Disso é testemunho a carta de Francisco Porto-

Carreiro, que sucedeu a Pero de Goes no cargo de capitão-mor da costa, escrita ao rei em 20 de abril de 1555, na qual diz: 'e os próprios franceses yão colher ho brazyll aos mais quinze e vinte legoas pola tera demtro ficando a nao somente com seis ou sete pessoas e outras náos' (*História da colonização Portuguesa*, vol. III, p. 377). Daí a demora dos carregamentos que duravam meses, senão mais de ano, para um só navio.

Dois baixos-relevos, em madeira, ambos do segundo quartel do século XVI, que se encontram no Museu de Antiguidades de Ruão (França) (...), representando um o corte e transporte do pau-brasil [Figuras 20-21], e o outro seu embarque [22-23], tudo feito por ameríndios, são sugestivos documentos da época".



Figura 20. Painel da segunda metade do século XVI, mostrando o corte de pau-brasil (Musée départemental des Antiquités de Seine Maritime, Rouen).



Figura 21. Detalhe do painel acima.



Figura 22. Painel da segunda metade do século XVI, mostrando o transporte de pau-brasil (Musée départemental des Antiquités de Seine Maritime, Rouen).

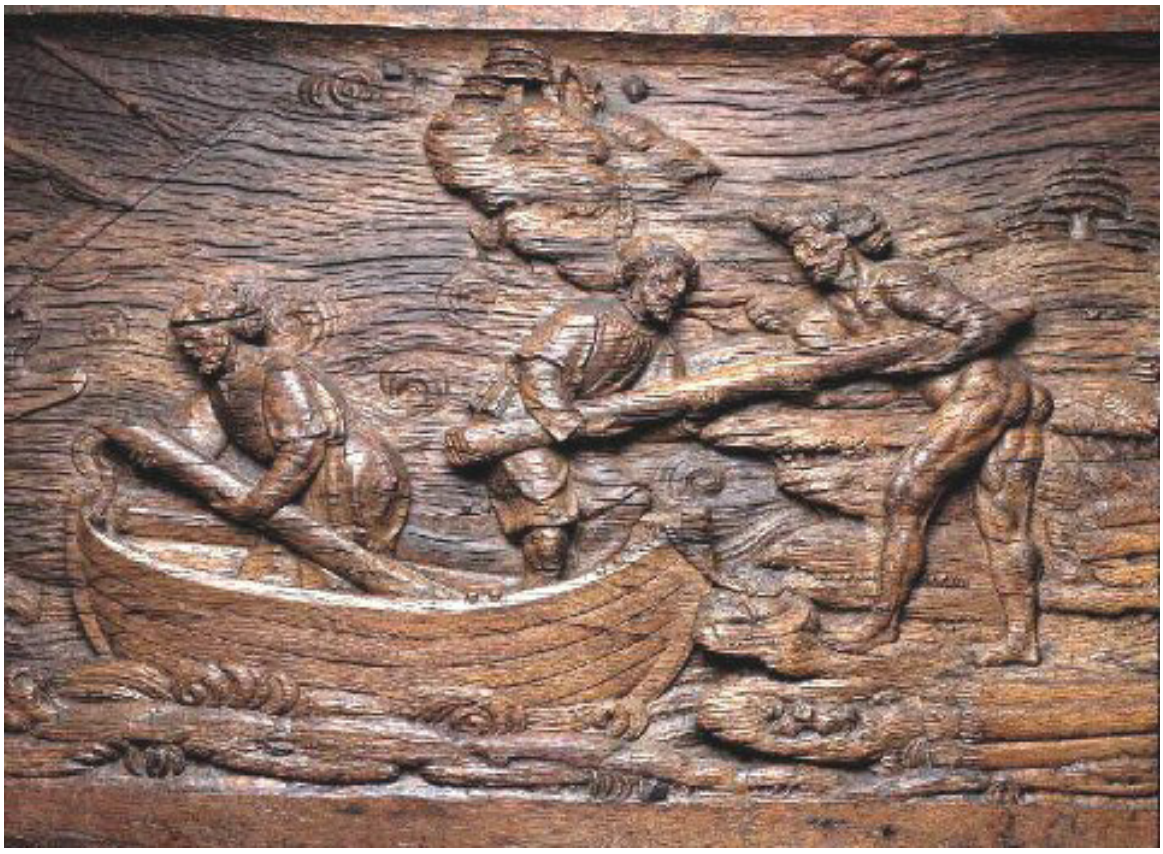


Figura 23. Detalhe do painel acima.

Esses dois painéis esculpidos em madeira foram assim descritos por Hamy (1907: 5-6):

"[une] enseigne que l'on a longtemps vue au-dessus de l'entrée d'une vieille maison no. 17 de la rue Malpalu à Rouen et qui est aujourd'hui conservée au Musée departemental d'antiquités. Cette enseigne qui n'a jamais été fidèlement reproduite et dont je donne ci-joint une très bonne photographie [Prancha entre as páginas 4 e 5 desse trabalho], est composée de deux panneaux de 0m06 d'épaisseur et 0m54 de hauteur et qui, assemblées bout à bout, atteignent une longueur totale de 3m87. Le premier, qui est en même temps le plus long, mesure 2m19; toute la moitié droite en est occupé par une forêt en partie coupée, dans laquelle des Indiens abattent et préparent les bois;

au milieu, une sorte de Samson à la longue chevelure, à la musculature puissante, soulève une lourde cognée qui va retomber sur le tronc déjà entamé d'un gros arbre. A droite, un autre Indien non moins vigoureux, arrache à la main les branches d'un autre arbre déjà coupée obliquement appuyé, tandis qu'à gauche un troisième, tenant à la main une forte raclette, blanchit um tronc complètement dépouillé. Un quatrième Indien agenouillé achève de préparer un arbre.

Plus à gauche, un robuste porteur, les deux épaules chargés, se dirige vers la mer tandis qu'un homme plus jeune, une bille sur l'épaule droite, le precède, tenant de la main gauche un enfant qui paraît porter un oiseau. Une femme, dans l'angle gauche, travaille accroupie; un homme barbu et chevelu, vu de dos, contemple la scène. Des perroquets volètent lourdement dans les arbres.

Dans le second panneau, plus raccorci (1m68) les bois sont amassés à la droite du spectateur sous la surveillance d'une jeune fille accompagnée d'un enfant, et un Indien présente une poutre à l'un des deux marins qui arriment un canot, tandis qu'un peu plus loin surgit dans les flots une barque à deux mats avec ses châteaux de proue et de poupe et quelques hommes sur le pont.

La scène, dans son ensemble, est toute pleine de movement et de vie; les petits personnages dont la taille est d'un peu plus de 30 centimètres, sont d'un dessin élégamment tourmenté, avec des mouvements presque toujours justes et des formes à peine exagérées".

Na obra *Recueil de la diversité des habits, qui sont de present en vsage, tant es pays d'Europe. Asia, Affrique & Isles sauuages, le tout fait apres le naturel* (Desprez, 1564) [Figura 24], o índio brasileiro [Figura 25], na França, era tão conhecido como empregado dos franceses na obtenção do pau-brasil, que foi caracterizado pela seguinte estrofe:

> "L'homme du lieu auquel le Bresil [pau-brasil] croist
> Et tel qu'icy, à l'oeil il apparoist,
> Leur naturel exercice s'applique
> Coupper Bresil, pour en faire trafique".



Figura 24. Frontispício da obra *Recueil de la diuersité* (Desprez, 1564).



Figura 25. Índio brasileiro como consta da obra *Recueil de la diuersité* (Desprez, 1564).

2.1. 1502 - "RIO DE BRASIL" - Planisfério de Cantino — a primeira citação do pau-brasil do Brasil na cartografia

O planisfério de Cantino [Figuras 26-29] é, na verdade, uma cópia de uma carta de grandes dimensões, baseada no chamado padrão real, que pendia na sala das cartas na Casa da Guiné e da Mina, em Lisboa, órgão que administrava a exploração e a colonização dos novos territórios. Existe a hipótese de que Cantino haja subornado um cartógrafo português ou um ilustrador italiano para que lhe tenha feito uma cópia. De acordo com a historiografia em História do Brasil, ele pagou pela cópia doze ducados de ouro, tendo obtido lucro ao remeter a carta ao duque de Ferrara, pois cobrou-lhe vinte ducados. O ano de realização desta cópia, 1502, está estabelecido com segurança, a partir de uma carta do próprio Cantino, datada de 19 de novembro desse ano, endereçada ao duque de Ferrara, na qual menciona que a carta se encontra com um de seus agentes em Gênova. Duarte Leite [LEITE, Duarte. O mais antigo mapa do Brasil. In: DIAS, Carlos Malheiros (coord.). *História da Colonização Portuguesa do Brasil*

(v. 2). Porto: Litografia Nacional, 1923. p. 223-281] cotejou as datas de partida e de chegada, assim como os roteiros, das frotas portuguesas que singravam o Atlântico Sul no período, com os dados apresentados no mapa, concluindo pela data de criação do mapa em outubro de 1502. A inscrição mais recente na carta é a menção ao desaparecimento de Gaspar Corte-Real, reportado em outubro de 1501; a carta contém igualmente detalhes desconhecidos até ao retorno da terceira frota portuguesa de João da Nova, entre 11 e 13 de setembro de 1502.

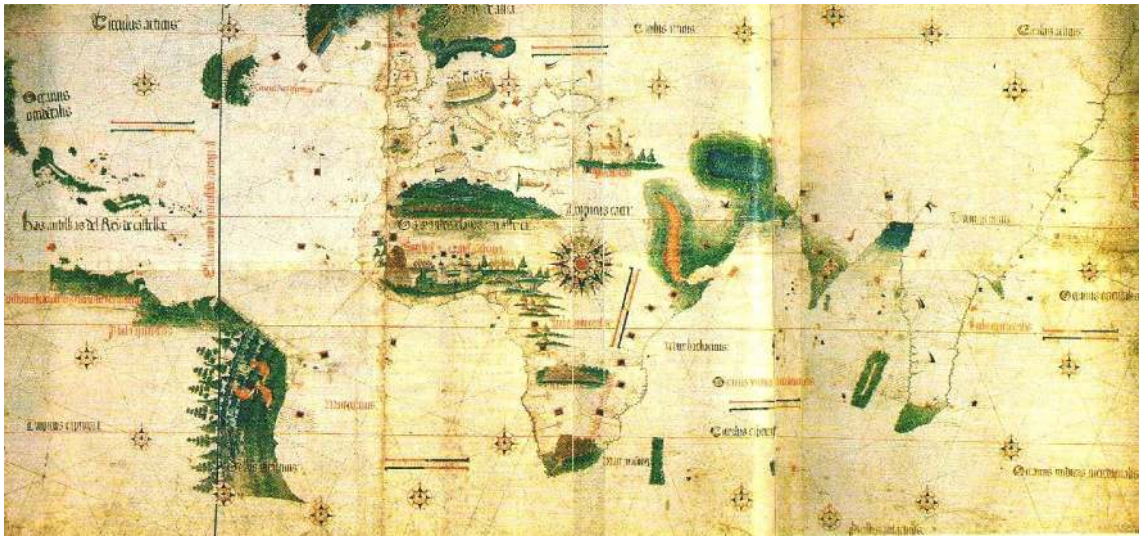


Figura 26. Planisfério de Cantino (1502).

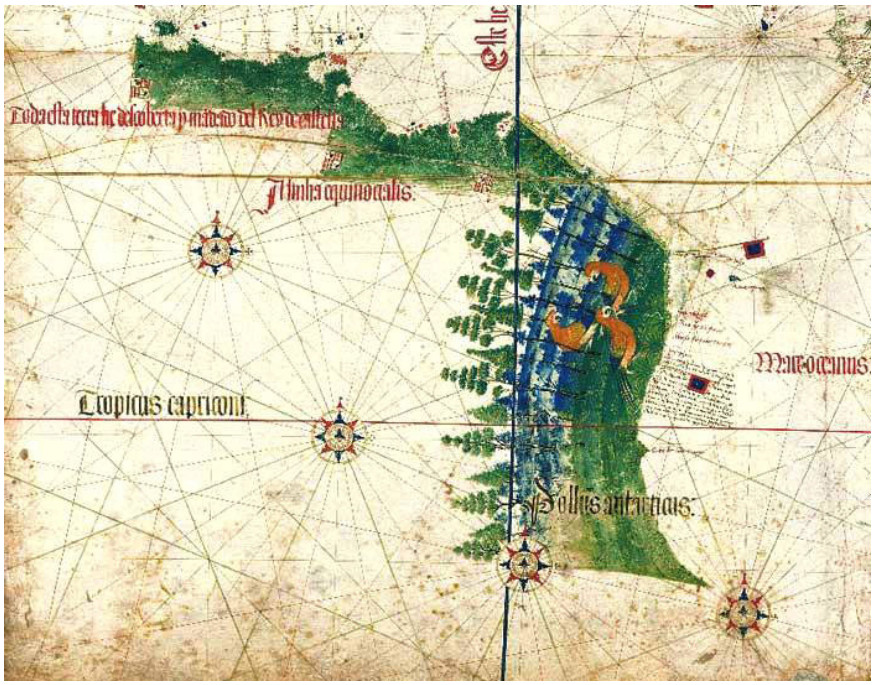


Figura 27. A costa do Brasil no planisfério de Cantino.

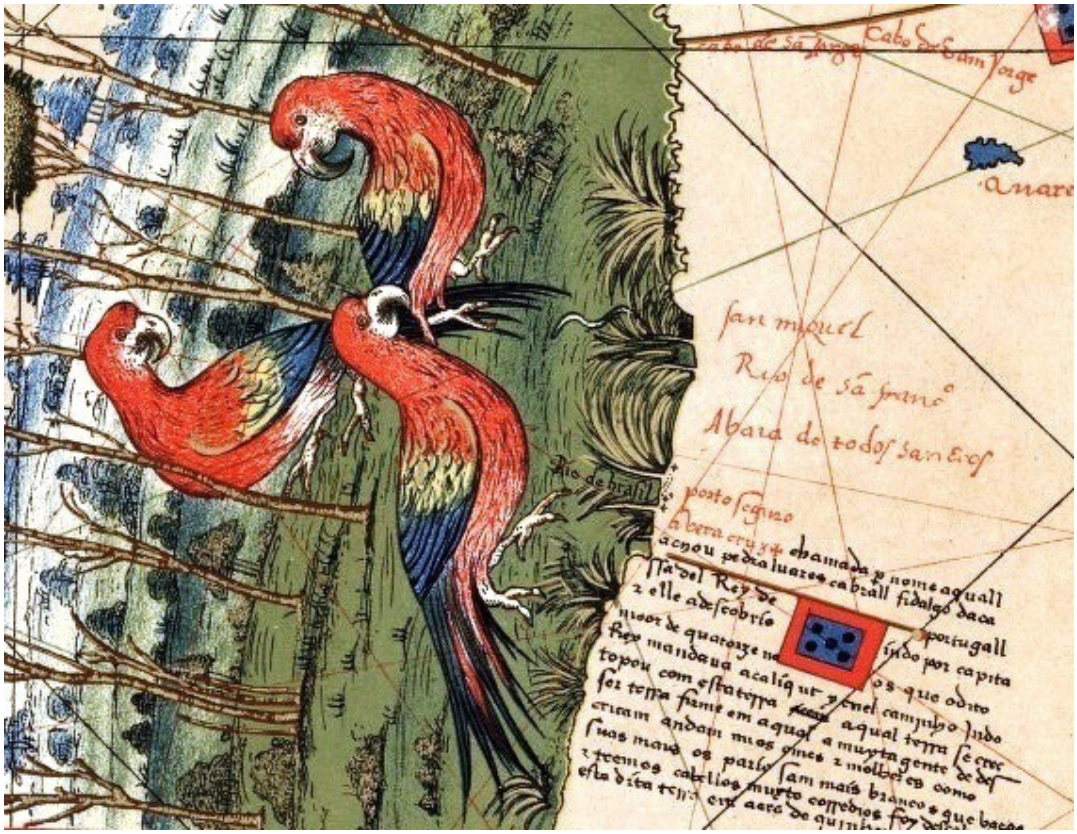


Figura 28. Detalhe da figura acima.

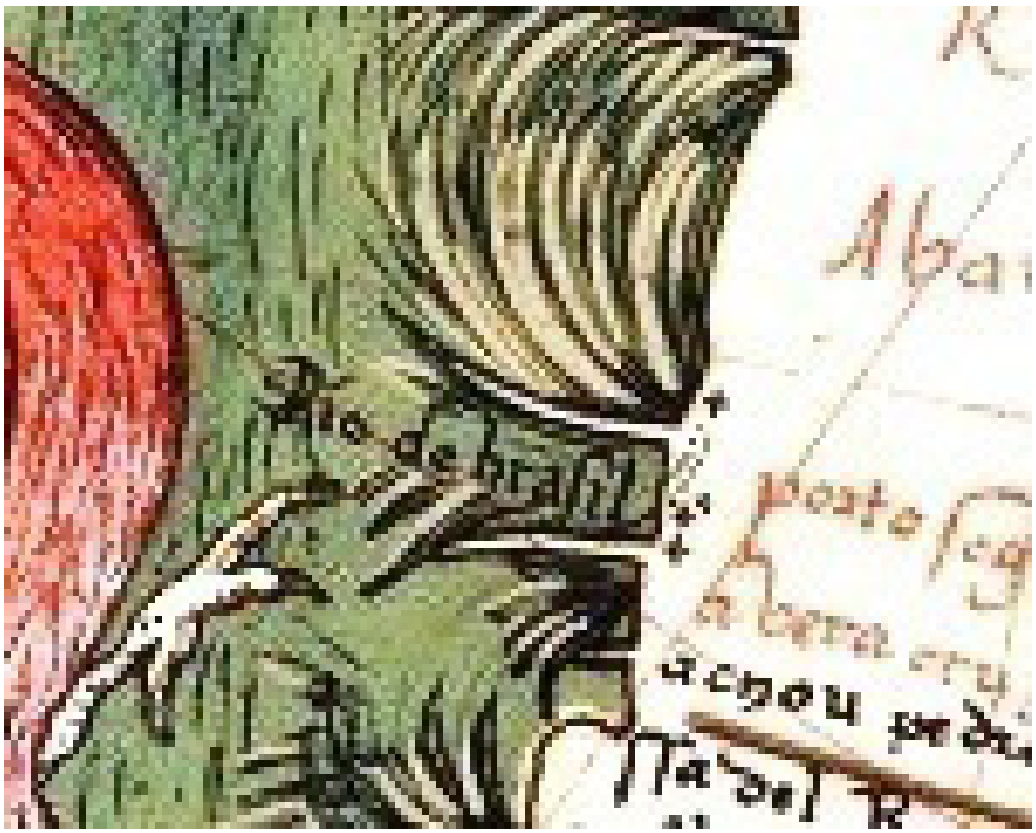


Figura 29. A mais antiga menção do pau-brasil (*Rio de brasil*) no planisfério de Cantino.

Rio de Brazil vai aparecer em seguida no mapa de Waldseemüller (1507, em sua *Cosmographiae introductio*; cf. Fischer & Wieser, 1907), que é o primeiro em que surge o nome de "America" [Figuras 30-33]:

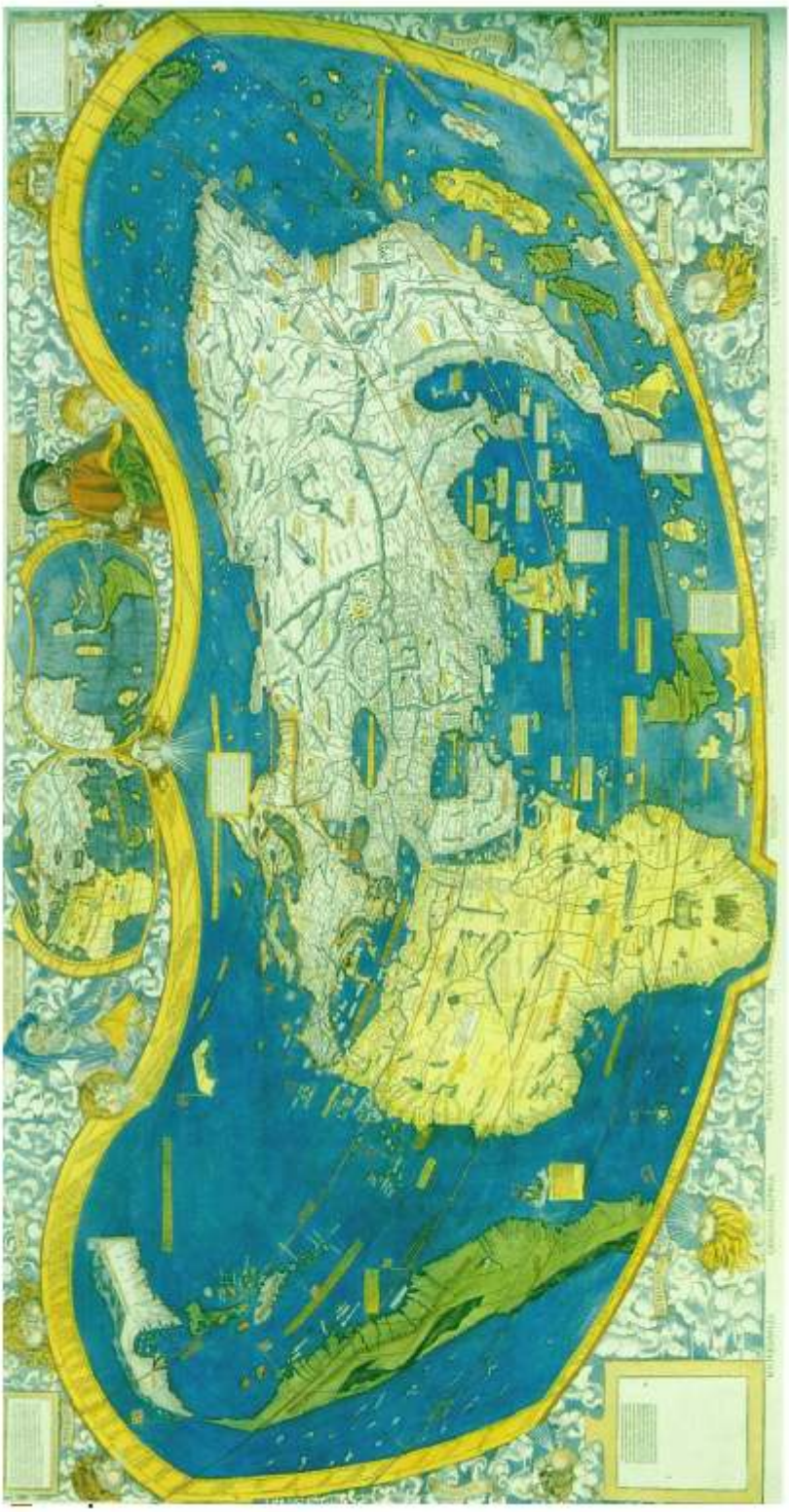


Figura 30. Mapa de Waldseemüller (1597)

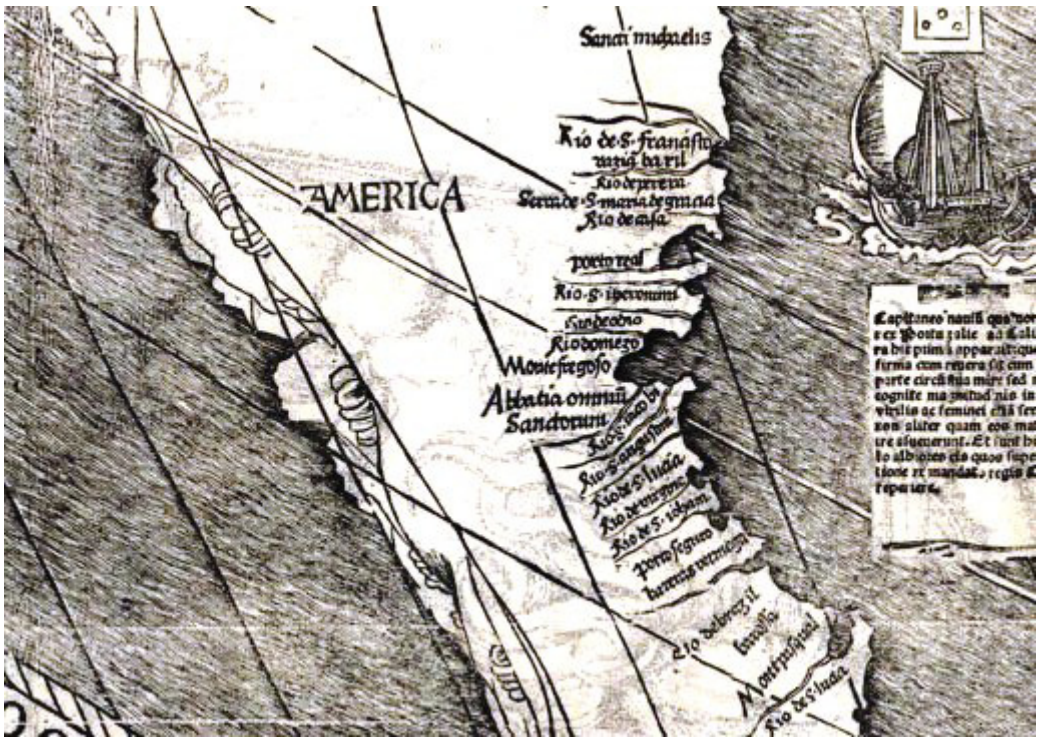


Figura 31. Detalhe do mapa acima.



Figura 32. Detalhe do mapa de Waldseemüller, motrando o "rio de brazil".

Ameri-
ca

Nūc ẏo & hę partes ſunt latius luſtratæ/& alia quarta pars per Americū Veſputiū(vt in ſequentibus audietur)inuenta eſt/quā non video cur quis iure vetet ab Americo inuentore ſagacis ingenij viro Amerigen quaſi Americi terrā / ſiue Americam dicendā:cū & Europa & Aſia a mulieribus ſua ſortita ſint nomina. Eius ſitū & gentis mores ex bis binis Americi nauigationibus quæ ſequunt liquide intelligi datur.

Figura 33. Página xxx de Waldseemüller (1507), em que propõe o nome "América" (*in* Fischer & Wieser, 1907).

No mapa de Ruysch, de 1508, *Universalior cogniti Orbis Tabula ex recentibus confecta Observationibus*, aparece ***R. de Brasil*** [Figuras 34 e 35]:

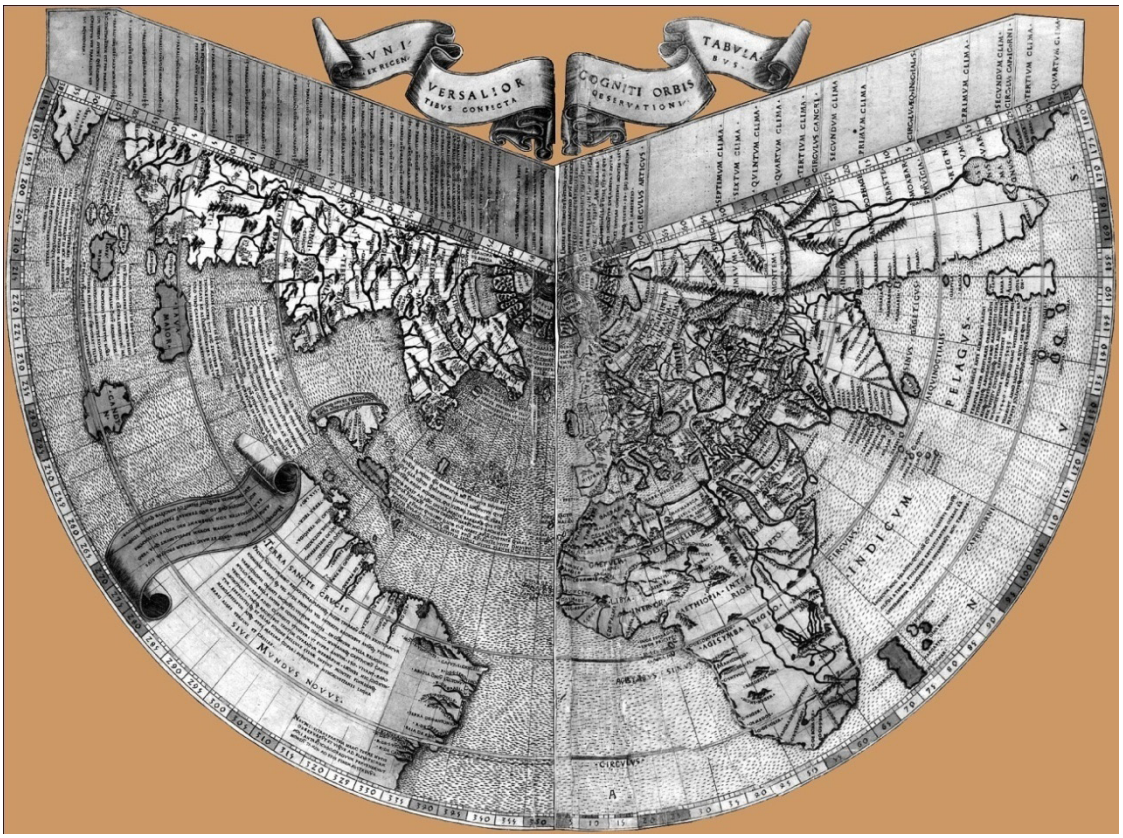


Figura 34. Mapa de Ruysch, de 1508, *Universalior cogniti Orbis Tabula ex recentibus confecta Observationibus,*



Figura 35. Detalhe do mapa anterior, mostrando o "R. DE BRASIL".

Na *Carta marina* de Waldseemïller (1516; cf. Fischer & Wieser, 1903) aparece novamente *Rio de Brazil* [Figuras 36-38]:

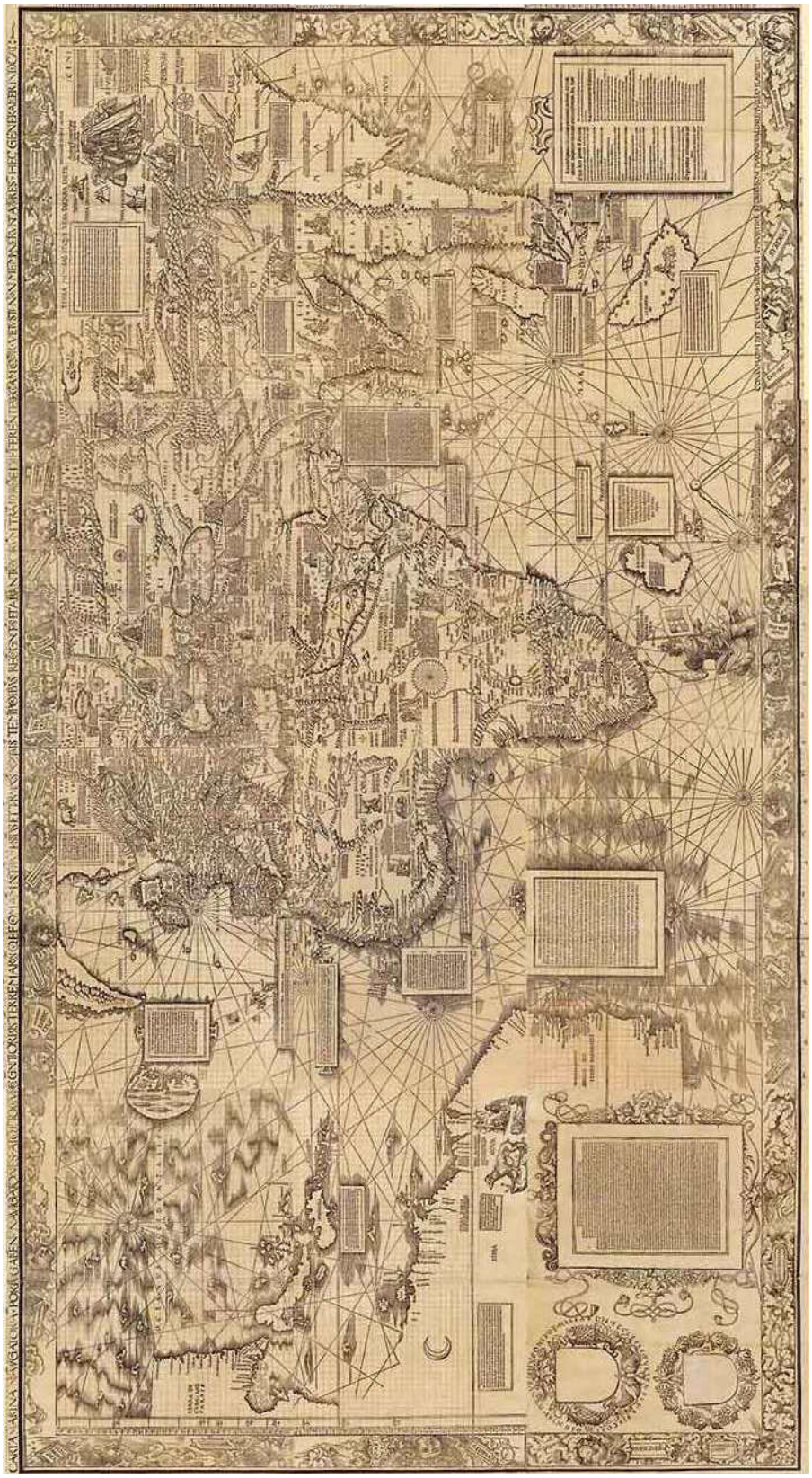


Figura 36. *Carta marina* de Waldseemüller (1516).

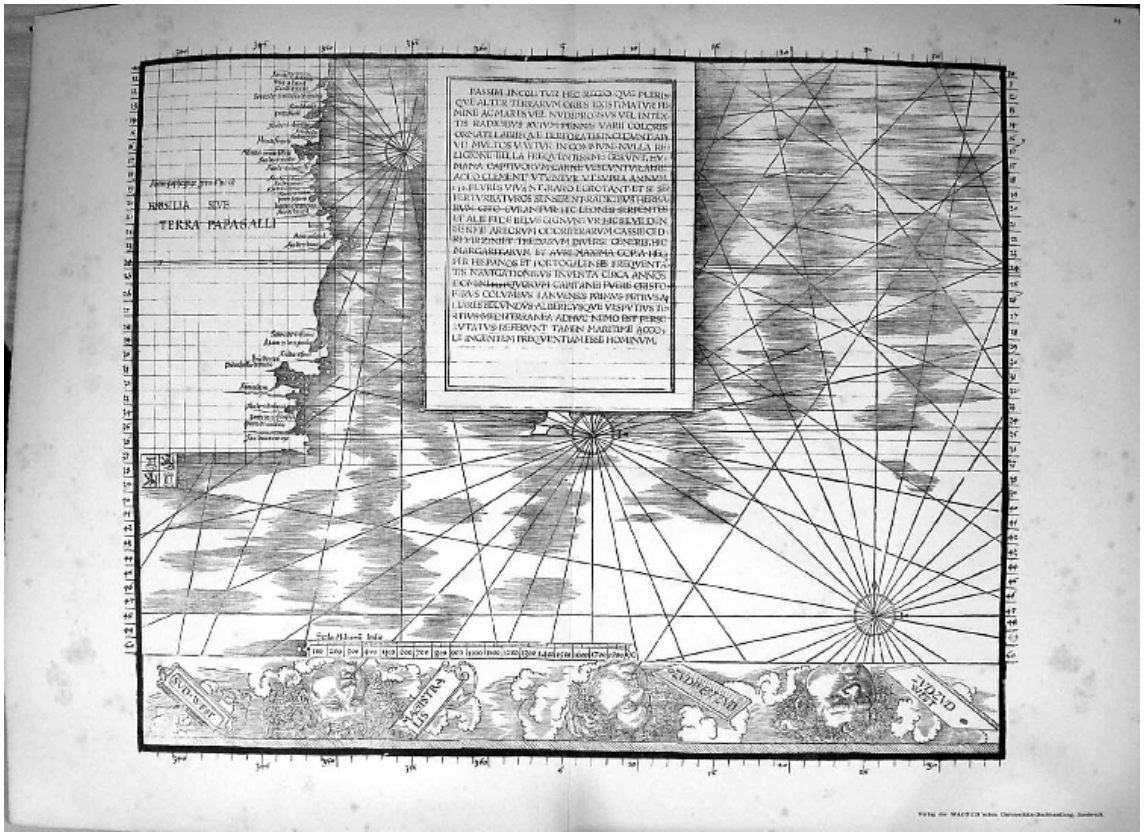


Figura 37. Detalhe da costa brasileira na *Carta marina* de Waldseemüller (1516).

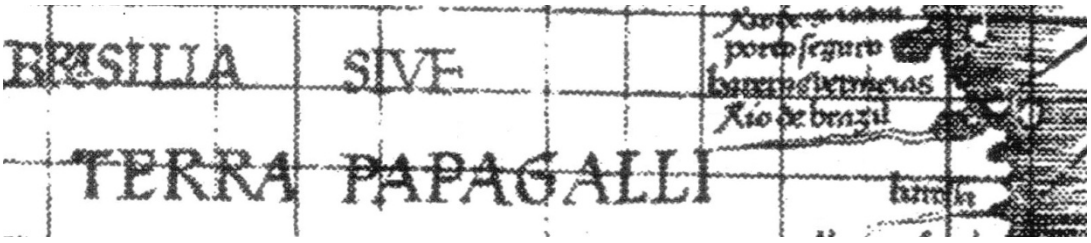


Figura 38. Detalhe da figura acima.

2.2. 1505-1508 – BRAZIL - Duarte Pacheco Pereira, o Grande - a primeira citação do pau-brasil do Brasil num texto



Figura 39. Duarte Pacheco Pereira

Duarte Pacheco Pereira, o Grande [Figura 39] (Lisboa, 1460 — 1533) foi um navegador, militar e cosmógrafo português, filho de João Fernandes Pacheco, ou simplesmente João Pacheco (ca. 1440 - Tânger, a. 1477), e de sua mulher (ca. 1459) Isabel Pereira (ca. 1440 -). A 21 de julho de 1455 D. Afonso V de Portugal doou a João Pacheco, filho de Gonçalo Pacheco, Tesoureiro-Mor das coisas régias de Ceuta, enquanto sua mercê for, uma tença anual de 4.800 reais brancos, para seu estudo, a partir de 1º. de janeiro de 1455. Numa inquirição feita em Lisboa a 4 de Abril de 1497 sobre seu filho Duarte Pacheco Pereira, fidalgo da Casa Real, a testemunha Pedro Vaz de Almeida, Fidalgo da Casa Real, morador em Lisboa, parente de Duarte Pacheco Pereira, disse que sabia que os mouros mataram João Pacheco em Tânger muito primeiro que seu pai, Gonçalo Pacheco, finasse, que passara de 20 e tantos anos que é finado.

Cavaleiro dos mais notáveis da história da Índia Portuguesa, Duarte Pacheco Pereira nasceu em Lisboa em 1460. Um dos seus antepassados por varonia e por bastardia foi seu trisavô D. Diogo Lopes Pacheco, 8.º Senhor de Ferreira de Aves, um dos executores de Inês de Castro, casado com D. Joana Vasques Pereira. Tendo fugido para a Espanha, retornou à época da Crise de 1383-1385, apoiando o Mestre de Avis, com quem conseguiu recuperar todos os seus bens, tornando-se um dos conselheiros do novo monarca.

Em 1455 encontra-se Duarte Pacheco letrado, recebendo uma bolsa de estudos do monarca. Cavaleiro da casa de D. João II (1481−1495). De acordo com a obra *Décadas da Ásia*, do cronista João de Barros, na viagem de retorno do cabo da Boa Esperança, em 1488, Bartolomeu Dias encontrou-o gravemente doente na ilha do Príncipe e levou-o para Portugal.

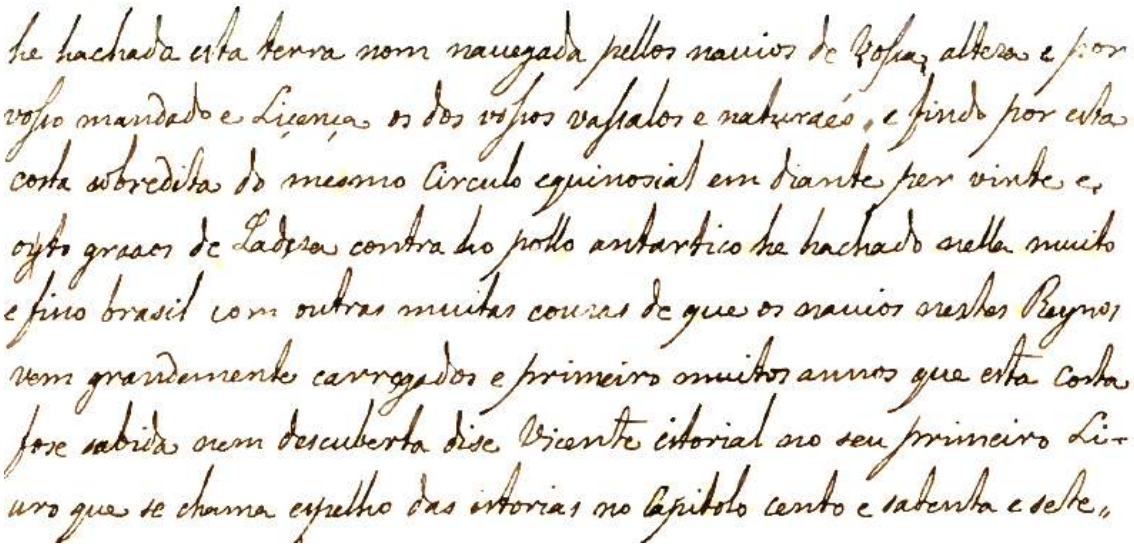
Reconhecido geógrafo e cosmógrafo, em 1490 viveu em Lisboa da pensão real a que o seu título lhe dava direito. Em 7 de Junho de 1494 assinou, na "*qualidade de contínuo da casa do senhor rei de Portugal*", o Tratado de Tordesilhas.

Em 1498 D. Manuel I encarregou-o de uma expedição secreta, organizada com o objetivo de reconhecer as zonas situadas para além da linha de demarcação de Tordesilhas, expedição que, partindo do Arquipélago de Cabo Verde, se acredita que teria culminado com o descobrimento do Brasil, em algum ponto da costa entre o Maranhão e o Pará, entre os meses de No-

vembro e Dezembro deste mesmo ano. Dali, teria acompanhado a costa Norte, alcançando a foz do rio Amazonas e a ilha do Marajó.

Em seu *Esmeraldo de situ orbis*, o primeiro roteiro de navegação português, existe a primeira menção num texto sobre a abundância de pau-brasil (*Caesalpinia echinata*), nele existente.

No manuscrito de cota cod. 888 da Biblioteca Nacional de Portugal, cópia datada de algum ano posterior a 1750, consta, no fólio 6v:



he hachada esta terra nom naueguada pellos nauios de Vossa alteza e por
vosso mandado e Licença os dos vossos vassalos e naturaes, e findo por esta
costa sobredita do mesmo Circulo equinosial em diante per vinte e
oyto graaos de Ladeza contra ho pollo antartico he hachado nella munto
e fino brasil com outras muitas couzas de que os nauios nestes Reynos
vem grandemente carregados e primeiro muitos annos que esta Costa
foe sabida nem descuberta disse Vicente ditorial no seu primeiro Li-
uro que se chama espelho das ditorias no Capitolo cento e sabenta e sete,

E na edição de Basto (1892: 7):

& ha luguares algum tanto mais
lonje he hachada eſta terra nom naueguada pellos nauios de voſſa alteza & por
voſſo mandado & licença os dos voſſos vaſſallos & naturaes; & findo por eſta
coſta ſobredita do meſmo circulo equinosial em diante per vinte & oyto graaos de
ladeza contra o pollo antartico he hachado nella munto e fino *braźil* com outras
muitas couzas de que os nauios neſtes Reynos vem grandemente carregados

Em 1503 comandou a nau Espírito Santo, integrante da esquadra de Afonso de Albuquerque à Índia. Ali guarneceu a Fortaleza de Cochim com 150 homens e alguns indianos onde sustentou vitorioso o cerco do Samorim de Calecute, que dispunha de 60.000 homens. Tendo exercido os cargos de Capitão-General da Armada de Calecute e de Vice-Rei e Governador do Malabar na Índia, pelos seus feitos teve Armas Novas por Carta de 2 de agosto de 1504, dadas pelo Rei de Cochim; tais Armas são: de vermelho, com cinco coroas de oito florões de ouro, postas em sautor, bordadura de prata, aguada de azul, carregada de oito castelos de madeira de verde, cada castelo armado sobre dois navios rasos de sua cor, o escudo cercado de sete estandartes Mouriscos, quatro à direita, de vermelho, de prata, de vermelho e de azul, e três à esquerda, de prata, de vermelho e de azul; timbre: um castelo do escudo, rematado por um estandarte Mourisco, de vermelho [Figura 40].



Figura 40. Armas de Duarte Pacheco Pereira de 1504.

Retornou a Lisboa em 1505, quando foi recebido em grande triunfo. Em Lisboa e em todo o lado os seus feitos da Índia foram divulgados e um relato dos mesmos foi enviado ao Papa e a outros reis da cristandade.

Foi como uma espécie de herói internacional que, nesse ano iniciou a redação do *Esmeraldo de situ orbis*, obra que interrompeu nos primeiros meses de 1508. Nesse ano foi encarregado pelo soberano de dar caça ao corsário francês Mondragon, que atuava entre os Açores e a costa portuguesa, onde atacava as naus vindas da Índia. Duarte Pacheco localizou-o em 1509 ao largo do cabo Finisterra, onde o derrotou e capturou.

Em 1511 comandou uma frota enviada em socorro a Tânger, sob cerco das forças do Rei de Fez. Desposou no ano seguinte Antónia de Albuquerque, filha de Jorge Garcês e de sua mulher Isabel de Albuquerque Galvão, única filha de Duarte Galvão e de sua primeira mulher Catarina de Sousa e Albuquerque, que recebeu do Rei um dote de 120.000 reais, que lhe seria entregue em frações, até 1515. Tiveram cinco filhos e duas filhas.

Em 1519 foi nomeado capitão e governador de São Jorge da Mina, onde serviu até 1522. Veio sob prisão para Portugal por ordem de D. João III, pela acusação de contrabando de ouro, embora atualmente ainda não se conheçam os reais motivos de tal decisão do monarca.

Quando libertado por ordem do Rei recebeu 300 cruzados a título de parte de pagamento por jóias que tinha trazido de São Jorge da Mina e havia confiado à Casa da Mina para serem fundidas.

Faleceu nos primeiros meses de 1533 e, pouco depois, o monarca concedeu a seu filho, João Fernandes Pacheco, uma pensão anual de 20.000 reais. Como as pensões reais frequentemente eram pagas com atraso, mãe e filho passaram dificuldades, o que os levou a recorrer a um empréstimo.

A lenda de Duarte Pacheco Pereira desenvolveu-se após a sua morte. Luís de Camões, n'*Os Lusíadas* chamou-lhe *fortíssimo* e *Grão Pacheco Aquiles Lusitano*. Mais tarde, no século XVII, Jacinto Cordeiro consagrou-lhe duas comédias bastante longas em castelhano e Vicente Cerqueira Doce um poema em dez cantos, de que se perdeu o rasto.

2.3. 1511 – BRAZYLL – Duarte Fernandes

Este importantíssimo documento, o *Roteiro de Duarte Fernandes* ou *Llyuro da náoo bertoa que vay para a terra do brazyll de que som armadores bertolameu marchone e benedito morelle e fernã de Noronha e francisco mjz que partio deste porto de lix.a a xxij de feuereiro de 511*, descoberto por Francisco Adolpho de Varnhagen na Torre do Tombo, em Lisboa (atualmente pode ser assessado pela *internet*, 'Livro da Nau Bretoa, Torre do Tombo') foi publicado por ele como 'nota 13' às páginas 427-432, de sua *Historia Geral do Brazil* (Varnhagen, 1854). O mesmo texto foi reproduzido por Moraes (A. J. M.) (1858: 83-90), sem citar o nome de Varnhagen. Este último (Varnhagen, 1861: 96-111) voltou a publicar a transcrição do texto.

Na transcrição de Varnhagen (1867) são os seguintes os trechos que tratam do pau-brasil:

P. 99:

> It. todos os paos do dyto brasyll que se caRegarem na dyta nãoo emtraram nella e se aRumaram p. comto que se fara p. amte vos e p. amte o espruam della que os assemtara cõ boa decraraçom em seu llyuro em tall maneyra que nõ posa njso ab. nenhû ero e aRumaçam delles mãdares fazer em tall modo que posa trazer adita nãoo a mays Soma que ser poder sem vyr cousa allgûa della de vazyo.

Pp. 103-104:

> E tamto que fordes caregado lloguo uos byres sem nem nenhûa mays detemça dereytamente a esta cydade sem demãdardes nenhûa tera salluo se por mjngoa de mãtymêtos ou causo fortoyto for necesaryo de que trares certydam feyta p. ofycyaes dell Rei da tera omde fordes ter e se for em llugar que nõ ouver hy ofycyaes dell Rey fareis fazer hû auto dyso ao espryuam asynado p. o dyto espryuam e mestre e pylloto e seres aujstado de nõ tyrar em tera nem deyxar tyrar brasyll nem nem (sic) outra cousa allgûa que da dyta tera do brasyll trouverdes sopena de perderdes uosa capytanja e ordenado e auerdes aquella pena corporall que uos ellRey noso Snõr quyser dar e os marynheyros e pesoas outras que ho comtrayro fycerem p.deram seu solldo e seram obrygados a dyta pena

Pp. 106-107

> carega do brazyll que a nãoo bertoa tomou em cabo-fryo e foy a prmeyra
> batellada a doze dyas do mes de junho era de 1511 anos

aos xij dyas do mes de junho en quymta feyra tomou
nãoo bertoa pao de brazyll iij.c xbij 317
aos xiij dyas do mes de Junho sesta feyra tomou nãoo
bertoa paos de brasyll iij.cxxbiij 328
aos xiiij dyas do mes de Junho em esabado tomou nãoo
bertoa paos de brasyll ij.c Ixxxxbiij 298
aos xbj dyas do mes de Junho em segumda feyra to-
mou nãoo bertoa paos de brasyll iij.cIxiij 363

1306

aos xbij dyas do mes de Junho tomou não bertoa pãos
do brasyll iijc. bj 306
aos xbiij dyas do mes de Junho tomou naoo bertoa pãos
de brasyll iij. cxxxix 339
aos xbiiij dyas do mes de Junho tomou não bertoa de
brasyll ijc. Ixxxxiij 293
aos xx dyas do mes de Junho tomou nãoo bertoa pãos
de brasyll iiijc. I iij 458
aos xxj dyas do mes de Junho tomou não bertoa pãos
de brasyll iiijc. Ixxxx 490
aos xxiij dyas do mes de Junho tomou não bertoa pãos
de brasyll iiij.c xxxxj 340
aos xxb dyas do mes de Junho tomou não bertoa pãos
de brasyll bc iiij 504

2731

aos xxbj dyas do mes de Junho tomou nãoo bertoa
pãos de brasyll iiij.c xxxxbij 347
aos xxbij dias do mes de Junho tomou nãoo bertoa pãos
de brasyll iij.c biiij 309
aos x dias do mes de Julho tomou nãos (sic) bertoa pãos
de brasyll i.c xxxx 140
aos xxiiij dyas do mes de Julho tomou nãoo bertoa pãos
de brasyll i.cIxxbj 176

972

Soma de todo ho brasyll onde nõ comto allgumas rachas
e paos que se femderom para facerem arumaçom da
dita nãoo b.m paos (sic)

Soma 5009

2.4. 1512 (1º. de abril) – BRASYLL – Afonso de Albuquerque

Afonso de Albuquerque [Figura 41] (Alhandra, 1453 — Goa, 16 de dezembro de 1515), nomeado *O Grande*, *o César do Oriente*, *o Leão dos Mares*, *o Terribil* e *o Marte Português*, foi um fidalgo, militar e o 2.º Vice-Rei e Governador da Índia Portuguesa, cujas ações militares e políticas foram determinantes para o estabelecimento do Império Português no oceano Índico.

Afonso de Albuquerque é reconhecido como um gênio militar pelo sucesso da sua estratégia de expansão: procurou fechar todas as passagens navais para o Índico – no Atlântico, Mar Vermelho, Golfo Pérsico e oceano Pacífico – construindo uma cadeia de fortalezas em pontos chaves para transformar este oceano num *mare clausum* português, sobrepondo-se ao poder dos otomanos, árabes e seus aliados hindus.

Destacou-se tanto pela ferocidade em batalha como pelos muitos contatos diplomáticos que estabeleceu. Nomeado governador após uma longa carreira militar no Norte de África, em apenas seis anos – os últimos da sua vida – com uma força nunca superior a quatro mil homens, sucedeu a estabelecer a capital do Estado Português da Índia em Goa; conquistar Malaca, ponto mais oriental do comércio índico; chegar às ambicionadas "Ilhas das especiarias", as ilhas Molucas; dominar Ormuz, entrada do Golfo Pérsico e estabelecer contactos diplomáticos com numerosos reinos da Índia, Etiópia, Reino do Sião, Pérsia e até a China. Áden seria o único ponto estratégico cujo domínio falhou, embora tenha liderado a primeira frota europeia a navegar no Mar Vermelho, a montante do estreito Bab-el-Mandeb. Pouco antes da sua morte foi agraciado com o título de vice-rei e "Duque de Goa" pelo Rei D. Manuel I, no que foi o primeiro português a receber um título de além-mar e o primeiro duque nascido fora da família real.

Foi o segundo europeu a fundar uma cidade na Ásia, o primeiro foi Alexandre o Grande.



Figura 41. Afonso de Albuquerque.

Em longa carta dirigida ao rei D. Manuel I, datada de 1º. de abril de 1512, escreveu (Pato, 1884: 64-65):

Nesta primeyra vya vos vay hũa carta gramde, em que vos dou rezam de tudo ho que fiz desde a partida das naos de duarte de lemos e gonsalo de sequeira até minha tornada de malaca a cochim; foy começada em malaca e acabada em cochim, e perdoe me voss alteza, se na mesma carta e modo d esprever dela me achardes nestes dous lugares de que a carta faz mençam que vos eu esprevo, polo gramde trabalho que he esprever a voss alteza largamente, queem todo ho dia e toda a noute tem que emtemder em outras cousas: mando uos, senhor, tambem hum padram da ilha de goa, de dyo e da ilha do canall de cambaya, que vos prometem pera a forteleza e seguramça de vossa feitoria; tambem vos vay hum pedaço de padram que se tirou dũa gramde carta d um piloto de jaoa, a quall tinha ho cabo de bõoa esperamça, portugall e a terra do brasyll, ho mar rroxo e ho mar da persia, as ilhas do cravo, a navegaçam dos chins e gores, com suas lynhas e caminhos dereytos por omde as naos hiam, e ho sertam, quaees reynos comfynavam huns cos outros: parece me, senhor, que foy a milhor cousa que eu nunca vy, e voss alteza ouuera de folgar muyto de ha ver; tinha os nomes por letra jaoa, e eu trazia jao que sabia ler e esprever; mamdo esse pedaço a voss alteza, que francisco rrodriguez empramtou sobre a outra, domde voss alteza poderá ver verdadeiramente os chins domde vem e os gores, e as vossas naos ho caminho que am de fazer pera as ilhas do cravo, e as minas do ouro omde sam, e a ilha de jaoa e de bamdam, de noz nozcada e maças, e a terra del rrey de syam, e asy ho cabo da terra da navegaçam dos chins, e asy pera omde volve, e como daly a diamte nam navegam: a carta primcipall se perdeo em froll de la mar: co piloto e com pero d alpoem pratiquey ho svmtir desta carta, pera lá saberem dar Rezam a voss alteza; temde este pedaço de padram por cousa muyto certa e muyto sabida, porque he a mesma navegaçam por omde eles vam e vem: mimgua lhe o arcepedego das ilhas que se chamam celate, que jazem amtre jaoa e malaca,

(Por lettra de Albuquerque) feytura e servydor de vossa allteza
Afonso d alboquerque.

(Sobrescripto) A ell Rey noso senhor .

Sobre essa curiosa passagem "terra do brasyll", elucida-nos Olshin (1996: 99):

> This letter has also caused some debate concerning what it tells us about the lost map. Cortesão rejects the hypotheses of Ferrand and Pereira, who believe this passage shows that the Javanese knew of Brazil in the fifteenth century (Cortesão, 1935; *Portugaliae Monumenta Cartographica*; Pereira, 1919; Ferrand, 1918). He states that it is hardly strange that Brazil should appear on the map, as the Portuguese had known of its existence for some time by then, adding that he sees no reason to date it in the fifteenth century. The Javanese cartographer, he says, probably "had simply seen some Portuguese chart and copied what was new to him (*Portugaliae Monumenta Cartographica,* 1:80)". In other words, the Javanese perhaps had a map showing the eastern part of the world well charted, based on local navigation and information, and then he added Portugal, Africa, and Brazil, working from a Portuguese chart.

2.5. 1528 – PAOS DO BRASYLL, PAOS DE BRASYLL - A tradução da carta do rei da França, François I

Na Torre do Tombo está depositada uma tradução da carta datada de 6 de setembro de 1528 escrita por François I a um certo Glyas Hellie, sob o título *Francisco pela graça de Deos rey da França aho nosso caro e bem amado Glyas Hellie dito Anguleme hũ dos reys darmas dos francezes saude e amor.* Essa carta foi transcrita por Baião & Malheiro Dias (1924: 74-76), onde se lê:

P. 74:

"Como nosos caros e bem amados Juão de Codqûgar, Francisco Gueret, Maturyn Tornamuxam Joã Bureo e João Jennet merqadores nosos ao nosso mujto caro e mujto amado primo o conde de Lavall logo tête gerall ê nossas terras e duqado de Bretanha em nosa auzêcya sua homjlde sopricaçã e requerymento em que se contynha que ho ano que ora pasara ele equipara de gente, mantimentos e rcento e quarenta toneys e o outro de oytenta toneys pouco mays ou menos e os envyaran as terras do brasyll e pera cobrar **paos do brasyll** e outras merqadoryas proveitosas a nosos reynos terras senhoryos e sudytos á qual terra e costa do brasyll chegarã nosos dytos sudytos e seus dytos navyos que encoraram em certo porto...".

"...depoys que hos ditos navyos dos ditos sopricãtes fosem carregada grande cantydade dos ditos **paos de brasyll** grande numero de alymarias estranhas e pasaros...".

2.6. 1530 – BRASILL, BRAZYLL – Cartas de D. João III de Portugal, outorgando poderes a Martim Afonso de Souza

Em 1530, com o propósito de realizar uma política de colonização efetiva, Dom João III organizou uma expedição ao Brasil. A esquadra de cinco embarcações, bem armadas e aparelhadas, reunia quatrocentos colonos e tripulantes. Comandada por Martim Afonso de Souza, tinha uma tríplice missão: combater os traficantes franceses, penetrar nas terras em direção do Rio da Prata para procurar metais preciosos e ainda estabelecer núcleos de povoamento no litoral. Para isso traziam ferramentas, sementes, mudas de plantas e animais domésticos.

Varnhagen (1839) transcreveu três cartas escritas por D. João III de Portugal, a 30 de junho de 1530, outorgando poderes a Martim Afonso de Souza, em que aparece a palavra ***brasill***[8]:

P. 62:

"*Carta de grandes poderes ao capitão mor, e a quem Ficasse em seu lugar.*

Dom Joham & A quamtos esta minha carta de poder virem faço saber que eu envio ora a martim afonso de Sousa do meu conselho por capitam mor darmada que envyo para a terra do **brasill** e asy de todas as terras que elle dito martim Afonso na dita terra achar e descobrir."

[8] Disse Varnhagen (1839: 57): "Quanto ao nome terra do Brasil, nota-se a razão porque se escreve com letra pequena esta ultima palavra. É bem sabido que já antes do descobrimento do novo-mundo havia no antigo continente, e se fazia uso para a tinturaria do páu-brasil, e que hoje ainda existe em alguns logares da Asia e até na Africa; e das arvores desta espécie, que havia um cerro, ao pé da Angra, na Ilha Terceira, lhe proveio por ventura o nome de Monte-Brasil, que ainda conserva.

Tambem não se ignora que o nome dado por Cabral ás plagas occidentaes, que descubriu, foi, segundo Pero Vaz Caminha, o de Terra de Vera-Cruz, e ao depois disseram de Santa-Cruz; e que sendo a principio a utilidade desta terra exclusivamente a de lhe extrahir o Brasil, por isso lhe chamaram Terra do Brasil".

P. 64:

"*Carta de poder para o capitão mor criar tabaliães e mais officiaes de justiça*.

Dom Joham & A quantos esta mijnha carta virem faco saber que eu envyo ora a martym afonso de sosa do meu conselho por capitam moor darmada que envio a terra do **brasill** e asy das terras que elle na dita terra achar e descobryr...".

P. 65:

"*Carta para o capitão mór dar terras de sesmaria.*

Dom Joham &c A quantos esta mjnha carta virem faco saber pera que as terras que martym afonso de sousa do meu conselho descobryr na terra do brazyll omde o emvio por meu capitão moor se apossam aproveytar eu por esta mynha carta le dou poder pera que elle dito martym afonso posa dar as pessoas que comsygo leuar as que na dita terra quyserem vyuer e pouoar aquella parte das terras que hasy achar e descobryr.".

2.7. 1534 (5 de abril) – BRAZIL, BRAZILL – Carta de doação da Capitania da Bahia a Francisco Pereira Coutinho

Esta carta foi transcrita por Sousa (B. J. de) (1978: 75):

"Outro sy me praz por Respeyto do Cuydado que o dyto Capitam e seus subcesores am de ter de guardar e conservar o brazil que na dita terrãa ouver de lhe fazer doaçam e mercê de Juro e herdade para sempre de vintena parte do que lyquydamente Render para mim fóra de todas as custas o brazill que se da dyta Capytania trouxer a estes Reynos e a comta do tal Remdimento se fará na casa da myna da Cidade de Lisboa omde o dyto brazill a de vyr e na dita casa tamto que o brazill for vemdido e arrecadado o dinheiro delle lhe será loguo pago e entregue em dinheyro de contado pello feytor e officiaes della, aquillo que per boa comta na dyta vintena montar, e ysto porquanto todo o brazil que na dyta terrãa ouver a de ser sempre meu e de meus subcesores sem o dito Capytão nem outra alguma pessoa poder tratar nelle, nem vendello para fora, somente poderá o dyto Capitão e asy os moradores da dyta Capytania aproveitar-se do dito brazill ahy na terã ou que lhes for necesaryo segundo he declarado no forall e tratando nelle ou vendendo para fora encorreram nas penas contheudas no dito forall."

2.8. 1534 (6 de agosto) – PÁO BRASIL – Foral da Capitania da Bahia e Cidade do Salvador

Em Cerqueira e Silva (1937: 9; cf. tb. Sousa (B. J. de),1978:75) consta:

"O páo Brasil da dita capitania e assi qualquer especiaria, ou drogaria de qualquer qualidade que seja que nella houver pertencerá a mim, e será sempre tudo meu e de meus successores sem o dito capitão nem outra alguma pessoa poder tratar das ditas cousas, nem em algumas dellas lá na terra, nem as poderão vender, nem tirar para meus reinos e senhorios nem para fóra d'elles, sob pena de quem o contrario fizer perder por isso toda a sua fazenda para a corôa do reino e ser degradado para a ilha de S. Thomé para sempre, e por emquanto ao Brazil hei por bem que o dito capitão e assi os moradores da dita capitania se possam aproveitar d'elle no que lhes ahi na terra fôr necessario não sendo em o queimar porque queimando-o incorrerão nas ditas penas."

2.9. 1534 (28 de setembro) – PAAO DO BRASYLL – Foral de Duarte Coelho (dado por D. João III a 24 de setembro de 1534)

"Item o **paao do brasyll** da dita capitania e asy quallquer especearya ou drogarya de qualquer calydade que seya que nella ouver pertencerá a mim e seraa tudo sempre meu e de meus subcesores..." (Lima, 1924: 312).

2.10. 1546 – BRASIL – Pedro de Campos Tourinho

Aparentemente, a designação "brasis" aplicada aos aborígenes brasileiros surgiu pela primeira vez na *Carta de Pedro de Campos Tourinho escrita de Porto Seguro a D. João III*, datada de 28 de julho de 1546, em que "se dá conta dos sucessos da Bahia e de se achar em Porto Seguro o donatário Francisco Pereira Coutinho, e pede ao rei prover de artilharia, pólvora e munição de guerra o portador capitão de navio Manuel Ribeiro, por serem na terra muito pobres em quanto se não acabarem os engenhos".

Esse documento é sumamente interessante, porque registra os três sentidos de "brasil": o nome do país, o nome do pau-brasil e (no plural) o nome dos índios brasileiros.

O texto é o seguinte:

"Senhor. – A Baia capitania de Francisco Pereira Coutinho se despovoou per rezão do gentio dela lhe dar gera averá hum anno e ele se ueyo aquy onde ora está sem nunqua pôr nenhua deligencia acerqua de a pouoar e ora sou enformado por hum Diogo Alvarez o galego lingoa que la era morador que daqui foy em hum caravellão á dita Baia que se fora dahy hûa nao de França averia dous ou tres dias os quaes fizeram amizade com os brasys e levou toda a artelharia e fazenda que ahy fiquou e concertaram com os brasis de tornar dahy a quatro meses com quatro ou cinquo naos armadas e muita gente a pouoar a terra por causa do **brasil** e algodões que nela ha e redificarem as fazendas e engenhos que eram feitos e por o tal nam ser seruiço de Deus nem proveito de V. A. antes destruição de todo o Brasil eu mandei ao dito Francisco Pereira por parte de V. S. logo se embarcasse pera esse Reino fazelo saber a V. S. e por nam ir o faço saber a V. S. e lhe mando hum estormento diso pera com brevidade prouer como for seu serviço.

E pera guarda e conservação do Brasil e de toda esta costa fiz caa Manoel Ribeiro portador capitão do mar por ser pesoa auta e pera o tal abel e pertencente e pera o servir em cousas que cumpram a V. A. muito dilygente" (Malheiro Dias, 1924: 266).

2.11. 1546. BRASYLL - Carta de Duarte Coelho de 20 de dezembro de 1546

"Já tenho escripto a V. A. e lhe fyz saber per outras que escriptas lhe tenho que hua das cousas que mais denefica ao bem e aumento de suas terras he fazer se **brasyll** nem a vymte legoas das povoações que se ora novamente povoam em especiall nesta Nova Lusytania por que o brasyll, Senhor, está muito longe polo

sertão a dentro e muy trabalhoso e muy pelygroso de aver e muy custoso e os Imdeos fazemno de ma vontade pollo qual ese que eu la tenho mandado estes anos passados pera V. A. e asy hum pouco que ate ho presente fyz pera mym pella lycemça de que me V. A. fez merce faz se tudo por sua ordem e muito devagar conforme ha condyção dos Imdeos em dez e doze meses e em ano e meo a carrega de hum navyo e que me saya mais custoso he necessaryo Senhor sofrello pollo que cumpre ao bem da terra, mas a esses a quem V. A. la faz merce de **brasyll** como quer que lhe custa pouco nem estão com os trabalhos e fadygas e em pelygros e derramamento de sangue em que eu Senhor estou e ando não lhes dá nada, Senhor, de cousa algua do que me a mym daa e de que eu synto não ho sentem elles, nem a perda que V. A. recebe.

Porque pera fazerem seu **brasyll** emportunão tanto os imdeos e prometem lhe tamta cousa fora dordem que me tem a terra toda em desordem da ordena a que ha eu tenho posto e se lhe dão algua cousa do que lhe prometem he deytar a perder ho conserto e ordem que tynha posto pera o que cumpre ao trato deste brasyll quando se V. A. qyser servyr delle porque não basta, Senhor, dar lhe as ferramentas como estaa de costume mas pera fazerem os Imdeos fazer **brazill** dam lhe contas da Bahia e carapuças de pena e roupas de cores que homem qua não pode alcançar pera seu vestyr e o que pyor he espadas e espingardas em especiall huns poucos de poucos homens que com favor e abriguo meu de tres anos pera qua estão na terra de Pero Lopez pegado comiguo que como sam darmadores de fazer fazendas como abitadores na terra são armadores de brasyll que nunca deixão de ho fazer e carregar porque de tres anos pera qua tem levados mais de seis ou sete navyos carregados de **brasyll**, eu já lhe tenho requerido e feito sobre yso ho que me pareceo bem e serviço de sua Alteza e qua em minhas terras, Senhor, provido sobre yso e pregaado conforme a ley que V. A. pos em minha doação e vou á mão a yso quamto poso, porque serteffico a V. A. que de tres anos pera qua que se corrompeo este fazer de **brasyll** que poem em muita confusão ha terra e a mym dá grande trabalho e fadyga em acodyr a tamtos descontentes e a remedear desmanchos, porque até nos estorvam este fazer do brasill ao fazermos nossas fazemdas em especyall os enjenhos porque quando estavam os ymdeos famyntos e desejosos de feramentas pollo que lhe devamos nos vynhão a fazer as levadas e toda las outras obras grosas e nos vynhão a vender os mantymentos de que temos asaz necesydade e como estão fartos de ferramentas fazem-se mays royns do que são e allvoraçamse e ensoberbesem-se e levantam-se.

E porque as fazendas em especyall dos enjenhos por estarem espalhadas e não juntas e os que vem a fazer estes enjenhos não vem como homens poderosos pera resystyr mas pera fazerem seus proveitos e pera, os eu aver damparar e defemder como cada dya, faço, mas quem, Senhor, tera tamto dinheiro pera polvora e pylouros artelharia e armas e as outras cousas necesaryas, dyguo, Senhor, que he mui necesaryo remedear V. A. e prover sobre ysto e mandar-me loguo provysão que a vynte legoas de todas estas minhas povoações s. d Olynda vymte legoas pera o sull que he ja outra jeração de ymdeos e de Samta Cruz a vymte legoas pera ho norte que he ja outra jeração na terra de Pero Lopez de Souza se não faça **brasyll** daquy a dez ou doze anos ou menos, sob pena da mesma pena que V. A. já tem posto e mande me provysão dysto e nysto remedeará V. A. o que per outra vya senão pode remedear a quem quyser fazer **brasyll** há outros portos muitos omde ho podem fazer sem me fazerem tanto mall e dano e tanto desservyço de Deus e de V. A. e este de por aquy ao redor que he o milhor de todo outro **Brasyll** fycará guardado pera quamdo se V. A. quyser seruyr delle que por sua ordem e com todo resguardo se fará" (Lima, 1924: 314).

"Torno a lembrar a V. A. e a lhe pedir proveja sobre este fazer do **brasyll** porque ora novamente per hum navyo que aquy chegou do reino nos deu qua novas de estarem la prestes pera se vyrem aquy fazer trynta myll quyntaes e pasante delles cousas que tanto escamdollo e allvoroço meteo neste pvo d'Olynda e em todos os moradores e povoadores destas minhas terras e me vyeram, Senhor, com pytyções e com requerimentos que tall não consentisse senão que me emcamparyam as fazendas e os enjenhos e mas ouveram por emcampadas se tal consemtysse, e posto, Senhor, que já o qua tynha defeso oje neste dia o torney mandar pregoar por todallas povoações e fazendas pesoa allgûa ho não corte nem faça nam falle em se fazer **brasyll** a vynte legoas destas povoaççoes sob a pena per V. A. posta em minhas doações..." (Lima, 1924: 315-316).

2.12 1549 – BRASYLL - Carta de Duarte Coelho (14 de abril de 1549)

"...pedem a V. A. que por vymte anos lhes dê ho **brasyll** todo de toda a costa metendo diamte dê tudo ho destas terras da Nova Lusytania e asy lhe pedem que demtro no dito tempo lhe llargue e dê todollos dizemos e remdas de todallas terras e costa do Brasyll..." (Lima, 1924: 318).

"Outrosy que por espaço do dito tempo aja por bem de me dar lyçemça que em cada hum anno posa mandar de qua tres mil quymtaes de **brasyll** as minhas propias custas fora de todos os dereitos pera ajuda dos sobreditos gastos pera me tornar a forneçer e reformar de cousas de que tenho necessidade pera os negoçios de qua porque não acho já no reino quem me empreste nem dê dinheiro a caymbos, ho qual **brasyll** poderey mandar adonde me bem vyer quer a levante quer a poente onde quer que mandar buscar as cousas necessárias e a quysera pesada pello seu feitor e ofyciaes e pasaram sua arrecadação pera onde quer que for com decllaraçã do que he da quall sendo V.

A. disso servido me mande pasar a provysão e a mande dar a Manoell dAlbuquerque ou ha quem por minha parte lha requerer o qual **brasyll** em parte onde não faça nojo porque asy me compre e dygo, Senhor, tres mill quintaes porque segun qua custa e o pouco que lla vai nam se tornaram em mill quintaes.

Por quamto, Senhor, este fazer de **brazyll** que com tamta desordem querem fazer e he tão danoso e tão oudyoso o fazer dele nesta comarca dOlynda e Samta Cruz quanto já tenho esprito a V. A. e envyado por estromentos e pedyndo lhe ha tres anos e per tres vyas que sobre yso proveja por de quantos allvaraes V. A. tem mandado pasar todos se qerem aquy vyr pera acabar de deitar a perder tudo e pera pyor ser está pegada comigo a terra de Pedro Lopez deSousa que Deus aja omde não esteve o proprio pastor mas outra cousa não emtemdem senão em fazer **brasyll** já dysto tenho dado conmta a V. A. Peço a V. A. que mande que do cabo de Samto Agostynho ate Capyguoary-benmeryn que o estremo dos petyguoares que pode ser doze ou treze legoas pouco mais ou menos que he tudo de hûa Jeração que nesta sobredita comarca se não faça **brasyll** allgûu daqy a dez ou doze anos pera se há cousa se tornar a meter em ordem, pois ahy ha tamtos outros portos em que ho podem fazer asy do cabo de Samto Agostynho ate São Francisco que he na mesma minha costa como dahy pera baixo e na costa potiguares que são outras jerações contrairas destas e fazemdo o lla não nos danefycam e a quem V. A. ouver por bem de ho dar quer nos petygoares quer nos outros meus portos debaixo podem, Senhor, vyr aquy pera mais sogorydade e toda hajuda e favor que lhes eu poder dar lhe darey de boa vomtade asy pera os petygoares que he daquy doze quynze vynte trynta e corenta legoas tudo costa omde ha **brasyll** muito e bom e mais barato que este daquy asy polla desordem como por ser dez doze quynze legoas pello sertão adentro, como queremdo ir aos outros meus portos do cabo de samto agostynho pera ho sull que he outra jeração comtrayros destes porque asy como os meus bragantyns e os caravellões dos moradores andam a mayor parte do ano por toda minha costa asy poderam andar os seus navyos e eu os favorecerey e ajudarej no que poder e aquy se poderam fornecer e avyar de lymgoas e do mais que lhes cumprir e poderem comprar o vender com os moradores e povoadores da terra e fazerem seu proveito sem nos daneficarem asy ha mym com aos que comigo estão" (Lima, 1924: 318).

2.13. 1552 – PAO BRASIL – João de Barros

João de Barros [Figura 42], chamado *o Grande* ou *o Tito Lívio Português*, (Viseu, ca.1496 —Pombal, Ribeira de Alitém, 20 de Outubro de1570) é geralmente considerado o primeiro grande historiador português e pioneiro da gramática da língua portuguesa, tendo escrito a segunda obra a normatizar a língua, tal como falada em seu tempo.

Filho bastardo de um nobre, Lopo de Barros, Corregedor de Entre Tejo e Guadiana, foi educado na corte de Dom Manuel I, no período de maior apogeu dos descobrimentos portugueses, tendo ainda na sua juventude concebido a ideia de escrever uma história dos portugueses no oriente. Sua prolífica carreira literária iniciou-se com pouco mais de vinte anos, ao escrever um romance de cavalaria, a *Crónica do Emperador Clarimundo, donde os Reys de Portugal descendem*, dedicado ao soberano e ao príncipe herdeiro Dom João.



Figura 42. João de Barros.

Este último, ao subir ao trono como Dom João III, em 1521, concedeu a João de Barros o cargo de capitão da fortaleza de São Jorge da Mina, para onde partiu no ano seguinte. Em 1525 foi nomeado tesoureiro da Casa da Índia, missão que desempenhou até1528.

A peste negra de 1530 levou-o a refugiar-se na sua quinta da Ribeira de Alitém, próximo de Pombal, vila onde concluiu o seu diálogo moral, *Rhopicapneuma*, alegoria que mereceu louvores do catalão Juan Luis Vives.

Regressado a Lisboa em 1532, o rei designou-o como feitor das casas da Índia e da Mina - uma posição de grande destaque e responsabilidade, numa Lisboa que era então um empório, a nível europeu, para todo o comércio estabelecido com o oriente. João de Barros provou ser um administrador bom e desinteressado, algo raro para a época, como demonstra o surpreendente facto de ter amealhado pouco dinheiro com este cargo (quando os seus antecessores haviam adquirido grandes fortunas).

Casou com Maria de Almeida, 3.ª Senhora da Quinta de São Lourenço, em Santiago de Litém, Pombal, filha de Diogo de Almeida, nascido c. 1479, Escrivão do Armazém de Lisboa e 2.º Senhor da Quinta de São Lourenço, em Santiago de Litém, Pombal, e sua Capela na Igreja Matriz, e de sua mulher Catarina Coelho, irmã de Lourenço de Cáceres, a quem foi encomendada a História da Índia, incumbência em que sucedeu seu sobrinho por afinidade João de Barros. Dela teve cinco filhos e três filhas.

Em 1534 Dom João III, procurando atrair colonos para se estabelecerem no Brasil, evitando assim as tentativas de penetração francesa, dividiu a colônia em capitanias hereditárias, seguindo um sistema que já havia sido utilizado nas ilhas atlânticas dos Açores, Madeira e Cabo Verde, com resultados comprovados. No ano seguinte João de Barros foi agraciado com a posse de duas capitanias, em parceria com Aires da Cunha – o Ceará e o Pará. Constituiu a expensas suas uma armada de dez navios e novecentos homens, que zarpou para o Novo Mundo em 1539.

Devido talvez à ignorância dos seus pilotos, a frota não atingiu o objetivo pretendido, tendo andado à deriva até aportar às Antilhas espanholas. Demonstrando um grande humanismo, talvez incomum para a época, pagou as dívidas dos que haviam falecido na expedição. No entanto isto resultou em grandes problemas financeiros a João de Barros, com os quais teve que lidar até ao fim da vida, vendo-se mesmo obrigado a hipotecar parte dos seus bens.

Durante estes anos prosseguiu seus estudos durante as horas vagas e pouco após a desastrosa expedição ao Brasil, em 1540 publicou a *Grammatica da Lingua Portuguesa* e diversos diálogos morais a acompanhá-la, para ajudar ao ensino da língua materna. A *Grammatica* foi a segunda obra a normatizar a língua portuguesa, tal como falada em seu tempo – precedida apenas pela de Fernão de Oliveira, impressa em 1536 – sendo entretanto considerada a primeira obra didática ilustrada no mundo.

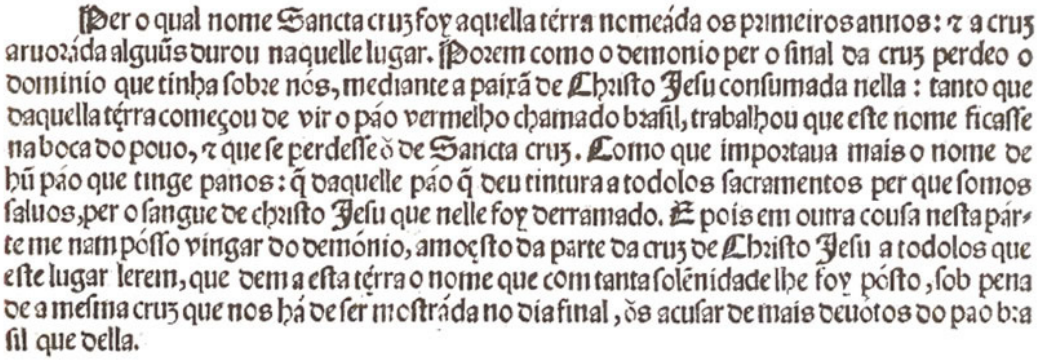
Pouco depois (seguindo uma proposta que lhe havia sido ainda endereçada por Dom Manuel I), iniciou a escrita de uma história que narrasse os feitos dos portugueses na Índia – as *Décadas da Ásia* (*Ásia de Ioam de Barros, dos feitos que os Portuguezes fizeram na conquista e descobrimento dos mares e terras do Oriente*), assim chamadas por, à semelhança da história liviana, agruparem os acontecimentos por livro em períodos de dez anos. A primeira década saiu em 1552, a segunda em 1553 e a terceira foi impressa em1563. A quarta década, inacabada, foi completada por João Baptista Lavanha e publicada em Madri em 1615, muito depois da sua morte.

Não obstante o seu estilo fluente e rico, as "Décadas" conheceram pouco interesse durante a sua vida. É conhecida apenas uma tradução italiana em Veneza, em 1563. Dom João III, entusiasmado com o seu conteúdo, pediu-lhe que redigisse uma crônica relativa aos acontecimentos do reinado de Dom Manuel - o que João de Barros não pôde realizar, devido às suas tarefas na Casa da Índia, tendo a crônica em causa sido redigida por outro grande humanista português, Damião de Goes. Diogo do Couto foi encarregado mais tarde de continuar as "Décadas", adicionando-lhes mais nove. A primeira edição completa das 14 décadas surgiu em Lisboa, já no século XVIII (1778 - 1788).

Em janeiro de 1568 João de Barros sofreu um acidente vascular cerebral e foi exonerado das suas funções na Casa da Índia, recebendo título de fidalguia e uma tença régia do rei Dom Sebastião. Faleceu na sua quinta de Alitém, em Pombal, a 20 de outubro de 1570. Morreu na mais completa miséria, sendo tantas as suas dívidas que os filhos renunciaram ao seu testamento.

Enquanto historiador e linguista, João de Barros merece a fama que começou a correr logo após a sua morte.

Barros (1552: 56r) citou o pau-brasil:

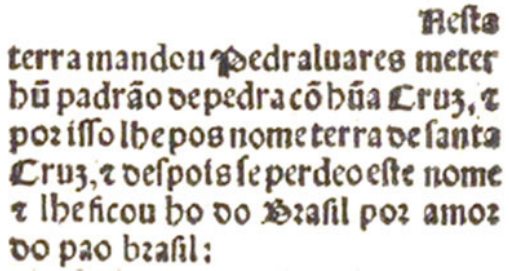


Per o qual nome Sancta cruz foy aquella têrra nomeáda os primeiros annos: & a cruz aruoráda alguũs durou naquelle lugar. Porem como o demonio per o final da cruz perdeo o dominio que tinha sobre nós, mediante a paixã de Christo Jesu consumada nella: tanto que daquella têrra começou de vir o páo vermelho chamado brasil, trabalhou que este nome ficasse na boca do pouo, & que se perdesse ẽ de Sancta cruz. Como que importaua mais o nome de hũ páo que tinge panos: q̃ daquelle páo q̃ deu tintura a todolos sacramentos per que somos saluos, per o sangue de christo Jesu que nelle foy derramado. E pois em outra cousa nesta párte me nam pósso vingar do demónio, amoęsto da parte da cruz de Christo Jesu a todolos que este lugar lerem, que dem a esta têrra o nome que com tanta solénidade lhe foy pósto, sob pena de a mesma cruz que nos há de ser mostráda no dia final, ẽs acusar de mais deuotos do pao brasil que della.

2.14. 1554 –BRASIL – Fernão Lopes de Castanheda

Fernão Lopes de Castanheda (Santarém, c.1500 — Coimbra, 1559) era filho natural de um magistrado que ocupou o cargo de juiz em Goa. Em 1528 acompanhou o seu pai ao Estado Português da Índia e às Molucas. Aí permaneceu dez anos, de 1528 a 1538, reunindo toda a informação que conseguiu sobre a descoberta e conquista da Índia pelos Portugueses, a fim de escrever um livro sobre o assunto. Em 1538 regressou a Portugal, tendo reunido, a partir de documentos escritos e relatos orais, o material para sua grande obra histórica. Em graves dificuldades financeiras estabeleceu-se em Coimbra, onde ocupou o modesto cargo de bedel na Universidade de Coimbra. Em Coimbra foram impressos oito dos dez volumes da sua "*História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*": o primeiro volume foi publicado em 1551, com uma segunda edição em 1554. Os volumes II e III apareceram em 1552, o IV e o V em 1553, o VI em 1554. O volume VII foi publicado sem lugar nem data e o VIII em 1561. Seis volumes foram publicados em vida e três postumamente. Após a publicação do oitavo volume, a rainha regente D. Catarina, pressionada por alguns fidalgos a quem não agradava a objetividade de Castanheda, proibiu a impressão dos dois últimos volumes.

Segundo Castanheda (1551: 64, Capítulo 31):



Nesta terra mandou Pedraluares meter hũ padrão de pedra cõ hũa Cruz, & por isso lhe pos nome terra de santa Cruz, & despois se perdeo este nome & lhe ficou ho do Brasil por amor do pao brasil:

2.15. 1555 – BRAZYLL – Francisco Portocarrero (Carta de 20 de abril de 1555)

"...a rezão era por a gente da terra ter fomes e os propios framceses yão colher ho **brazyll** ao mais quinze ou vinte legoas pola terra demtro ficando a nao somente com seis ou setes pesoas..." (Azevedo, 1924: 377).

2.16. 1566 – BRASIL – Damião de Goes

De família nobre, Damião de Goes [Figura 43] (Alenquer, 2 de fevereiro de 1502 — 30 de janeiro de 1574) era filho do almoxarife Rui Dias de Goes, valido do Duque de Aveiro e da sua quarta mulher Isabel Gomes de Limi, neta paterna de Nicolau de Limi, fidalgo flamengo que se estabeleceu em Portugal.



Figura 43. Damião de Goes.

Devido à morte do seu pai, a formação de Damião de Goes foi feita na corte de D. Manuel I, a qual integrou aos nove anos como moço de câmara e onde passou 10 anos. Em 1523 foi colocado por D. João III como secretário da Feitoria Portuguesa de Antuérpia — em atenção à sua ascendência flamenga.

Efetuou várias missões diplomáticas e comerciais na Europa entre 1528 e 1531. Em 1533 abandonou o serviço oficial do governo português e dedicou-se exclusivamente aos seus propósitos de humanista. Em viagens pela Europa do Norte, contatou eminentes humanistas e reformadores, conhecendo pessoalmente Lutero, Melanchthon e tornando-se amigo íntimo do humanista holandês Erasmo de Roterdão, com quem conviveu em Basileia em 1534 e que o guiou nos seus estudos, assim como nos seus escritos.

Estudou em Pádua entre 1534 e 1538, onde foi contemporâneo dos humanistas italianos Pietro Bembo e Lazzaro Buonamico. Pouco tempo depois fixou-se em Lovaina por um período de seis anos. Damião de Goes foi feito prisioneiro durante a invasão francesa da Flandres; mas foi libertado pela intervenção de Dom João III, que o trouxe para Portugal. Versátil e culto, tornou-se escritor, músico, compositor, colecionador de arte e mecenas. Entre as obras por si coleccionadas é frequentemente atribuído o tríptico de *As Tentações de Santo Antão*, do pintor holandês Hieronymus Bosch.

Publicou diversas obras humanistas e historiográficas, que lhe valeram a perseguição por alguns elementos do clero português. Quando regressou definitivamente a Portugal, em 1545, foram-lhe movidos dois processos no Tribunal do Santo Ofício. Arquivados os mesmos, em 1548 foi nomeado guarda-mor dos Arquivos Reais da Torre do Tombo e dez anos mais tarde foi

escolhido pelo cardeal D. Henrique para escrever a crônica oficial do rei D. Manuel I, completada em 1566 (Goes, 1566).

No entanto, apesar do rigor historiográfico, este seu trabalho desagradou a algumas famílias nobres e em 1571 Damião de Goes caiu nas garras do Santo Ofício (Inquisição). Sem a proteção do cardeal-regente, foi preso, sujeito a processo e depois, em 1572, transferido para o Mosteiro da Batalha. Abandonado pela sua família, apareceu morto, com suspeitas de assassinato, na sua casa de Alenquer, em 30 de Janeiro de 1574, sendo enterrado na igreja de Santa Maria da Várzea, da mesma vila, que mandara restaurar em 1560.

Em 1940, devido à ruína, a capela que inclui o túmulo de Damião de Goes e de sua mulher, Joana van Hargen, foi trasladada para a atual igreja de São Pedro, de Alenquer, onde se encontra hoje e está classificado como Monumento Nacional desde 1910. Nas paredes laterais foi inserida a pedra com as armas de Damião de Goes, dadas ao escritor pelo imperador Carlos V, e as de Joana van Hargen e o curioso epitáfio tumular de Damião de Goes, escrito pelo próprio em 1560, cerca de quinze anos antes da morte, com o busto e o texto em latim: *"Ao maior e optimo Deus. Damião de Goes, cavaleiro lusitano fui em tempos; corri toda a Europa em negócios públicos; sofri vários trabalhos de Marte; as musas, os príncipes e os varões doutos amaram-me com razão; descanso neste túmulo em Alenquer, aonde nasci, até que aquele dia acorde estas cinzas.*

Disse Goes (1566: Cap. 55, fólios 51v-52r):

Antes que
Pedralurez partiſſe deſte lugar,
mandou poer em terra hũa Cruz
de pedra quomo por padrão,com
q̃ tomaua poſſe de toda ha quel-
la prouinçia, pera Coroa dos Re-
gnos de Portugal, àqual pos no-
me de ſancta Cruz, poſto que ſe
agora (erradamente) chame do
Braſil,por caſo do pao vermelho
que della vem,a que chamão Bra-

ſil,& aſsi deſpachou pera ho Reg
no Gaſpar de lemos no ſeu nauio,
com nouas deſte deſcobrimento,
no qual mandou hum homem
dos da terra a elRei.ho que feito,
deixando alli dous degradados,
de vinte que leuaua , ſe partio
ahos dous dias do mes de Maio,
tomando ſua derrota pera ho ca
bo de boa Sperança.

2.17. 1576 – PAO BRASIL - Pero de Magalhães de Gândavo

O historiador e cronista português Pero de Magalhães Gândavo era filho de pais flamengos oriundos da cidade de Gand, donde seu apelido. Nasceu em Braga por volta de 1540. Foi professor de latim e portguês no norte de Portugal e secretário na Torre do Tombo. Esteve no Brasil provavelmete entre 1558 e 1572, para trabalhar na fazenda do governo da Bahia. Faleceu em Braga por volta de 1580.

Devemos-lhe três obras sobre o Brasil: o *Tratado da Provincia do Brasil* e o *Tratado da Terra do Brasil*, manuscritos talvez escritos ao redor do ano de 1571 e a *História da Província Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil* [Figura 44] (impresso em 1576).



Figura 44. Frontispício da *Historia da prouincia sãcta Cruz* de Pero de Magalhães de Gândavo (1576).

Na *Historia da prouincia sãcta Cruz* (Gândavo, 1576) consta:

Fólios 7r-7v:

O que nam parece carecer
de myſterio, porque aſsi como neſtes Reinos de Portu
gal trazem a Cruz no peito por inſignia da ordem &
cauallaria de Chriſtus, aſsi prouue a elle que eſta terra
ſe deſcubriſſe a tempo, que o tal nome lhe podeſſe ſer
dado neſte ſancto dia, pois auia de ſer poſſuida de Por
tugueſes, & ficar por herança de patrimonio ao meſtra
do da meſma ordem de Chriſtus. Por onde nam pare
ce razão, que lhe neguemos eſte nome, nem que nos

eſqueçamos delle tam indiuidamente por outro que lhe deu o vulgo mal conſiderado, depois que o pao da tinta começou de vir a eſtes Reinos. Ao qual chamaram braſil por ſer vermelho & ter ſemelhança de braſa, & daqui ficou a terra com eſte nome de Braſil. Mas pera que neſta parte magoemos ao Demonio, que tanto trabalhou & trabalha por extinguir a memoria da Sancta Cruz, & deſterrala dos corações dos homẽs (mediante a qual fomos redemidos & liurados do poder de ſua tyrannia) tornemoslhe a reſtituir ſeu nome, & chamemoslhe prouincia de Sancta Cruz como em principio (que aſsi o amoeſta tambem aquelle illuſtre & famoſo eſcritor Ioão de Barros na ſua primeira Década, tratando deſte mesmo deſcobrimento). Porque na verdade mais he deſtimar & milhor ſoa nos ouuidos da gẽte Chriſtaã o nome de hum pao em que ſe obrou o myſterio de noſſa redempçam, que o doutro que nam ſerue de mais que de tingir panos ou couſas ſemelhantes.

Fólio 18v:

Tambem ha muito pao braſil neſtas capitanias de que os mesmos moradores alcançam grande proueito: o qual pao ſe moſtra claro, ſer produzido da quentura do Sol, & criado com a influencia de ſeus rayos, porque nam ſe acha ſe nam debaixo da Torrida zona: & aſsi quãto mais perto eſtá da linha Equinocial, tãto he mais fino & de melhor tinta. E eſta he a cauſa porque o nam ha na capitania de S. Vicente, nem dahi pera o Sul.

2.18. 1597 – PÁO BRAZIL - Gabriel Soares de Souza

Gabriel Soares de Sousa (Portugal, década de 1540 — Bahia, 1591) foi um agricultor e empresário português, e um estudioso e historiador do Brasil.

Foi para o Brasil entre os anos de 1565 e 1569. Na Bahia estabeleceu-se como colono agrícola. Ali casou e prosperou a ponto de, nos 17 anos de estada, se fazer senhor de um engenho de açúcar e abastado, como do seu testamento se depreende. Ganhando com a fortuna posição, foi dos homens bons da terra e vereador da Câmara de Salvador.

Um irmão seu que, parece, o precedera, havia feito explorações no sertão do rio São Francisco, onde presumira haver descoberto minas preciosas. Falecido ele, quis Gabriel Soares prosseguir as suas explorações e descobrimentos. Com este propósito passou à Europa em 1584, a fim de solicitar da Corte de Madri autorização e favores para o seu empreendimento de procura e exploração de tais minas. Por justificar seus projetos e requerimentos e angariar-se a boa vontade dos que podiam fazer-lhe as graças pedidas, nomeadamente do Ministro D. Cris-

tóvão de Moura, redigiu nos quatro anos de 1584 a 1587 o longo memorial, como ele próprio o chamou, que conservado inédito até o século XIX, foi publicado sob títulos diferentes, o qual constitui uma verdadeira enciclopédia do Brasil à data da sua composição.

Soares, sujeito de bom nascimento se não fidalgo de linhagem, suficientemente instruído, sobre inteligente, era curioso de observar e saber e excelente observador, como revela o livro. Embora determinado por uma necessidade de momento, não foi este composto de improviso e de memória. Para redigi-lo serviu-se, como declara, das "muitas lembranças por escrito" que nos 17 anos da sua residência no Brasil fez do que lhe pareceu digno de nota. Obtidas as concessões e favores requeridos, nomeado capitão-mor e governador da conquista que fizesse e das minas que descobrisse, voltou ao Brasil em 1591, com uma expedição de 360 colonos e quatro frades.

Malogrou-se-lhe completamente a empresa, pois não só naufragou nas costas de Sergipe mas depois veio, com o resto da expedição que conseguira salvar do naufrágio e reconstituíra na Bahia, a perecer nos sertões pelos quais se internara. Faleceu no final de 1591, perto das cabeceiras do rio Paraguaçu.

Seus ossos foram sepultados na capela-mor da igreja do mosteiro de São Bento, tendo sobre a lápide que os recobre o epitáfio: "Aqui jaz um pecador" segundo o disposto no testamento. Deste documento induz-se que era homem abastado, devoto, nimiamente cuidadoso da salvação da sua alma, mediante esmolas, obras pias, missas e quejandos recursos que aos católicos se deparam para o conseguir.

Em Souza (G. S. de) (1851) há as seguintes passagens citando o "páo brazil":

P. 35 (Capítulo XVI):

D'esta terra sahiram muitos homens ricos para estes reinos que foram a ella muito pobres, com os quaes entram cada anno d'esta capitania quarenta e cincoenta navios carregados de assucar e páo-brazil, o qual é o mais fino que se acha em toda a costa; e importa tanto este páo a S. Magestade, que o tem agora novamente arrendado por tempo de dez annos por vinte mil cruzados cada anno.

P. 42 (Capítulo XX):

Está capaz este rio para se perto da barra d'elle fazer uma povoação valente de uma banda e da outra para segurança dos navios da costa, e dos que o tempo ali faz chegar, onde se perdem muitas vezes, e podem os moradores, que n'elle vivem, fazer grandes fazendas e engenhos até a cachoeira, em derredor da qual ha muito páo brazil, que com pouco trabalho se póde carregar.

P. 44 (Capítulo XXII):

Tem este rio á boca da barra uns bancos de arêa que botam meia legoa ao mar. Por este rio se navega tres legoas, que tantas entra a maré por elle acima, o qual é muito farto de peixe e mariseo, cuja terra é sofrivel para se poder povoar, e no sertão d'ella tem grandes matas de páo brazil.

P. 45 (Capítulo XXIII):

Pelo sertão d'este rio ha muito páo brazil, que com pouco trabalho todo póde vir ao mar, para se poder carregar para estes reinos. E para que esta costa esteja segura do gentio, e os Francezes desenganados de não poderem vir resgatar com elle entre a Bahia e Pernambuco, convém ao serviço de S. Magestade que mande povoar e fortificar este rio, o que se póde fazer com pouca despeza de sua fazenda

P. 81 (Capítulo XL):

Costumavam os Francezes entrar por este rio pequeno a carregar páo brazil, que traziam para as náos que estavam surtas na bahia ao abrigo das ilhas.

Pp. 91-92 (Capítulo LVI):

N'este Rio de Janeiro se podem fazer muitos engenhos por ter terras e aguas para isso, em o qual se dão as vaccas muito bem, e todo o gado de Hespanha: onde se dá trigo, cevada, vinho, marmelos, romãs, figos e todas as fructas de espinho; e é muito farto de pescado e marisco, e de todos os mantimentos que se dão na costa do Brazil: onde ha muito páo do Brazil, e muito bom.

P. 94 (Capítulo LVIII):

Com este gentio tiveram grande entrada os Francezes, de quem foram bem recebidos no Cabo Frio e no Rio de Janeiro, onde os deixaram fortificar e viver até que o governador Mem de Sá os foi lançar fóra; e depois Antonio Salema no Cabo Frio. Nestes dous rios costumavam os Francezes resgatar cada anno muitos mil quintaes de páo brazil, aonde carregavam delle muitas náos que traziam para França.

2.19. 1605 (5 de janeiro) – PÁO BRAZIL – Filipe II de Portugal (Filipe III de Espanha)

Neste alvará expedido por Filipe II existe a seguinte passagem (Andrade e Silva, 1854: 104):

E para que isto se possa mais cumpridamente executar, e se tire, por todas as vias, aos ditos desobedientes o tracto e commercio nos ditos meus Reinos e Senhorios de Portugal — hei por bem, e mando, que, da publicação deste em diante, os Contractadores de minhas Alfandegas do páo brazil, e quaesquer outros Rendeiros, e pessoas particulares, a quem tenho dado, ou dér, licença para poderem enviar urcas e navios estrangeiros ás partes do Brazil, ou a quaesquer outras ultramarinas das Conquistas do dito Reino, não possam fazer suas viagens, sem primeiro se apresentarem no Conselho da India, e justificarem nelle bastantemente como as urcas e navios, que, em virtude da dita licença, quizerem enviar ás ditas partes, não são das Ilhas desobedientes de Ollanda e Zellanda, nem nellas vão pessoas algumas naturaes dellas: — e constando que não são, darão, antes de sua partida, fiança de dez mil cruzados em dinheiro, pelos quaes se obriguem a ir em direitura ás partes para onde forem fretados, e tornar dellas em direitura aos ditos Reinos de Portugal

— para o que levarão Passaporte do dito Conselho da India, assignado por o Presidente e Conselheiros delle — sob pena de todas as pessoas, de qualquer estado e condição que sejam, que o contrario fizerem, e nas ditas urcas e navios carregarem fazendas, sem terem o dito Passaporte, percam todas as que assim carregarem — e os que fretarem as ditas urcas e navios, percam toda a que tiverem, applicada uma e outra, ametade para o meu Fisco Real, e a outra ametade para o accusador — e incorrerão, além disto, em todas as mais penas declaradas em as minhas Leis e Ordenações.

2.20. 1605 (12 de dezembro) – PÁO BRASIL – Regimento do pau-brasil de Filipe II de Portugal (Filipe III de Espanha)

Este documento do Arquivo Nacional (Livro original de regimentos e alvarás, no. 541) foi transcrito por Sousa (B. J. de) (1978 82.84);

REGIMENTO DO PAU-BRASIL

Eu El-rei. Faço saber aos que este Meu Regimento virem, que sendo informado das muitas desordens que ha no certão do páo brasil, e na conservação delle, de que se tem seguido haver hoje muita falta, e ir-se buscar muitas legoas pelo certão dentro, cada vez será o damno mayor se se não atalhar, e der nisso a Ordem conveniente, e necessaria, como em cousa de tanta importancia para a Minha Real Fazenda, tomando informações de pessoas de experiencia das partes do Brasil, e comunicando-as com as do Meu Conselho, Mandei fazer este Regimento, que Hei por bem, e Mando se guarde daqui em diante inviolavelmente.

§ 1.° Primeiramente Hei por bem, e Mando, que nenhuma pessoa possa cortar, nem mandar cortar o dito páo brasil, por si, ou seus escravos ou Feitores seus, sem expressa licença, ou escripto do Provedor mór de Minha Fazenda, de cada uma das Capitanias, em cujo destricto estiver a mata, em que se houver de cortar; e o que o contrario fizer encorrerá em pena de morte e confiscação de toda sua fazenda.

§ 2.° O dito Provedor Mór para dar a tal licença tomará informação da qualidade da pessoa, que lha pede, e se della ha alguma suspeita, que o desencaminhará, ou furtará ou dará a quem o haja de fazer.

§ 3.° O dito Provedor Mór fará fazer um Livro por elle assignado, e numerado, no qual se registarão todas as licenças que assim der, declarando os nomes e mais confrontações necessarias das pessoas a que se derem, e se declarará a quantidade de páo para que se lhe dê licença, e se obrigará a entregar ao contractador toda a dita quantidade, que trata na certidão, para com ella vir confrontar o assento do Livro, de que se fará declaração, e nos ditos assentos assignará a pessoa que levar a certidão, e a pessoa, que levar a licença, com o Escrivão.

§ 4.° E toda a pessoa, que tomar mais quantidade de páo de que lhe fôr dada licença, além de o perder para Minha Fazenda, se o mais que cortar passar de dez quintaes, incorrerá em pena de cem cruzados, e se passar de cincoenta quintaes, sendo peão, será açoutado, e degradado por des annos para Angola, e passando de cem quintaes morrerá por elle, e perderá toda sua fazenda.

§ 5.° O provedor fará repartição das ditas licenças em o modo, que cada um dos moradores da Capitania, a que se houver de fazer o córte, tenha sua parte, segundo a possibilidade de cada um, e que em todos se não exceda a quantidade que lhe for ordenada.

§ 6.° Para que se não córte mais quantidade de páo da que eu tiver dada por contracto, nem se carregue a cada Capitania, mais da que boamente se póde tirar della; Hei por bem, e Mando, que em cada um anno se faça repartição da quantidade do páo, que se ha de cortar em cada uma das Capitanias, em que ha mata delle, de modo que em todo se não exceda a quantidade do Contracto.

§ 7.° A dita Repartição do páo que se ha de cortar em cada Capitania se fará em presença do Meu Governador daquelle Estado pelo Provedor Mór da Minha Fazenda, e Officiaes da Camara da Bahia, e nella se terá respeito do estado das matas de cada uma das ditas Capitanias, para lhe não carregarem mais, nem menos páo do que convém para beneficio das ditas matas, e do que se determinar aos mais votos, se fará assento pelo Escrivão da Camara, e delles se tirarão Provisões em nome do Governador, e por elle assignadas, que se mandarão aos Provedores das ditas Capitanias para as executarem.

§ 8.° Por ter informação, que uma das cousas, que maior damno tem causado nas ditas mattas, em que se perde, e destroe mais páos, é por os Contractadores não aceitarem todo o que se córta, sendo bom, e de receber, e querem que todo o que se lhe dá seja roliço, e massiço do que se segue ficar pelos mattos muitos dos ramos e ilhargas perdidas, sendo todo elle bom, e conveniente para o uso das tintas: Mando a que daqui em diante se aproveite todo o que fôr de receber, e não se deixe pelos matos nenhum páo cortado, assim dos ditos ramos, como das ilhargas, e que os contractadores o recebão todo, e havendo duvida se é de receber, a determinará o Provedor de Minha Fazenda com informação de pessoas de credito ajuramentadas; e porque outrosym sou informado, que a causa de se extinguirem as matas do dito páo como hoje estão, e não tornarem as arvores a brotar, é pelo máo modo com que se fazem os córtes, não lhe deixando ramos, e varas, que vão crescendo, e por se lhe pôr fogo

nas raizes, para fazerem roças; Hei por bem, e Mando, que daqui em diante se não fação roças em terras de matas de páo do brasil, e serão para isso coutadas com todas as penas, e defesas, que tem estas coutadas Reaes, e que nos ditos córtes se tenhão muito tento á conservação das arvores para que tornem a brotar, deixando-lhe varas, e troncos com que os possão fazer, e os que o contrario fizerem serão castigados com as penas, que parecer ao Julgador.

§ 9.° Hei por bem, e Mando, que todos os annos se tire devassa do córte do páo brasil, na qual se perguntará pelos que quebrárão, e forão contra este Regimento.

§ 10.° E para que em todo haja guarda e vigilancia, que convém Hei por bem, que em cada Capitania, das em que houver matas do dito páo, haja guardas, duas dellas, que terão de seu ordenado a vintena das condemnações que por sua denunciação se fizeram, as quaes guardas serão nomeadas pelas Camaras, e approvadas pelos Provedores de Minha Fazenda, e se lhes dará juramento, que bem, e verdadeiramente fação seus Officios.

§ 11.° O qual Regimento Mando se cumpra, e guarde como nelle se contém e ao Governador do dito Estado, e ao Provedor Mór da Minha Fazenda, e aos Provedores das Capitanias, e a todas as justiças dellas, que assim o cumprão, e guardem, e fação cumprir, e guardar sob as penas nelle contheudas; o qual se registrará nos Livros da Minha Fazenda do dito Estado, e nas Camaras das Capitanias, aonde houver matas do dito páo, e valerá posto que não passe por carta em meu nome, e o effeito della haja de durar mais de um anno, sem embargo da Ordenação do segundo Livro, titulo trinta e nove, que o contrario dispoem. Francisco Ferreira o fês a 12 de Dezembro de 1605. E eu o Secretario Pedro da Costa o fis escrever "Rey".

2.21. 1618 (21 de setembro) – PAO DO BRASIL – Symão Estacio da Sylveira

Sobre a vida e a obra de Symão Estacio da Sylveira, ver Papavero, Teixeira, Overal & Pujol-Luz (2002: 113-114).

Seu manuscrito *Intento da Jornada do Pará* foi encontrado na Biblioteca Nacional de Madri e publicado nos *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*. Nele é citado o "pao do Brasil" (Sylveira, [1618] 1904: 364):

Ha mais infinitas fruitas, Ananases, batatas inhames, cajus como macaris, mangabas, como uuas de que se faz vinho e vinagre, anhas como amendoas no sabor que durao secas, cocos de que se faz aceyte infinito mil bellas arbores de muito prestimo, ha infinitas madeiras grandissimas ha paodarco, cotiara, que quer dizer pao pintado as aruores das anhas sao como castanheiros he pao amarello, pao Santo, pao do Brasil, angelim, paos de rosa, pao vermelho, pao preto como euano e outras infinitas madeiras que subem ao ceo, per baixo das quaes nao nace mato, até estes paos que fazem tinta amarella, vermelha, laranjada e

vernis muito bom, e breu resina e almasega, em quantidade muita seda, muito algodao e pita e barro ordinario, cal de ostras e outro barro como verde, e muito precioso, e tudo o que nao está muy perto, uem com muita facilidade pellos Rios que todos são nauegaueis.

Sylveira incluiu o "pao do Brasil" entre os produtos do Pará só de oitiva, pois essa árvore não ocorre fora da Mata Atlântica brasileira.

2.22. 1618 – PÁO DO BRAZIL – Ambrósio Fernandes Brandão

Nascido em 1555, Ambrósio Fernandes Brandão residiu em Lisboa e foi acusado da prática de judaísmo. Na denúncia consta que todas as pessoas de sua família eram letradas, desde a esposa, Ana, até a irmã, Joana Batista, e o filho, Duarte. Embora ele tenha sido denunciado perante a Mesa do Santo Ofício em 8 de outubro de 1591, não há, contudo, notícia de que tenha sido processado pela Inquisição. Após a denúncia, viajou para o Brasil, onde viveu durante vinte e cinco anos, primeiro em Olinda (de 1583 a 1597), depois na Paraíba como senhor de engenho (de 1607 a 1618). No Brasil, como cristão novo, Ambrósio foi denunciado pelo padre Francisco Pinto Doutel, vigário de São Lourenço, perante a Mesa do Santo Ofício, na Bahia, a 8 de outubro de 1591, acusado de frequentar a "esnoga" [sinagoga] de Camarajibe.

Em 1618, provável ano em que morreu, concluiu a obra *Diálogos das grandezas do Brasil*, cuja escrita em forma de diálogo era bastante comum na Europa desde a Renascença.

A obra ficou esquecida durante muito tempo até que o historiador Francisco Adolfo de Varnhagen fez uma cópia em 1874, de um apógrafo que encontrou na Biblioteca de Leida, na Holanda. Ele sugeriu que o autor seria Ambrósio Fernandes Brandão.

No *Diálogo Terceiro* tratou do "Páo do Brazil" (Brandão, 1887: 22-24):

me quero passar a tratar da terceira cousa, com que os moradores deste Estado se fazem ricos, com tirarem della muito proveito, que é o páo do Brazil.

ALV.—Assim vos peço que o façaes.

BRAN.— O páo do Brazil, de que toma nome toda esta provincia, como já disse, larga de si uma tinta vermelha, excellente pera tingir pannos de lã e seda, e se fazer della outras pinturas e curiosidades; o qual, posto que se acha por todo este Estado, o mais perfeito e de maior valia é o que se tira das capitanias de Pernambuco, Tamaracá e Parahyba, porque sobrepuja, com muito excesso de bondade, ao mais páo desta calidade, que se dá pelas mais partes; e assim somente do que se tira das tres capitanias referidas se faz caso, e se

leva pera o Reino, aonde se vende a quatro, e ás vezes a cinco mil réis o quintal, segundo a falta ou abundancia que ha delle.

ALV. -Pois dizei-me de que modo tiram os moradores deste Brazil proveito de semelhante páo, e quanto importa á fazenda de Sua Magestade?

BRAN.—O páo do Brazil é droga sua, e como tal defeso ; de modo que ninguem póde tratar nelle senão o mesmo Rei ou os que tiverem licença sua por contracto. Antigamente era licito negociarem todos nelle, com pagarem á fazenda de Sua Magestade um cruzado por quintal de sahida ; mas, por se entender que se usava mal desta ordem que estava dada, se revogou pera que corresse o negocio por contracto, como hoje em dia corre, e se paga de arrendamento por elle no Reino á fazenda de Sua Magestade quarenta mil cruzados pouco mais ou menos, com declaração que os contratadores não poderão tirar em cada um anno deste Estado, especialmente das tres capitanias que tenho apontado, mais de dez mil quintaes de páo ; e, quando um anno tirassem menos, o poderão perfazer no outro.

ALV.—Não entendia que o páo do Brazil era cousa de tanto rendimento pera a fazenda de Sua Magestade, sem na sustentação delle gastar um só real, gastando muitos cruzados na India por adquirir as demais drogas

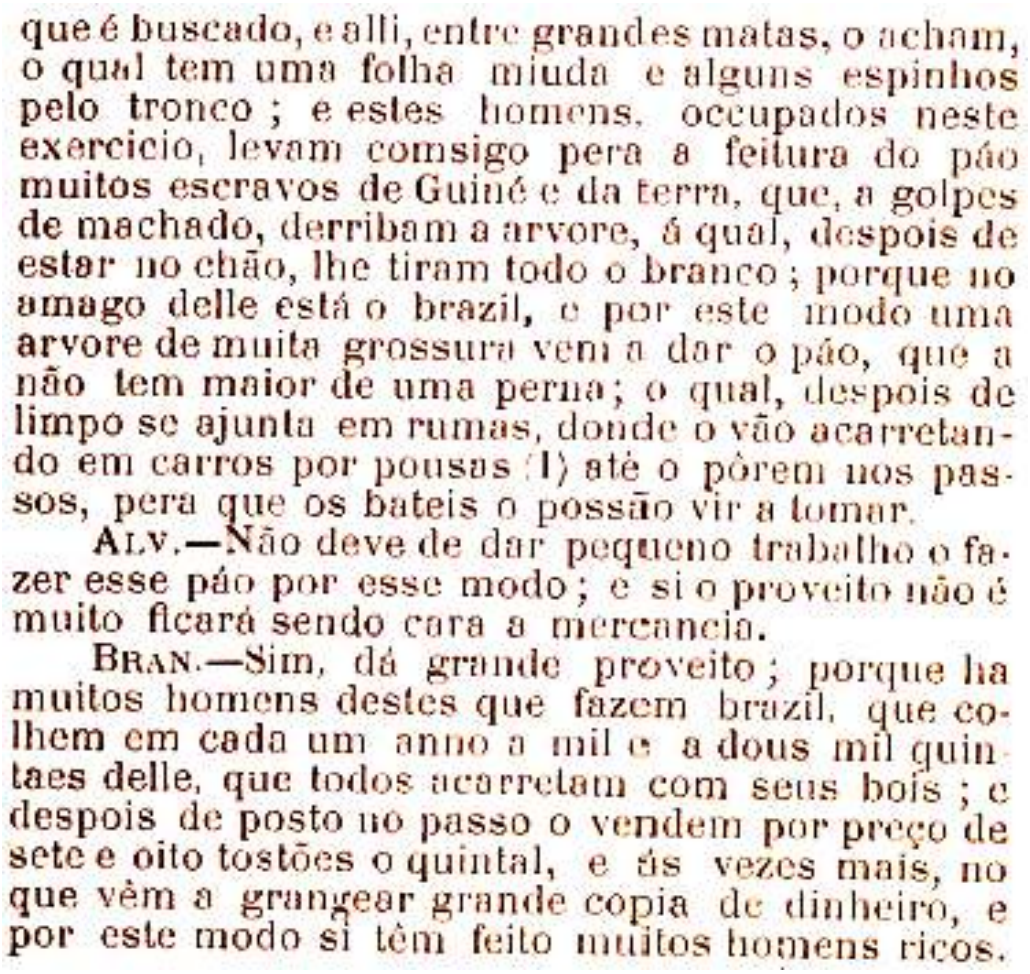
BRAN.—Todo o Brazil rende pera a fazenda de Sua Magestade sem nenhuma despesa, que é o que mais se deve de estimar.

ALV.—E os moradores que proveito tiram desse páo?

BRAN.—Muito grande ; porque ha muita gente que não vive de outra cousa mais que de o irem fazer ás matas, e o acarretarem com bois até o longo d'agua, aonde o vendem ás pessoas que têm licença pera o carregarem.

ALV.—Pois dizei-me de que modo se faz esse páo?

BRAN.—O modo é este : vão-no buscar doze, quinze, e ainda vinte leguas distante da capitania de Pernambuco, aonde ha o maior concurso delle; porque se não póde achar mais perto pelo muito



que é buscado, e alli, entre grandes matas, o acham, o qual tem uma folha miuda e alguns espinhos pelo tronco ; e estes homens, occupados neste exercicio, levam comsigo pera a feitura do páo muitos escravos de Guiné e da terra, que, a golpes de machado, derribam a arvore, á qual, despois de estar no chão, lhe tiram todo o branco ; porque no amago delle está o brazil, e por este modo uma arvore de muita grossura vem a dar o páo, que a não tem maior de uma perna; o qual, despois de limpo se ajunta em rumas, donde o vão acarretando em carros por pousas (1) até o pôrem nos passos, pera que os bateis o possão vir a tomar.

ALV.—Não deve de dar pequeno trabalho o fazer esse páo por esse modo ; e si o proveito não é muito ficará sendo cara a mercancia.

BRAN.—Sim, dá grande proveito ; porque ha muitos homens destes que fazem brazil, que colhem em cada um anno a mil e a dous mil quintaes delle, que todos acarretam com seus bois ; e despois de posto no passo o vendem por preço de sete e oito tostões o quintal, e ás vezes mais, no que vêm a grangear grande copia de dinheiro, e por este modo si têm feito muitos homens ricos.

2.23. 1658 – PÁOS BRÀZIS - Simam de Vasconcellos

Na *Vida do P. Joam d'Almeida da Companhia de Iesv, na Provincia do Brazil* (Vasconcellos, 1658) consta:

"Como tambem querer contar seus grandes Aruoredos, & espessas Matas, que sobem às Nuuens, & encobrem o Ceo: a grossura monstruosa de seus antigos Troncos: a variedade & calidade preciosa de suas especies, as melhores de todo o Uniuerso: dos Cédros, dos Vinhaticos, dos *Iacarandâs*, dos **Páos Bràzis**, Vermelhos**,** Amarelos. Dos Balsamos, dos *Copaibas*, das Almécegas, das *Ibicuybas*...".

2.24. 1663 – BRASIL, PAOS BRASIS, PAOS BRASÍS, BRASÎS – Simam de Vasconcellos

Na *Chronica da Companhia de Jesu no Estado do Brasil* (Vasconcellos, 1663) tem-se:

P. 31

"He abũdante de paos preciosos, especialmente do que chamão **Brasil**: vēse mattas inteiras desde este rio até o rio Paraíba; & he o mais fino de todo o Estado".

P. 33

"As mattas desde o Rio das contas atê o de Santa Cruz, saõ de paos preciosos; especialmente do que chamaõ **Brasil**"

Pp. 45-46

"Veriaõ seus grandes aruoredos, espessas mattas que sóbẽ as nuuẽs. & encobrem o Ceo: a grossura monstruosa de seus antiguos troncos: a variedade de suas preciosas especies, as melhores de todo o Vniuerso, dos cedros, vinhaticos, jacarãdás, paos reys, **paos Brasis** vermelhos & amarellos, bálsamos, copaygbas, almecegas, ibicuygbas, ou nós noscadas, & outras especies innumeraueus de paos reaes, preciosos".

P.90

"Os **paos Brasís**, amarelos, jacarandás, caripinimas, & sobre tudo a amenidade de seus fermosos coqueiraes he singular".

P. 320

"He terra fertil, amena, regadia, capaz de riquezas, de grandes canaueaes, & engenhos, de paos preciosos, **brasîs**, jacarandás, saçafràs, & outros, & de todo o genero de mantimentos Brasilicos".

2.25. 1668 – BRASIL, PAO BRASIL, PAOS BRASIS – Simam de Vasconcellos

Em suas *Noticias cvriosas, e necessarias das covsas do Brasil* (Vasconcellos, 1668) lê-se:

P. 51:

"He abundante de paos preciosos, especialmente do que chamão **Brasil**: vemse matas inteiras desde este rio até o rio Paraíba: & he o mais fino de todo o Estado".

P. 55

"Os principaes são Iagoaripe, Camamù, Rio das contas, Tagype, Rio de S. Iorge, que he mesmo que dos Ilheos. São todos rios de grossas madres, ferteis suas agoas, & arredores. As matas desde o Rio das contas, até o de S. Cuz, saõ de paos preciosos; especialmente do que chamão **Brasil**".

P. 63

"Dizião, que desde o Rio doce até Cabo Frio, todas as mattas erão preciosas de **pao Brasil**, jacarandá, copaigbás, pao rey, bálsamos finos, cheirosissimos, medicinaes, & tudo em tanta quantidade, que poderão carregarse as nãos de Europa toda".

P. 75

"Verião seus grandes aruoredos, espessas matas, que sobem ás nuuens, & encobrem o Ceo: a grossura monstruosa de seus antiguos troncos: a variedade de suas preciosas especies, as melhores de todo o Vniuerso, cedros, vinhaticos, jacarandàs, paos reys, **paos Brasis** vermelhos, & amarellos...".

P. 218

"O segundo nome que teue, foi o de America: este tomou daquelle insigne Geografo, chamado Americo Vespuccio, de quem dissemos, que veio por mandado delRey, D. Manoel, depois de Pedro Aluarez Cabral, a descobrir, & demarcar em segundo lugar a costa do Brasil. O terceiro foi o de Brasil, em que fez troca à cobiça daquelles, que depois vierão ao trato do pao, que agora chamão deste nome".

2.26. 1672 – PAO BRASIL – Simam de Vasconcellos

Em sua *Vida do veneravel Padre Ioseph de Anchieta da Companhia de Iesv* (Vasconcellos, 1672) temos:

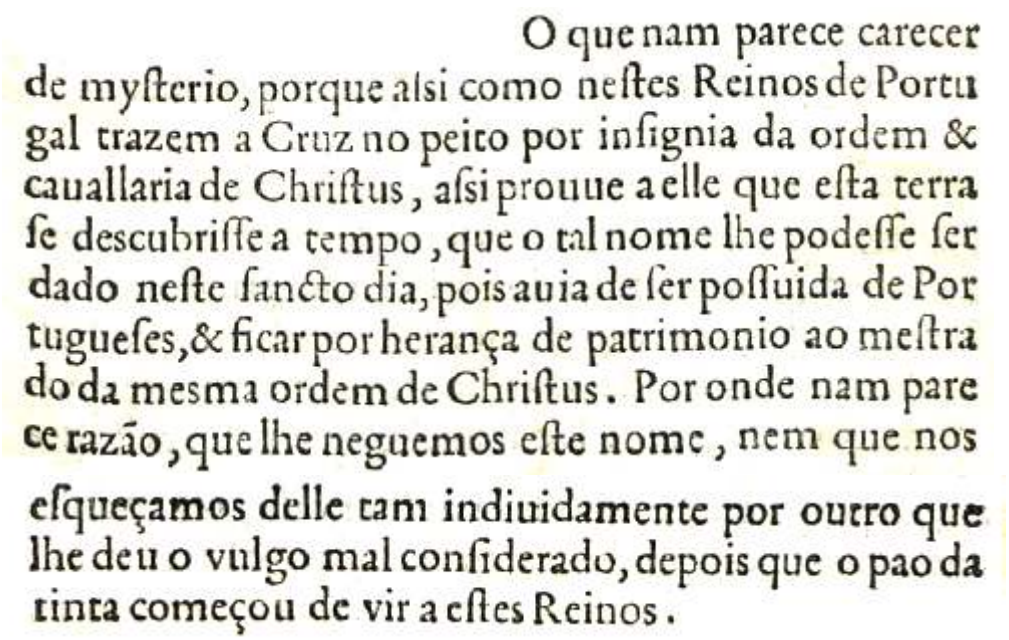
P. 12

"As riquezas desta regiam sam sabidas do mundo; requestadas de todas as gentes, suas doces drogas, seus **paos Brasis**, seus tabacos, & outras semelhantes, de que carregam grandes frotas todos os annos".

3. AS DESIGNAÇÕES “PAU-DE-TINTA” E “PAU VERMELHO” PARA *CAESALPINIA ECHINATA*

3.1. 15 1576 - PÁO DA TINTA, PÁO DE TINTA - Gândavo

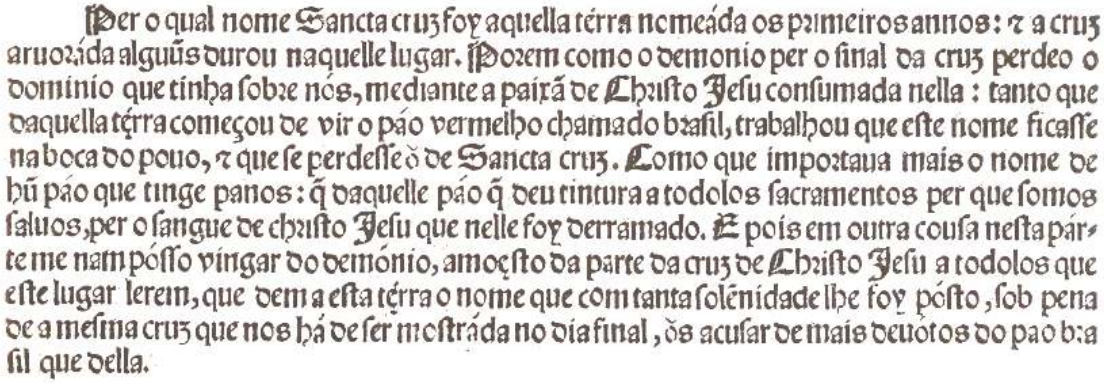
Segundo Gândavo (1576: fólios 7r-7v):



O que nam parece carecer de myſterio, porque aſsi como neſtes Reinos de Portugal trazem a Cruz no peito por inſignia da ordem & cauallaria de Chriſtus, aſsi prouue a elle que eſta terra ſe deſcubriſſe a tempo, que o tal nome lhe podeſſe ſer dado neſte ſancto dia, pois auia de ſer poſſuida de Portugueſes, & ficar por herança de patrimonio ao meſtrado da meſma ordem de Chriſtus. Por onde nam parece razão, que lhe neguemos eſte nome, nem que nos eſqueçamos delle tam indiuidamente por outro que lhe deu o vulgo mal conſiderado, depois que o pao da tinta começou de vir a eſtes Reinos.

3.2. 1552 – PÁO VERMELHO[9], PÁO QUE TINGE PANOS - João de Barros

Em Barros (1552: 56r) consta:

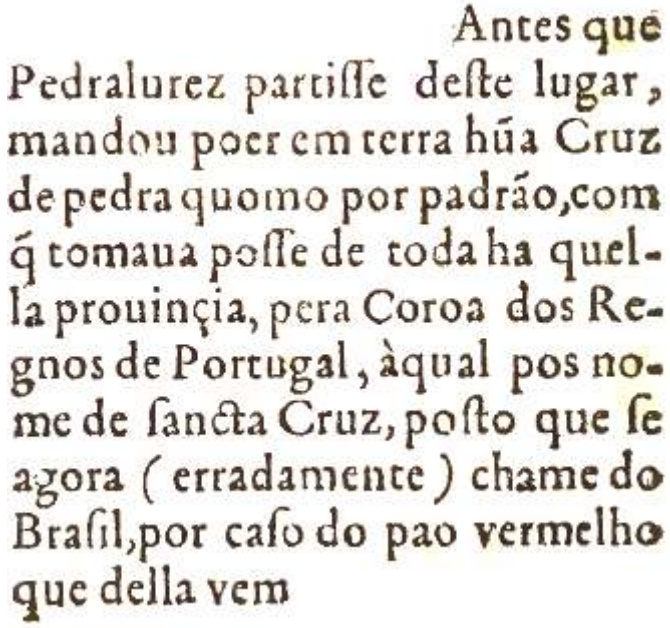


Per o qual nome Sancta cruz foy aquella térra nomeáda os primeiros annos: & a cruz aruoráda alguũs durou naquelle lugar. Porem como o demonio per o final da cruz perdeo o dominio que tinha ſobre nós, mediante a paixã de Chriſto Jeſu conſumada nella: tanto que daquella térra começou de vir o páo vermelho chamado braſil, trabalhou que eſte nome ficaſſe na boca do pouo, & que ſe perdeſſe ỏ de Sancta cruz. Como que importaua mais o nome de hũ páo que tinge panos: q̃ daquelle páo q̃ deu tintura a todolos ſacramentos per que ſomos ſaluos, per o ſangue de chriſto Jeſu que nelle foy derramado. E pois em outra couſa neſta párte me nam póſſo vingar do demónio, amoeſto da parte da cruz de Chriſto Jeſu a todolos que eſte lugar lerem, que dem a eſta térra o nome que com tanta ſolẽnidade lhe foy póſto, ſob pena de a meſma cruz que nos há de ſer moſtráda no dia final, ỏs acuſar de mais deuotos do pao braſil que della.

3.3. 1566 – PAO VERMELHO – Pedro de Goes

[9] O nome tupi, registrado pelo Pe, Luciano do Valle, Jgbîrapitãga (Ayrosa, 1938; Drummond, 1952) também significa “pau vermelho”.

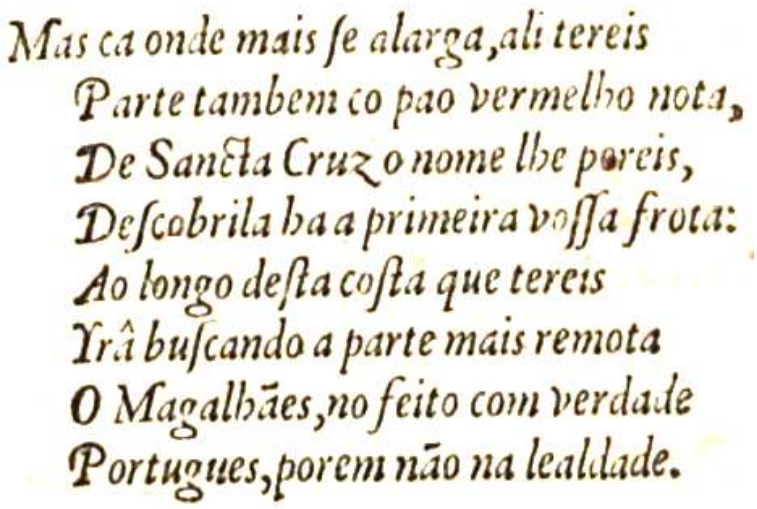
Disse Goes (1566: Cap. 55, fólios 51v):



Antes que
Pedralurez partiſſe deſte lugar,
mandou poer em terra hũa Cruz
de pedra quomo por padrão,com
q̃ tomaua poſſe de toda ha quel-
la prouinçia, pera Coroa dos Re-
gnos de Portugal, àqual pos no-
me de ſancta Cruz, poſto que ſe
agora (erradamente) chame do
Braſil,por caſo do pao vermelho
que della vem

3.4. 1572 – PAO VERMELHO – Camões (1572)

No Canto X, Estrofe 140 dos *Lusíadas* (Camões, 1572: 184) há os seguintes versos:



Mas ca onde mais ſe alarga, ali tereis
Parte tambem co pao vermelho nota,
De Sancta Cruz o nome lhe poreis,
Deſcobrila ha a primeira voſſa frota:
Ao longo deſta coſta que tereis
Yrâ buſcando a parte mais remota
O Magalhães, no feito com verdade
Portugues, porem não na lealdade.

3.5. 1587 – PÁO DE QUE SE FAZEM AS TINTAS, PÁO DE TINTA – Souza (G. S. de)

Em Souza (G. S. de) (1851) há várias passagens relativas ao pau-de-tinta:

P. 14:

É esta provincia mui abastada de mantimentos de muita substancia e menos trabalhosos que os de Hespanha. Dão-se n'ella muitas carnes assim naturaes d'ella, como das de Portugal, e maravilhosos pescados; onde se dão melhores algodões que em outra parte sabida, e muitos assucares tão bons como na ilha da Madeira. Tem muito páo de que se fazem as tintas.

P. 25:

Do Cabo de S. Roque á ponta de Goaripari são seis leguas, a qual está em quatro gráos e 1/4, onde a costa é limpa e a terra escalvada, de pouco arvoredo e sem gentio. De Goaripari á enseada da Itapitanga são sete leguas, a qual está em quatro gráos e 1/4; da ponta d'esta enseada á ponta de Goaripari são tudo arrecifes, e entre elles e a terra entram náos francezas e surgem n'esta enseada á vontade, sobre a qual está um grande médão de arêa; a terra por aqui ao longo do mar está despovoada do gentio por ser esteril e fraca. Da Itapitanga ao Rio Pequeno, a que os Indios chamam Baquipe, são oito leguas, a qual está em cinco gráos e um seismo. N'este rio entram chalupas francezas a resgatar com o gentio e carregar do páo da tinta, as quaes são das náos que se recolhem na enseada da Itapitanga.

P. 26:

Do Porto dos Buzios á Itacoatajara são nove leguas, e este rio se chama d'este nome por estar em uma ponta d'elle uma pedra de feição de pipa como ilha, a que o gentio por este respeito pôz este nome, que quer dizer Ponta da Pipa; mas o proprio nome do rio é Garatui, o qual está em altura de seis gráos. Entre esta ponta e o porto dos Buzios está a enseada Tabatinga, onde tambem ha surgidouro e abrigada para navios em que detraz da ponta costumavam ancorar náos francezas e fazer sua carga de páo da tinta.

P. 27:

Do rio de Camaratibe até á Bahia da Traição são duas leguas, a qual está em seis gráos e 1/3, onde ancoram náos francezas e entram

dos arrecifes para dentro. Chama-se esta bahia pelo gentio Pitagoar Acajutibiro, e os Portuguezes da Traição, por com ella matarem uns poucos de Castelhanos e Portuguezes que n'esta costa se perderam. N'esta bahia fazem cada anno os Francezes muito páo de tinta e carregam d'elle muitas náos.

P. 28

Na Bahia de todos os Santos soube o general Diogo Flôres, vindo ahi do estreito de Magalhães com seis náos que lhe ficaram da armada que levou, como os moradores de Pernambuco e Tamaracá pediam muito afincadamente ao governador Manoel Telles Barreto, que então era do Estado do Brazil, que os fosse soccorrer contra o gentio Pitagoar que os ia destruindo, com o favor e ajuda dos Francezes, os quaes tinham n'este rio da Parahiba quatro navios para carregar do páo da tinta

Pp. 341-342:

Ainda que pareça fóra de proposito o que se contém n'este capitulo, pareceu decente escrever aqui o que n'elle se contém, para se melhor entender a natureza e condição dos Tupinambás, com os quaes os Francezes, alguns annos antes que se povoasse a Bahia, tinham commercio; e quando se iam para França com suas náos carregadas de páo de tinta, algodão, e pimenta, deixavam entre os gentios alguns mancebos para aprenderem a lingoa e poderem servir na terra, quando tornassem de França, para lhes fazer seu regate; os quaes se amancebaram na terra, onde morreram, sem se quererem tornar para França, e viveram como gentios com muitas mulheres, dos quaes, e dos que vinham todos os annos á Bahia e ao rio de Segeripe em náos de França, se inçou a terra de mamelucos, que nasceram, viveram, e morreram como gentios; dos quaes ha hoje muitos seus descendentes, que são louros, alvos e sardos, e havidos por indios Tupinambás, e são mais barbaros que elles.

3.6. 1594 –PAO VERMELHO – Pedro de Mariz

Pedro de Mariz (Coimbra, ca. 1550 - Lisboa, 24 de novembro de 1615) foi um bibliotecário, historiador e escritor de Portugal. Tornou-se presbítero e bacharel em Cânones, e trabalhou na tipografia de seu pai, Antônio de Mariz, impressor régio da Universidade de Coimbra. Em 1602 foi indicado Guarda-Mor da Livraria do Estudo, sendo responsável pela importação de livros estrangeiros.

A sua principal obra é *Diálogos de vária história em que sumariamente se referem muitas coisas antigas*, na qual foi o primeiro a publicar as biografias dos monarcas lusos junto com seus retratos.

Em Mariz (1594: 338r) temos:

querendo que à quelle lugar & a toda a prouincia, ficaſſe o nome de Sãcta Cruz: & por eſte nome foy conhecida muytos annos, & a Cruz aruorada, durou ali algũs. Porem diz Ioão de barros, como o Demonio com o ſinal da Cruz perdeo todo o dominio que tinha ſobre os homẽs, receando perder tambem o muyto que poſſuia ſobre a quella prouincia, de que ainda hoje antre os barbaros d'ella eſtà tão apoderado, que ſe lhe communica com muyta facilidade muy particularmente: trabalhou que antre o pouo ſe eſqueceſſe o primeyro nome, & lhe ficaſſe o de Braſil, que he hum pao vermelho aſsi chamado, de que vem a eſte Reyno grandiſsima quantidade. Como que importaua mais, diz o meſmo Ioão de Barros; o nome de hum pao que tinge panos, que o d'aquelle diuino pao, que deu tinta & virtude a todos os Sacramentos, perque ſomos ſaluos, polo ſangue de Chriſto que nelle ſoy derramado. E pois em outra couſa, diz o meſmo, me não poſſo vingar do Demonio: amoeſto daparte da Cruz de Chriſto a todos os que eſte lugar lerem, que dem a eſta terra o nome que com tanta ſolennidade lhe foy poſto: ſobpena de a meſma Cruz, que nos ha de ſer moſtrada no dia final, os acuſar de mais deuotos do pao Braſil, que d'ella. E por honra de tão grande terra, chamemos lhe Prouincia, & digamos a Prouincia de Santa Cruz, que ſoa melhor antre prudentes; que Braſil, poſto per vulgo ſem conſideração, & não habilitado para dar nome ás propriedades da Coroa Real. São palauras de Ioão de Barros, no lugar acima.

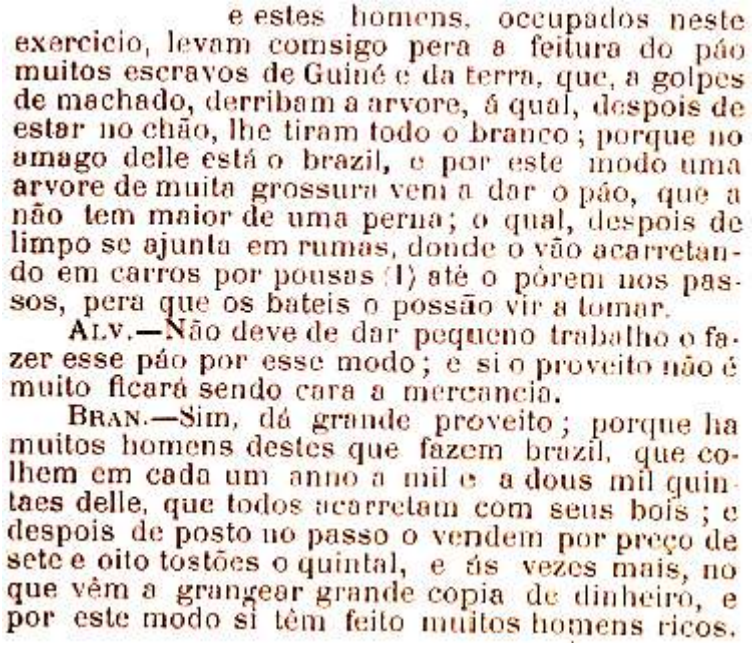
3.7. 1612 (10 de julho, Madri) – PAO VERMELHO – Filipe II

Carta régia (cópia de capítulo) do rei [D. Filipe II] sobre a importânia de a Fazenda Real administrar o arrendamento e contrato do pau-brasil da capitania de Pernambuco. **AHU_ACL_CU_015, Cx. 1, D. 25**[10]**.**

[10] Para significados dessas siglas, ver Apêndice II.

4. "BRASIL" COMO NOME DO *CORANTE*[11] EXTRAÍDO DO PAU-BRASIL

Essa distinção ("pois no âmago dele está o *brasil*") foi feita em 1618 por Ambrósio Fernandes Brandão, em sua obra das *Grandezas do Brasil* (Brandão, 1887: 24):



e estes homens, occupados neste exercicio, levam comsigo pera a feitura do páo muitos escravos de Guiné e da terra, que, a golpes de machado, derribam a arvore, á qual, despois de estar no chão, lhe tiram todo o branco; porque no amago delle está o brazil, e por este modo uma arvore de muita grossura vem a dar o páo, que a não tem maior de uma perna; o qual, despois de limpo se ajunta em rumas, donde o vão acarretando em carros por pousas (1) até o pôrem nos passos, pera que os bateis o possão vir a tomar.

ALV.—Não deve de dar pequeno trabalho o fazer esse páo por esse modo; e si o proveito não é muito ficará sendo cara a mercancia.

BRAN.—Sim, dá grande proveito; porque ha muitos homens destes que fazem brazil, que colhem em cada um anno a mil e a dous mil quintaes delle, que todos acarretam com seus bois; e despois de posto no passo o vendem por preço de sete e oito tostões o quintal, e ás vezes mais, no que vêm a grangear grande copia de dinheiro, e por este modo si têm feito muitos homens ricos.

[11] Bluteau (1712: 186) registrou: "Brasil, chamão os Pintores a huma cor, que elles fazem com rachas de Brasil, goma Arabica, & agoa ardente".

APÊNDICE I.
AS "TRÊS ESPÉCIES" DE PAU-BRASIL, SEGUNDO A *COROGRAFIA BRAZILICA* DO PE. AYRES DE CASAL (1817: 105-106)

Ha tres especies de páu *Brazil*: *Brazil-mirim*, que he o melhor; *Brazil-assú*, ou *Rozado*; e *Brazilêto*. O *Brazil-assú*, ou *Rozado*, assim chamado por ser o seu tronco o mais alto, e tambem o mais direito, he o menos grosso; e a tinta, que delle se extrahe, de menor consistencia, e mais rozada, donde lhe provém o segundo nome. O *Brazilêto*, que differe pouco do *assú*, ou *Rozado* na grandeza, e fórma do tronco, e copa, dá pouca tinta, e essa esmaiada. O *Brazil-mirim* tem o tronco mais grosso, a casca mais vermelha, e mais delgada; os espinhos mais miudos, e mais bastos; a folha mais miuda, e o cerne mais arroxado. Em todas tres a folha he pinnulada; a casca liza; e os espinhos começam no principio dos galhos athé a ponta dos ramos. A flor do *mirim* he branca, e muito miuda; e o cerne sendo chegado á lingua, logo depois de cortado, tem um amargo sensivel, que perde depois de secco, tornando-se em um adocicado agradavel. Estas arvores, que se dam tanto em môrros, como em varzeas, tornam a rebentar da porção do tronco, que ficou pegada á terra. Nota-se que nos matos, onde ha abundancia de *páu-Brazil*, não se encontram *Tapinhuans*, nem *Paróbas*. He páu pezado, excellente para construcção de edificios; mettido em agua dura eternamente; no fogo estala muito, e não faz fumaça. Certo observador notou que o tempo do córte desta madeira mais proprio para o rendimento da tinta, era o periodo da Lua-Nova no Inverno, e o do Quarto-Crescente no Verão; porque fóra destas occaziões sempre he sensivel uma porção de lymfa, que se extravaza pelos póros para as incizões dos golpes do machado: e que esta porção de agua era outra tanta quan-

tidade de tinta, que se perde; o que não succede, cortando-se a madeira nas conjunções referidas, quando as arvores não lançam de si liquido algum, sustendo toda a sua tinta. Huma porção de caparroza, e de cal, ou de cinza lançadas na decocção do *páu-Brazil* fazem uma tinta preta.

APÊNDICE II.
DOCUMENTOS RELATIVOS AO PAU-BRASIL DAS CAPITANIAS DO BRASIL (SÉCULOS XVII E XVIII) EXISTENTES NO ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO DE LISBOA[12]

(AHU: Arquivo Histórico Ultramarino; ACL: Administração Central de Liaboa; CU: Conselho Ultramarino; 005: Capitania da Bahia; 014: Capitania da Paraíba; 015: Capitania de Pernambuco; 017: Capitania do Rio de Janeiro; Cx.: caixa; D.: documento no.)

1604 (12 de julho, Valladolid)

Carta testemunhável (treslado) do rei de Portugal, D. Filipe II, aos contratadores do pau-brasil, aplicando sanções aos que o extraissem sem licença ou o tivesse em sua posse, não sendo contratador. **AHU_ACL_CU_005, Cx. 1, D. 1.**

Ant. a 1606 (15 de novembro, Olinda)

Requerimento do escrivão das Execuções da Fazenda Real e juiz do Peso do pau-brasil da capitania de Pernambuco, Antônio Vaz, pedindo o traslado dos autos apresentados contra ele no juízo da Provedoria da mesma capitania. **AHU_ACL_CU_015, Cx. 1, D. 25.**

1609 (30 de março, Olinda)

Certidão do tabelião de Notas de Olinda, Paulo de Sousa, declarando que o proprietário dos ofícios de escrivão da Fazenda Real, porteiro da Alfândega e juiz do Peso do pau-brasil da capitania de Pernambuco, Antônio Vaz, tem a faculdade de nomear João Freire para exercer os seus ofícios. **AHU_CU_015, Cx. 1, D. 28.**

1611 (18 de abril, Bahia)

Conhecimento que passou Domingos da Rosa, mestre do navio Santo António, do transporte de um lote de pau-brasil de São Salvador da Bahia para Lisboa. **AHU_ACL_CU_005, Cx. 1, D. 2.**

Ant. a 1612 (13 de julho, Lisboa)

Requerimento do mestre da caravela Nossa Senhora de Nazaré, Álvaro Lopes Brás, ao provedor e fiscais da Casa da Índia, pedindo certidão da carga de pau-brasil trazida da capitania de Pernambuco. **AHU_ACL_CU_015, Cx. 1, D. 30.**

1612 (10 dejulho, [Madrid])

Carta régia (cópia de capítulo) do rei [D. Filipe II] sobre a importância da Fazenda Real administrar o arrendamento e contrato do pau-brasil da capitania de Pernambuco. **AHU_CU_015, Cx. 1, D. 29.**

1613 (13 de março, Pernambuco)

Auto de devassa que mandou fazer o governador-geral do Estado do Brasil, Gaspar de Sousa, sobre o carregamento e a quantidade do pau-brasil saídos da capitania de Pernambuco. **AHU_CU_015, Cx. 1, D. 33.**

1613 (23 de abril)

Certidão do escrivão e almoxarife da Fazenda Real da capitania de Pernambuco, Luís de Siqueira, declarando que o mestre da nau Espírito Santo e Nossa Senhora da Boa Ventura, Jácomo Piades, recebeu quarenta quintais

[12] Estes documentos estão disponíveis na internet, em "Projeto Resgate, Centro de Memória Digital, Universidade de Brasília" e "Projeto Ultramar". Monotonamente, registram "PAO BRASIL", "PÁO BRASIL" etc.; são listados aqui para chamar a atenção dos linguistas para a riquíssima fonte de dados que apresentam, além de seu valor histórico; em muitos deles consta a quantidade de pau-brasil levada a Portugal.

de pau-brasil e descarregou na Casa da Índia. **AHU_ACL_CU_015, Cx. 1, D. 34.**

1613 (5 de julho)

Ceridão do Provedor e Oficiais da Fazenda Real da capitania de Pernambuco, declarando que o mestre da nau Espírito Santo e Nossa Senhora da Boa Ventura, Jácome Piades, recebeu trezentos quintais de pau-brasil, despachados pelo almoxarife Gabriel Correia de Bulhões. **AHU_ACL_CU_015, Cx. 1, D. 35.**

1613 (13 de setembro, Lisboa)

Consulta do Conselho da Fazenda ao rei [D. Filipe II] sobre avaliar a carta passada pelo Conselho da Índia dos ofícios de escrivão das execuções da Fazenda Real, porteiro da Alfândega e juiz do peso do pau-brasil da capitania de Pernambuco, a João Freire, sendo as cartas de tais ofícios da jurisdição do Conselho da Fazenda, por se referirem à administração do au-brasil e a Fazenda Real. **AHU_ACL_CU_015, Cx. 1, D. 36.**

Post. a 1617 (31 de agosto)

Requerimento do mestre do navio Santa Catarina, Antônio Aires, ao rei [D. Filipe II], pedindo o pagamento do valor do frete de pau-brasil que trouxe da capitania de Pernambuco e foi entregue na Casa da Índia. **AHU_ACL_CU_015, Cx. 1, D. 53.**

[ant. 1618, Fevereiro, 7, Lisboa]

Requerimento do fidalgo Martim de Sá ao rei [D. Filipe II] solicitando a capitania da Paraíba e Rio Grande, provisão para vencer 100.000 réis além de seu ordenado, e aumento deste em outros 100.000 réis pelo trabalho, risco e despesa, em troca pela mercê de governador e capitão do Rio de Janeiro, com superintendência e obrigação de defender o desembarque de inimigos e a carregação de pau-brasil nas costas das capitanias de Cabo Frio, Rio de Janeiro e São Vicente, sem lhe nomear ordenado. **AHU_CU_017, Cx. 1, D. 7.**

[ca. 1618, fevereiro, Lisboa]

Requerimento do [fidalgo] Martim de Sá ao rei [D. Filipe II] solicitando que a fazenda que se tomar aos navios inimigos que vão desembarcar nas capitanias do Rio de Janeiro, São Vicente e Cabo Frio a carregarem pau-brasil, seja logo distribuída aos soldados e a si, a que pertencer à Fazenda Real se remeta ao Reino, e que os oficiais da Fazenda Real daquelas capitanias não tomem os navios à sua ordem. **AHU_CU_017, Cx. 1, D. 10.**

1619 (6 de março, Madri)

Carta régia (capítulo) do rei [D. Filipe II] ao [Conselho da Fazenda] sobre o pagamento da vintena do pau-brasil ao capitão donatário da capitania de Pernambuco, Duarte de Albuquerque Coelho, ordenando que o dito donatário apresente os papéis originais da doação da vintena. **AHU_ACL_CU_015, Cx. 1, D. 64.**

1619 (23 de março, Rio de Janeiro)

Carta dos oficiais da Câmara da cidade do Rio de Janeiro ao rei [D. Filipe II] sobre o cumprimento das ordens que Martim de Sá lhes apresentou acerca de estar encarregado da superintendência das coisas de guerra na costa do sul, da fortificação de Cabo Frio, da defesa do pau-brasil e dos navios inimigos; e as diligências referentes à jornada do Rio Grande a tratar pazes com o gentio, verificar a existência de minas de cobre e estabelecer aldeias para defesa da costa. **AHU_CU_017, Cx. 1, D. 13.**

[ant. 1619, (6 de abril), Rio de Janeiro]

Carta do [governador e capitão-mor do Rio de Janeiro], Rui Vaz Pinto, ao rei [D. Filipe II] sobre a jornada ao Cabo Frio em que fez levantar duas naus inimigas que estavam a carregar pau-brasil, onde deixou em serviço homens e canoas, e patachos que enviou à capitania do Espírito Santo para buscar índios para a povoação de Cabo Frio, tendo feito essa despesa à conta da sua fazenda. **AHU_CU_017, Cx. 1, D. 14.**

1619 (7 de abril, Rio de Janeiro)

Carta do [fidalgo] Martim de Sá ao rei [D. Filipe II] sobre os acontecimentos ocorridos com uma nau holandesa que apresara uma galizabra portuguesa, de que era capitão Miguel de Sequeira Sanhudo; de 20 holandeses

que iam à água a Cabo Frio sendo 16 mortos pelos índios em cilada; que ia à fortaleza da Mina; que de volta ao Rio de Janeiro soube, por um barco vindo da capitania do Espírito Santo, que ao cabo de São Tomé acorreram naus inimigas pelo que partiu de novo com sua gente e índios para impedir o desembarque, onde teve notícia de que o padre João Lobato da Companhia de Jesus foi a uma missão fazer as pazes entre o gentio goitacás, por ordem do governador-geral do Estado do Brasil, D. Luís de Sousa; que em companhia do capitão de Cabo Frio afastaram os inimigos junto à ilha de Santa Ana que iam buscar pau-brasil; informando que não pôde ajudar seu pai na busca das minas, que teve conhecimento das minas de cobre, que fez descer o gentio, fundou aldeias e tratou das pazes, enviando amostras de murão e cobre do Rio Grande que o gentio usa para armas; solicitando regimento e ordens sobre o que fazer com os impedimentos impostos pelo governador e capitão-mor do Rio de Janeiro, Rui Vaz Pinto, no cumprimento do seu cargo de superintendente das coisas de guerra na costa do sul. **AHU_CU_017, Cx. 1, D. 15.**

1619 (8 de junho, Rio de Janeiro)

Carta do governador e capitão-mor do Rio de Janeiro, Rui Vaz Pinto, ao rei [D. Filipe II] sobre os roubos à Fazenda Real, no pau-brasil, na fundição de metais do almofariz da cidade e artilharia das fortalezas, para construção do engenho do ex-governador Constantino de Menelau com interesses do ex-capitão de Cabo Frio, Estevão Gomes, e mais pessoas da capitania, de que se fez devassa pelo ex-ouvidor Gonçalo Homem de Almeida, e tirou residência a Constantino de Menelau o desembargador Antão de Mesquita; do dinheiro que gastou da Fazenda Real, e solicita se lhe tire residência e levante a homenagem. **AHU_CU_017, Cx. 1, D. 18.**

1624a (19 de fevereiro, Olinda)

Carta do almoxarife João de Albuquerque de Melo ao rei [D. Filipe II] sobre o carregamento de pau-brasil na caravela do mestre Domingo Francisco, pago com o dinheiro dos direitos do contrato dos escravos de Angola. **AHU_ACL_CU_015, Cx. 2, D. 87.**

1624b (19 de fevereiro, Olinda)

Carta do almoxarife João de Albuquerque de Melo ao rei [D. Filipe III] sobre o carregamento de pau-brasil na nau do mestre Francisco Fernandes Monteiro, pago com o dinheiro dos direitos do contrato dos escravos de Angola. **AHU_ACL_CU_015, Cx. 2, D. 88.**

1624c (19 de fevereiro, Olinda)

Carta do almoxarife João de Albuquerque de Melo ao rei [D. Filipe III] sobre o carregamento de pau-brasil na caravela do mestre Pedro Martins Brito, pago com o dinheiro dos direitos do contrato dos escravos de Angola. **AHU_ACL_CU_015, Cx. 2, D. 89.**

1624c (19 de fevereiro, Olinda)

Carta do almoxarife João de Albuquerque de Melo ao rei [D. Filipe II] sobre o carregamento de pau-brasil no navio do mestre Gaspar Aires, pago com o dinheiro dos direitos do contrato dos escravos de Angola. **AHU_ACL_CU_015, Cx. 2, D. 90.**

1624d (19 de fevereiro, Olinda)

Carta do almoxarife João de Albuquerque de Melo ao rei [D. Filipe II] sobre o carregamento de pau-brasil no navio do mestre Antônio Alves, pago com o dinheiro dos direitos do contrato dos escravos de Angola. **AHU_ACL_CU_015, Cx. 2, D. 91.**

1624 (21 de fevereiro)

Carta do provedor da Fazenda Real da capitania de Pernambuco, Gregório da Silva de Almeida ao rei [D. Filipe III] sobre a saída da frota com oito embarcações, carregadas de pau-brasil; pago com o dinheiro dos direitos do contrato dos escravos de Angola. **AHU_ACL_CU_015, Cx. 2, D. 92.**

1624 (24 de fevereiro)

Carta do almoxarife João de Albuquerque de Melo ao rei [D. Filipe III] sobre o carregamento de pau-brasil na caravela do mestre Inácio Quaresma, pago com o dinheiro dos direitos do contrato dos escravos de Angola.

AHU_ACL_CU_015, Cx. 2, D. 93.

1624 (2 de maio, Olinda)

Carta do almoxarife João de Albuquerque de Melo ao rei [D. Filipe III] sobre o carregamento de pau-brasil na caravela do mestre Álvaro Pires Vareiro, pago com o dinheiro dos direitos do contrato dos escravos de Angola. **AHU_ACL_CU_015, Cx. 2, D. 96.**

1624 (12 de junho, Lisboa)

Consulta do Conselho da Fazenda ao rei [D. Filipe III] sobre restituição do dinheiro pertencente a Antônio Fernandes de Elvas e a Bula da Cruzada, utilizado para a compra do pau-brasil enviado ao Reino.
AHU_CU_015, Cx. 2, D. 98.

1624 (2 de julho, Lisboa)

Requerimento do mestre do navio Santa Catarina, Álvaro Pires Vareiro, ao rei [D. Fernando III], pedindo pagamento de frete do pau-brasil que transportou ao Reino. **AHU_ACL_CU_015, Cx. 2, D. 99.**

1625 (6 de agosto, [Lisboa])

Ofício do Sebastião Pestrelo ao [ex-governador geral do Estado do Brasil, Gaspar de Sousa], sobre a conveniência de se encarregar os jesuítas de administrarem o corte, transporte e guarda do pau-brasil antes do embarque nos navios, visando uma melhor conservação da madeira e evitando o seu descaminho. **AHU_CU_015, Cx. 2, D. 110.**

1625 (8 de agosto, Lisboa)

Carta do [ex-governador geral do Estado do Brasil] Gaspar de Sousa, ao rei [D. Filipe III], sobre ser impróprio ceder aos jesuítas a administração do corte, transporte e guarda do pau-brasil, sugerindo que esta responsabilidade seja transferida aos governadores e capitães das capitanias. **AHU_CU_015, Cx. 2, D. 111.**

1625 (23 de setembro, [Lisboa])

Carta de Sebastião Pestrelo sobre a conveniência de se empregarem os jesuítas na administração do corte, transporte e armazenamento do pau-brasil, antes de ser embarcado para o Reino. **AHU_CU_015, Cx. 2, D. 112.**

1625 (2 de outubro, Lisboa)

Carta do [conselheiro do Conselho da Fazenda], D. Luís de Sousa, ao rei [D. Filipe III], sobre não ser conveniente ao serviço real ceder aos jesuítas o direito de administração do contrato do pau-brasil na capitania de Pernambuco, por não terem índios suficientes e por existir um grande número de moradores que desta atividade retiram o próprio sustento. **AHU_CU_015, Cx. 2, D. 113.**

[ant. 1626, 22 de abril]

Requerimento de Simão Soares de Carvalho ao rei [D. Filipe III], pedindo o traslado de documentos relativos aos contratos do pau-brasil da capitania de Pernambuco. **AHU_CU_015, Cx. 2, D. 116.**

1626 (6 de junho, Lisboa)

Carta régia (capítulo) do rei de Portugal, D. Filipe III, ao [conselheiro do Conselho da Fazenda] Luís da Silva em resposta a uma consulta sobre o contrato do pau-brasil. **AHU_ACL_CU_005, Cx. 1, D. 15.**

1636 (28 de fevereiro, Lagoa do Norte)

Carta (cópia) de Bartolomeu Ferraz de Meneses, ao rei [D. Filipe III], sobre a carga de pau-brasil e outros materiais que enviou no patacho Nossa Senhora da Nazaré, de que é mestre Domingos Jorge. **AHU_CU_015, Cx. 3, D. 235.**

[ca. 1641]

Requerimento do capitão Domingos de Brito Bezerra, natural da capitania de Pernambuco, ao rei [D. João IV], pedindo licença para transportar pau-brasil da dita capitania para o Reino. **AHU_CU_015, Cx. 4, D. 317.**

1641 (8 de novembro, São Martinho do Porto)

Auto (treslado) ordenado pelo ouvidor do concelho de Alcobaça, Miguel Dourado de Mariz, sobre o patacho Santo António e São Francisco Xavier, do mestre Leonardo Afonso Facarra, que partira de Porto Seguro com destino a Lisboa, carregado de pau-brasil, caixas de açúcar e feixes, informando sobre sua carga, reparos feitos e condições da navegação. **AHU_ACL_CU_005, Cx. 1, D. 37.**

[ant. 1643, 10 de outubro]

Requerimento do capitão Francisco Godinho de Sousa, morador na cidade da Bahia, ao rei [D. João IV] solicitando provisão para embarcar pau-brasil, de Porto Seguro e Ilhéus para o Reino, visto o embargo que lhe fazem o feitor Simão Lopes do contratador Álvaro de Azevedo e os padres da Companhia de Jesus. **AHU_ACL_CU_005, Cx. 1, D. 49.**

1644 (14 de dezembro, Lisboa)

Parecer do Conselho Ultramarino sobre a carta de Gaspar de Brito Freire acerca dos efeitos do pau-brasil, falta de escravos, aumento e conservação do Brasil. **AHU_ACL_CU_005, Cx. 1, D. 61.**

1645 (30 de outubro, Lisboa)

Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. João IV sobre a carta dos moradores e povoadores do Rio das Caravelas em que solicitam prelado que os governe, e ajuda para compra de escravos para a extração de pau-brasil. **AHU_ACL_CU_005, Cx. 1, D. 65.**

1646 (27 de fevereiro, Lisboa)

Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. João IV, sobre as cartas do provedor da Fazenda Real da capitania de Pernambuco, Cosmo de Castro Passos acerca do carregamento de pau-brasil e açúcar. **AHU_CU_015, Cx. 5, D. 332.**

1646 (25 de agosto, Pernambuco)

Carta do [provedor da Fazenda Real da capitania de Pernambuco], Cosmo de Castro Passos, ao rei [D. João IV], sobre o envio da carga de pau-brasil ao Reino e a chegada de 18 navios e mil e quinhentos soldados holandeses, comandados por Sigismundo Schkoppe, e, pedindo socorro para a defesa da dita capitania. **AHU_CU_015, Cx. 5, D. 341.**

1647 (8 de julho, Lisboa)

Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. João IV, sobre as cartas do capitão Manoel de Queirós de Siqueira e do capuchinho francês, frei Sirilio, em nome dos mestres-de-campo e moradores das capitanias do Rio Grande, Paraíba, Itamaracá, Igaraçú e Sirinhaém, acerca da situação de miséria em que se encontram aqueles povos; do estado de guerra contra os holandeses; das pesadas contribuições que fazem para sustento dos soldados, da falta de gado e de munições; e pedindo socorros de munições, de militares qualificados, de liberdade para comercializar o pau-brasil e se lavrar os açúcares como antes, e que, durante a guerra se suspendessem todas as citações e demandas civis, e que não fossem providos forasteiros nas companhias militares. **AHU_CU_015, Cx. 5, D. 357.**

1647 (8 de agosto, Cabo de Santo Agostinho)

Carta do [provedor da Fazenda Real da capitania de Pernambuco], Cosmo de Castro Passos, ao rei [D. João IV], sobre o envio de pau-brasil para o Reino e pedindo prorrogação para o pagamento das dívidas dos moradores da dita capitania. **AHU_CU_015, Cx. 5, D. 360.**

1647 (15 de setembro, Pernambuco)

Carta do [provedor da Fazenda Real da capitania de Pernambuco], Cosmo de Castro Passos, ao rei [D. João IV], informando o envio de pau-brasil para o Reino na caravela do mestre João Nunes, por conta da Fazenda Real. **AHU_CU_015, Cx. 5, D. 361.**

1648 (20 de setembro, Porto Seguro)

Carta do capitão da nau Santo António, de Aveiro, ao rei [D. João IV] dando conta do carregamento de pau-brasil na nau Santo António, de Aveiro. **AHU_ACL_CU_005, Cx. 1, D. 78.**

1655 (15 de fevereiro, Lisboa)

Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. João IV, sobre o requerimento do judeu Abraão Coem, pedin-

do pagamento das dívidas, permissão para vender suas casas e embarcar para Holanda mil quintais de pau-brasil. **AHU_CU_015, Cx. 6, D. 522.**

1655 (6 de abril, Lisboa)

Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. João IV, sobre o que escreveu o mestre-de-campo geral da capitania de Pernambuco, Francisco Barreto, informando sua resolução de não permitir que os holandeses levassem o açúcar, o pau-brasil e o tabaco que pilharam durante a guerra. **AHU_CU_015, Cx. 6, D. 528**

1655 (13 de agosto, Lisboa)

Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. João IV, sobre o requerimento do proprietário dos ofícios de escrivão das Execuções da Fazenda, de porteiro da Fazenda e da Alfândega e juiz do Peso do Pau-brasil, João Freire, pedindo reforma da carta de propriedade dos ditos ofícios. **AHU_CU_015, Cx. 6, D. 540.**

1656 (11 de outubro, Lisboa)

Consulta do Conselho Ultramarino à rainha regente D. Luísa de Gusmão sobre o requerimento de Luís Freire, morador na capitania de Pernambuco, pedindo a conservação da serventia dos ofícios de escrivão das Execuções da Fazenda e juiz do Peso do Pau-brasil, durante o impedimento de seu irmão João Freire, proprietário dos ditos ofícios. **AHU_CU_015, Cx. 7, D. 572.**

[post. 1657, 15 de outubro, Lisboa]

Carta (cópia) do [presidente do Conselho Ultramarino], conde de Odemira, [D. Francisco de Faro e Noronha], ao secretário de estado, [Pedro Vieira da Silva], sobre o contrabando do pau-brasil na capitania da Paraíba. **AHU_CU_014, Cx. 1, D. 42.**

1657 (13 de novembro, Lisboa)

Consulta do Conselho Ultramarino à rainha regente D. Luísa de Gusmão, sobre a consulta da Junta da Companhia de Comércio do Estado do Brasil, sobre a admissão de navios holandeses e comércio de pau-brasil, nos portos da capitania de Pernambuco, particularmente em Cunhaú. **AHU_CU_015, Cx. 7, D. 597.**

1662 (15 de julho, Lisboa)

Parecer do [conselheiro do Conselho Ultramarino] Feliciano Dourado, sobre uma devassa acerca do contrabando de pau-brasil feito pelos holandeses no porto de João Lostão, no Rio Grande do Norte. **AHU_CU_018, Cx. 1, D. 6**

1663 (1º. de setembro, Lisboa)

Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. Afonso VI, sobre a queixa feita pela Junta do Comércio Geral do Estado do Brasil pelo fato do ouvidor e auditor da capitania de Pernambuco, Lourenço de Azevedo Mota, ter remetido a devassa tirada dos descaminhos do pau-brasil e demais fazendas dos administradores da Junta do Comércio da ditaa capitania ao Conselho Ultramarino e não para a dita Junta do Comércio Geral, que é quem possui jurisdição e competência para resolver e dá resolução ao caso. **AHU_CU_015, Cx. 8, D. 715.**

1664 (1º. de agosto, Recife)

Carta dos oficiais da Câmara do Pernambuco ao rei [D. Afonso VI], pedindo licença para embarcar trinta quintais de pau-brasil para o Reino. **AHU_CU_015, Cx. 8, D. 742.**

1665 (15 de maio, [Rio de Janeiro])

Representação dos moradores e povoadores do Rio das Caravelas ao rei [D. Afonso VI] sobre terem povoado e defendido a região à sua custa, e solicitando negros para poderem cultivar as suas fazendas ou uma quantia em dinheiro para os poder comprar, pagando-se posteriormente à Fazenda Real com o produto da venda de suas plantações de açúcar e pau-brasil, e se pague pela Fazenda Real o soldo e conceda a patente de vigário ao padre que os assiste na salvação de suas almas. **AHU_CU_017, Cx. 4, D. 360.**

1665 (9 de agosto, Olinda)

Carta dos oficiais da Câmara de Olinda ao rei [D. Afonso VI] sobre a situação miserável da dita capitania e, pedindo que se conceda licença para navegar por conta da dita Câmara quatro mil quintais de pau-brasil. **AHU_CU_015, Cx. 8, D. 775.**

1665 (12 de setembro, Lisboa)

Parecer do [conselheiro do Conselho Ultramarino], Feliciano Dourado, sobre o caso de Jerônimo Nunes da Costa, em que pede licença para um navio holandês buscar pau-brasil na capitania de Pernambuco, informando o conselheiro que tais concessões causam prejuízos tanto a Fazenda Real quanto a Companhia Geral do Comércio do Reino. **AHU_CU_015, Cx. 8, D. 777.**

1667 (10 de março, Olinda)

Carta dos oficiais da Câmara de Olinda ao rei [D. Afonso VI] sobre a entrega que fizeram do pau-brasil ao administrador da Junta do Comércio, Antônio Loureiro. **AHU_CU_015, Cx. 9, D. 813.**

1668, (20 dejulho, Rio de Janeiro)

Carta do governador do Rio de Janeiro, D. Pedro de Mascarenhas, ao rei [D. Afonso VI] sobre ter entregado ao almirante António de Sousa Montenegro, 30 peças de pau-brasil vindas do Cabo do Frio, para serem enviadas ao Reino, a fim de se examinar sua qualidade. **AHU_CU_017, Cx. 4, D. 371.**

1671 (8 de julho, Lisboa)

Representação dos [oficiais da Câmara e povo de Pernambuco], através de seu procurador, o capitão João Gomes Catanho, ao príncipe regente [D. Pedro], pedindo que ordene a Companhia do Comércio que desista do estanco e contrato que tem feito com os governadores, e aceite a obrigação de entregar aos administradores todo o pau-brasil que lhes for necessário, chegado ao porto no tempo de ser carregado. **AHU_CU_015, Cx. 10, D. 925.**

1673 (16 de junho, Lisboa)

Consulta do Conselho Ultramarino ao príncipe regente [D. Pedro] sobre requerimento de Manoel Cardoso, pedindo carta de propriedade dos ofícios de escrivão das Execuções e porteiro da Fazenda Real e da Alfândega e juiz do Peso do pau-brasil da capitania de Pernambuco, os quais recebera como dote de seu sogro Luís Freire. **AHU_CU_015, Cx. 10, D. 979.**

1692 (12 de fevereiro, Lisboa)

Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. Pedro II, sobre o requerimento do capitão de Infantaria da capitania de Pernambuco, Gregório Varela de Barreto, acusado de envolvimento nos descaminhos do pau-brasil, pedindo liberdade e julgamento. **AHU_CU_015, Cx. 15, D. 1566.**

1694 (8 de janeiro, Lisboa)

Consulta do Conselho Ultramarino ao rei [D. Pedro II] sobre o requerimento do proprietário dos ofícios de escrivão das Execuções da Fazenda e porteiro da Fazenda e Alfândega e juiz do Peso do Pau-brasil da capitania de Pernambuco, Luís Freire de Oliveira, pedindo a serventia dos ditos ofícios para Amaro Gonçalves Codorniz. **AHU_CU_015, Cx. 16, D. 1628.**

1694 (25 de maio, Cabo Frio)

Carta do capitão-mor do Cabo Frio, João Pereira de Lage, ao rei [D. Pedro II] sobre a grande quantidade de pau-brasil encontrada naquelas matas, remetendo amostra ao Reino. **AHU_CU_017, Cx. 6, D. 582.**

1697 (8 de novembro, Lisboa)

Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. Pedro II, sobre o requerimento do serventuário dos ofícios de escrivão das Execuções da Fazenda, porteiro da Fazenda, porteiro da Alfândega e juiz do Peso do Pau-brasil da capitania de Pernambuco, Amaro Gonçalves Codorniz, pedindo prorrogação por mais três anos da serventia dos ditos ofícios. **AHU_CU_015, Cx. 17, D. 1734.**

1699 (8 de junho, Recife)

Carta do governador da capitania de Pernambuco, Fernão Martins Mascarenhas de Lencastro, ao rei [D. Pedro II], sobre se ter encontrado um navio inglês carregado de pau-brasil naquela costa e da diligência que mandou fazer. **AHU_CU_015, Cx. 18, D. 1785.**

1699 (14 de junho, Rio de Janeiro)

Carta do governador do Rio de Janeiro, Artur de Sá e Meneses, ao rei [D. Pedro II] sobre remessa de pau-brasil procedente de Cabo Frio, com as marcas que identificam os toros dessa madeira e que foram entregues ao mestre João Coelho. **AHU_CU_017, Cx. 6, D. 670.**

1699 (4 de dezembro, Lisboa)

Decreto do rei D. Pedro II ao Conselho Ultramarino, ordenando que se consulte as informações dadas pelo administrador da capitania de Pernambuco sobre a pedra do lastro dos navios do porto, necessária à obra do armazém do pau-brasil. **AHU_CU_015, Cx. 18, D. 1798.**

1700 (20 de abril, Bahia)

Carta do governador-geral do Brasil João de Lencastre ao rei [D. Pedro II] em resposta à provisão régia sobre amostras de pau-brasil remetidas à corte. **AHU_ACL_CU_005, Cx. 3, D. 292.**

1700 (2 de maio, Rio de Janeiro)

Carta do governador e capitão-geral [do Rio de Janeiro], Artur de Sá e Meneses, ao rei [D. Pedro II], sobre a dificuldade de cumprir a ordem para queimar pau-brasil no sertão do Rio de Janeiro, por estar misturado com outras madeiras que são necessárias aos engenhos no fabrico do açúcar e no seu armazenamento. **AHU_CU_017, Cx. 7, D. 704.**

1700 (26 de junho, Recife)

Carta do governador da capitania de Pernambuco, Fernão Martins Mascarenhas de Lencastro, ao rei [D. Pedro II], sobre a ordem para confiscar o pau-brasil encontrado em mãos de pessoas sem autorização da Fazenda Real. **AHU_CU_015, Cx. 18, D. 1831.**

1700 (27 de setembro, Lisboa)

Consulta do Conselho Ultramarino ao rei Pedro II sobre a carta do governador da capitania de Pernambuco, Fernão Martins Mascarenhas de Lencastro, acerca da ordem recebida para queimar o pau-brasil que se achasse naquela capitania, sem prejuízo das fazendas dos vassalos. **AHU_CU_015, Cx. 19, D. 1843.**

1700 (5 de outubro, Lisboa)

Parecer do Conselho Ultramarino sobre a carta do ex-ouvidor-geral da Paraíba, João Tavares de Melo, acerca do envio do pau-brasil do sítio de Piragui para Pernambuco**. AHU_CU_014, Cx. 3, D. 235.**

Referências

Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1812a. *Collecção de noticias para a historia e geografia das nações ultramarinas que vivem nos dominios portuguezes ou lhes são visinhas. Publicada pela Academia Real das Sciencias. Tomo II. Num.os III, até VI.* Na Typographia da mesma Academia, Lisboa.

Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1812b. N.º III. Navegação do Capitão Pedro Alvares Cabral, escrita por um piloto portuguez. Traduzida da lingoa portugueza para a italiana, e novamente do italiano para o portuguez, pp. 107-137, *in* Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1812a, *q. v.*

Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1812c. No. V. Navegação às Indias Orientaes escrita em portuguez por Thomé Lopes. Traduzida da lingoa portugueza para a italiana, e novamentre do italiano para o portuguez, pp. iii-iv + 159-218, *in* Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1812a, *q. v.*

Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1813. *Collecção de noticias para a historia e geografia das nações ultramarinas que vivem nos dominios portuguezes ou lhes são visinhas. Publicada pela Academia Real das Sciencias. Tomo II. Num. VII. O livro de Duarte Barbosa.* Na Typographia da mesma Academia, Lisboa.

Andrade e Silva, J. J. de, 1854. *Collecção chronologica da legislação portugueza compilada e annotada por José Justino de Andrade e Silva bacharel formado em direito. 1603-1612.* Imprensa de J. J. A. Silva, Lisboa.

[Ayres de Casal, M.], 1817. *Corografia brazilica, ou relação historico-geografica do Reino do Brazil, composta e decicada a Sua Magestade Fidelissima por hum presbitero secular do Gram Priorado do Crato. Tom. I.* Impressão Regia, Rio de Janeiro.

Ayrosa, P. M. da S., 1938. *Vocabulario na Lingua Brasilica. Manuscrito português-tupi do século XVII, coordenado e prefaciado por Plinio Ayrosa.* Departamento de Cultura, São Paulo.

Azevedo, P. de, 1924. A instituição do Govêrno Geral, pp. 327-383, *in* Malheiro Dias, C., E, de Vasconcellos & R. Gameiro, orgs., *q. v.*

Baião, A., 1923. O comércio do pau Brasil, pp. 317-347 *in* Malheiro Dias, Vasconcellos & Gameiro, orgs., *q. v.*

Baião, A. & C. Malheiro Dias, 1924. A expedição de Cristóvam Jacques, pp. 59-94, *in* Malheiro Dias, C., E, de Vasconcellos & R. Gameiro, orgs., *q. v.*

Barros, J. de, 1552. *Asia de Joam de Barros, dos fectos que os Portugueses fizeram no descobrimento & conquista dos mares & terras do Oriente*. Impressa por Germão Galharde, Lisboa.

Barroso, G., 2000. *O Brasil na lenda e na cartografia antiga. 2ª. edição.* Edições GRD, São Paulo.

Basto, R. E. de A., 1892. *Esmeraldo de Situ Orbis por Duarte Pacheco Pereira. Edição comemorativa da descoberta da America por Christovão Colombo no seu quarto centenario sob a direcção de Raphael Eduardo de Azevedo Basto, Conservador do Real Archivo da Torre do Tombo, Membro da Commissão Colombina.* Imprensa Nacional, Lisboa.

Bluteau, R., Pe., 1712. *Vocabulario portuguez, e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico, brasilico, comico, critico, chimico, dogmatico, dialectico, dendrologico, ecclesiatico, etymologico, economico, florifero, forense, fructifero, geographico, geometrico, gnomonico, hydrographico, homonymico, hierologico, ichthyologico, indico, isagogico, laconico, liturgico, lithologico, medico, musico, meteorologico, nautico, numerico, neoterico, orthographico, optico, ornithologico, poetico, philologico, pharmaceutico, quidditativo, qualitativo, quantitativo, rethorico, rustico, romano, symbolico, synonymico, syllabico, theologico, terapeutico, technologico, uranologico, xenophonico, zoologico, autorizado com exemplos dos melhores escritores portuguezes, e latinos, e offerecido a El Rey de Portugal, D. Joaõ V pelo padre D. Raphael Bluteau, clerigo regular, doutor na Sagrada Theologia, Prégador da Raynha de Inglaterra, Henriqueta Maria de França & Calificador no sagrado Tribunal de Inquisiçaõ de Lisboa*, [Vol. 2, B-C; B; pp. 1-216, C: 1-654]. No Collegio das Artes da Companhia de Jesu, Coimbra.

Brandão, A. F., 1887. Dialogo Terceiro das Grandezas do Brasil. Interlocutores – Brandonio e Alviano (Continuação). *Revista do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano*, Recife 32: 3-38.

Camões, L. de, 1572. *Os Lusiadas*. Em casa de Antonio Gõçaluez, Liboa.

Castanheda, F. L. de, 1551. *Historia do descobrimento & conquista da India pelos Portugueses. Feyta por Fernão Lopez de Castanheda. E aprouada pelos senhores deputados da sancta Inquisição*. Iohão da Barreira & Iohão Aluarez, empressores del Rey na mesma universidade, Coimbra.

Cerqueira e Silva, I. A. de, 1937. *Memorias historicas e politicas da Provincia da Bahia do Cel. Ignacio Accioli de Cerqueira e Silva mandadas reeditar e annotadas pelo Governo deste Estado. Annotador Dr. Braz do Amaral (Da Academia de Letras da Bahia). Volume V.* Imprensa Official do Estado, Bahia [= Salvador].

Conde de Ficalho [Francisco Manuel de Melo Breyner], 1895. *Coloquios dos Simples e Drogas da India por Garcia da Orta. Edição publicada por deliberação da Academia Real das Sciencias de Lisboa, dirigida e annotada pelo Conde de Ficalho, socio effectivo da mesma academia.* Imprensa Nacional, Lisboa.

Corrêa da Serra, J., 1793. Livro Vermelho do Senhor Rey D. Affonso V, pp. 393-541, *in* seu *Collecção de livros ineditos de historia portugueza, dos reinados de D. João I., D. Duarte, D. Affonso V., e D. João II. Publicados de ordem da Academia Real das Sciencias de Lisboa. Por José Corrêa da Serra, secretario da mesma Academia, e socio de varias outras*. Na Officina da mesma Academia, Lisboa.

Desprez, F., 1564. *Recueil de la diversité des habits, qui sont de present en usage, tant es pays d'Europe, Asie, Affrique & Isles sauvages, le tout fait apres le naturel.* De l'imprimerie de Richard Bretyon, Paris.

Drummond, C., 1952. Vocabulário na língua brasílica. 1º. Vol. (A-H). 2ª. edição revista e confrontada com o Ms. fg. 3144 da Biblioteca Nacional de Lisboa. *Boletim da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo*, São Paulo 137 (Etnografia e Tupi-Guarani 21):

Eannes de Azurara, G., 1861. *Chronica do descobrimento e conquista de Guiné escrita por mandado de ElRei D. Affonso V. sob a direcção scientfica, e segundo as instrucções do illustre Infante D. Henrique. Pelo cronista Gomes Eanes de Azurara; fielmente trasladada do manuscrito original contemporaneo, que se conserva na Biblioteca Real de Paris, e dada pela primeira vez à luz por diligencia do Visconde da Carreira, Enviado Extraordinario, e Ministro Plenipotenciario de S. Magestade Fidelissima na corte de França. Precedida de uma introducção, e illustrada com algumas notas, pelo Visconde de Santarem, Socio da Academia real das Sciencias de Lisboa, e de um grande numero d'Academias e Sociedades sabias em Espanha, França, Italia, Inglaterra, Hollanda. Suecia, e America, etc.; e seguida d'um glossario das palavras e phrases antiquadas e obsoletas*. Publicada por J. P, Aillaud, Pariz.

Felner, R. J. de L., 1868. Lyvro dos pesos da Ymdia, e assy Medidas e Mohedas escripto por Amtonio Nunez em 1554, pp. 1-44, *in* seu *Subsidios para a historia da India Portugueza publicados de ordem da Classe de Sciencias Moraes, Politicas e Bellas-Letras da Academia Real das Sciencias de Lisboa e sob a direcção de Rodrigo José de Lima Felner, socio effectivo da mesma Academia. Obra subsidiada pelo Governo de Portugal contendo: I. O Livro dos Pesos, Medidas e Moedas, por Antonio Nunes. II. O Tombo do Estado da India, por Simão Botelho. III. Lembranças das cousas da India em 1525.* Typographia da Academia Real das Sciencias, Lisboa.

Figueiredo, E., J. Paiva, T. Stévart, F. Oliveira & G. F. Smith, 2011. Annotated catalogue of the flowering plants of São Tomé and Príncipe. *Bothalia* 41 (1): 41-82.

Fischer, J. & F. Ritter von Wieser, 1903. *Die älteste Karte mit dem Namen Amerika aus dem Jahre 1507 und die Carta marina aus dem Jahre 1516 des M. Waldseemüller (Ilacomilus)*. Wagner'schen Universitäts-Buchhandlung, Innsbruck.

Fischer, J. & F. Ritter von Wieser, 1907. *The* Cosmographiae introductio *of Martin Waldseemüller in Facsimile, Followed by the Four Voyages of Amerigo Vespucci, with their Translation into English*. The United States Catholic Historical Society, New York.

Gândavo, P. de M., 1576. *Historia da prouincia sãcta Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil feita por Pero de Magalhães de Gandavo, dirigida ao muito Ills. Sñor Dom Leonis Pra governador que foy de Malaca e das mais partes do Sul da India.* Officina de Antonio Gonsaluez, Lisboa.

Goes, D. de, 1566. *Chronica do felicissimo Rei Dom Emanvuel, composta por Damiam de Goes, dividida em qvatro partes, das quaes esta he ha primeira.* Em casa de Françisco Correa, impressor do sereníssimo Cardeal Infante, Lisboa.

Greenlee, W.B., 1938. *The voyage of Pedro Alvares Cabral to Brazil and India,* Hakluyt Society. London.

Hamy, E. T., 1907. Le bas-relief de l'Hotel du Brésil au Musée Départemental d'Antiquités de Rouen. *Journal de la Société des Américanistes de Paris* (n. s.) 4 (1): 1-6.

Kopke, D. & A. de C. Paiva, 1838. *Roteiro da viagem que em descobrimento da India pelo Cabo da Boa Esperança fez Dom Vasco da Gana em 1497. Segundo um manuscrito coetaneo existente na Bibliotheca Publica Portuense. Publicado por Diogo Kopke Lente de Mathematca na Academia Polytechnica do Porto, e o Dr. Antonio da Costa Paiva, Lente de Botanica e Agricultura da mesma Academia*. Typographia Commercial Portuense, Porto.

Lima, O., 1924, A Nova Lusitânia, pp. 287-323, *in* Malheiro Dias, C., E, de Vasconcellos & R. Gameiro, orgs., *q.v.*

Malheiro Dias, C., E, de Vasconcellos & R. Gameiro, orgs., 1924. *História da colonização portuguesa do Brasil. Edição monumental comemorativa do primeiro centenário da independência do Brasil. Volume III. A Idade Média Brasileira (1521-1580)*. Tipografia Nacional, Porto.

Mariz, P. de, 1594. *Dialogos de varia historia ẽ que summariamente se referem muytas cousas antiguas de Hespanha: & todas as mais notauues, q' em Portugal acontecerão em suas gloriosas Conquistas, antes & depois de ser leuantado a Dignididade Real & outras muytas de outros reynos, dignas de memória com os retratos de todos os Reys de Portugal.* Na officina de Antonio de Mariz, Coimbra.

Mendes Pinto, F., 1614. *Peregrinaçam de Fernam Mendez Pinto em que da conta de muytas e muyto estranhas cousas que vio & ouvio no reyno da China, no da Tartaria, no de Sornau, que vulgarmente se chama de Sião, no de Calaminhan, no do Pegù, no de Martauão, & em outros muytos reynos & senhorios das partes Orientais, de que nestas nossas do Occidente ha muyto pouca ou nenhua noticia. E também da conta de muytos casos particulares que acontecerão assi a elle como a outras muytas pessoas. E no fim della trata brevemente de alguas cousas, & da morte do Santo Padre Francisco Xavier, unica luz & resplandor daquellas partes do Oriente, & reitor nellas universal da Companhia de Iesus.* Pedro Crasbeeck, Lisboa.

Montalboddo, F. da, 1507. *Paesi nouamente retrouati. Et Nouo Mondo da Alberico Vespucio Florentino intitulato*. Henrico Vicentino, Vicentia.

Moraes, A. J. M., 1858. *Corographia historica, chronographica, genealogica, nobiliaria, e politica do Imperio do Brasil contendo noções historicas e politicas, a começar do descobimento da America e particularmente do Brasil, o tempo em que forão povoadas as suas differentes cidades, villas e lugares; seus governadores, e a origem das diversas familias brasileiras e seus appellidos, extrahida de antigos manuscriptos historicos e genealogicos, que em éras differentes se poderão obter: os tratados, as bullas, cartas regias &c., &c. A historia dos ministerios, sua politica, e cores com que apparecerão; a historia das assembléas temporária e vitalicia; e tambem uma exposição da historia da independencia, escripta e comprovada com documentos ineditos e por testemunhas oculares que ainda restão, e dos outros movimentos politicos: descripção geographica, viagens, a historia das minas e quinto do ouro &c., &c. afim de que se tenha um conhecimento exacto não só da geografia do Brasil, como da sua historia civil e politica. Tomo I.* Typographia Americana de José Soares de Pinho, Rio de Janeiro.

d'Oliveyra, N., Frei, 1620. *Livro das grandezas de Lisboa. Composto pelo padre Frey Nicolao d'Oliveyra religioso da Ordẽ da Sãctissima Trindade, & natural da mesma Cidade.* Iorge Rodriguez, Lisboa.

Olshin, B. B., 1996. A sixteenth century Portuguese report concerning an early Javanese world map. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro 2 (3): 97-104.

Papavero, N., D. M. Teixeira, W. Overal & J. R. Pujol-Luz, 2002. *O Novo Éden. A fauna da Amazônia Brasileira nos relatos de viajantes e cronistas desde a descoberta do rio Amazonas por Pinzón (1500) até o Tratado de Santo Ildefonso (1777). Com transcrição dos principais textos. 2ª. edição revista e amplada.* Museu Paraense Emílio Goeldo, Belém, PA.

Pato, R. A. de B., 1884. *Cartas de Affonso de Albuquerque seguidas de documentos que as elucidam pubicadas de ordem da Classe de Sciencias Moraes, Politicas e Bellas-Letras da Academia Real das Sciencias de Lisboa e sob a direcçõ de Raymundo Antonio de Brito Pato Socio da mesma Academia, Tomo I.* Typographia da Academia Real das Sciencias, Lisboa.

Poggio Baciolini, G. F., 1723. *Poggio Bracciolini florentini Historiae de Varietate Fortunae libri quatuor. Ex MS. Codice Bibliothecae Ottobonianae nunc primum editi, & notis illustrati a Dominico Georgio. Accedunt ejusd. Pogii Epistolae LVII, quae nunquam anteo prierunt. Omnia a Joanne Oliva Rhodigino vulgata.* Typis Antonii Urbani Coustelier, Serenissimi Aurelianensium Ducis, Typographi, Lutetiae Parisiorum.

Ramusio, G. B., 1550a. *Primo volvme delle Navigationi et Viaggi nel qval si contiene la descrittione dell'Africa, et del paese del Prete Ianni, con uarii uiaggi, dal mar Rosso a Calicut, & infin all'isole Molucche, doue nascono le spetierie, et la nauigatione attorno il mondo. Li nomi de gli avttori, et le navigationi, et i viaggi piv particolarmente si mostrano nel foglio segvente.* Appresso gli heredi di Lvcantonio Gvnti, Venetia.

Ramusio, G. B., 1550b. Navigation del Capitano Pedro Alvares scritta per un Pilotto Portoghese & tradotta de lingua Portoghesa in la Italiana, fólios 132r-138r, *in* Ramusio, 1550a, *q. v.*

Ramusio, G. B., 1550c. Navigation verso le Indie Orientali scritta per Thome Lopez, scrivano de una naue Portoghesa, tradotta in língua toscana, laqual fu mandata alla Magnifica Republica di Firenze, al tempo del Magnifico Messer Pietro Soderini Gonfaloniere perpetuo del popolo Fiorentino, fólios 143v - 156r , *in* Ramusio, 1550a, *q. v.*

Ramusio, G. B., 1563a. *Primo volume, & terza editione delle Navigationi et Viaggi raccolto da M. Gio. Battista Ramvsio, & con molti & vaghi discorsi, da lui in molti luoghi dichiarato & illustrato. Nel qvale si contengono la descrittione dell' Africa, & del paese del Prete Ianni, com varij viaggi, dalla Città di Lisbona, et del Mar Rosso infino à Calicut,et all'isole Molucche, doue nascono le spetierie, et la nauigatone attorno al mondo. Con la relatione dell'isola Giapan, scoperta nella parte del settentrione: Et alcuni capitoli appartenenti alla geographia, estratti dell'Historia del S. Giouan di Barros portoghese. Con tre tavole di geographia in disegno, che hanno le marine, secondo le carte da nauigare de portoghesi, & fra terra, secondo gli scrittori che hanno descritto li detti viaggi. Con due indici, l'uno delli nomi de gli autori che descriuono le dette nauigationi & viaggi: l'altro delle cose piu notabili di geographia, de costumi de popoli, delle spetierie, & d'altro che in esso volume si contengono.* Stamperia de Givnti, Venetia.

Ramusio, G. B., 1563b. Nauigatione de Pedro Aluarez scritta per vn Piloto Portoghese, & tradotta di lingua Portoghese in la Italiana, fólios 121v-127v, *in* Ramusio, 1653a, *q. v.*

Sousa, B. J. de, 1978. *O pau-brasil na história nacional. Com um capítulo de Artur Neiva e parecer de Oliveira Viana. Segunda edição.* Companhia Editora Nacional & Ministério da Educação e Cultura, Instituto Nacional do Livro, São Paulo [Brasiliana volume 162].

Souza, G. S. de, [1587], 1851. *Tratado descriptivo do Brazil em 1587. Edição castigada pelo estudo e exame de muitos codices manuscriptos existentes no Brazil, em Portugal, Hespanha e França, e accrescentada de alguns comentarios à obra por Francisco Adolpho de Varnhagen.* Typographia Universal de Laemmert, Rio de Janeiro.

Sylveira, S. E. da, [1618] 1904. Intento da jornada do Pará. *Annais da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro* 26: 361-366.

Thevet, A., 1558. *Les singvlaritez de la France Antarctiqve, avtrement nommée Amerique: & de plusieurs Terres & Isles decouuertes de nostre temps.* Chez les heritiers de Maurice de la Porte, Paris.

Varnhagen, F. A. de, 1839. *Diario da Navegação da armada que foi á Terra do Brasil – em 1530 – de Martim Affonso de Souza, escripto por seu irmão Pero Lopes de Souza. Publicado por Francisco Adolfo de Varnhagen.* Typographia da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis, Lisboa.

[Varnhagen, F. A. de], 1854. *Historia geral do Brazil isto é do descobrimento, colonização, legislação de desenvolvimento deste Estado, hoje imperio independente, escripta em presença de muitos documentos autênticos recolhidos nos archivos do Brasil, de Portugal, da Hespanha e da Hollanda, por um socio do Instituto Historico do Brazil, natural de Sorocaba. Tomo primeiro*. E. e H. Laemmert, Rio de Janeiro.

Varnhagen, E. A. de, Visconde de Porto Seguro, ed., 1861. Llyuro da náao Bertoa que vay para a Terra do Brazil [de Duarte Fernandes, 1511]. *Revista trimensal do Instituto Historico e Etnographico do Brasil*, Rio de Janeiro 24:96-111.

Vasconcellos, S. de, S. J., 1658. *Vida do P. Joam d'Almeida da Companhia de Iesv, na Provincia do Brazil, composta pello Padre Simam de Vasconcellos da mesma Companhia, Prouincial na dita Prouincia do Brazil. Dedicada ao senhor Salvador Correa de Sâ & Benauides dos Conselhos de Guerra, & Vltramarino de Sua Magestade.* Officina Craesbeeckiana, Lisboa.

Vasconcellos, S. de, S. J., 1663. *Chronica da Companhia de Jesu no Estado do Brasil, e do que obraram seus filhos n'esta parte do Novo Mundo. Em que se trata da entrada da Companhia de Jesu nas partes do Brasil, dos fundamentos que n'ella lançaram e continuaram seus religiosos, e algumas noticias antecedentes, curiosas e necessarias das cousas d'aquelle estado.* Lisboa.

Vasconcellos, S. de, S. J., 1668. *Noticias cvriosas, e necessarias das covsas do Brasil. Pello P. Simam de Vasconcellos da Companhia de Iesvs, Natural da Cidade do Porto, Lente que foi da Sagrada Theologia, & Prouincial naquelle Estado.* Officina de Ioam da Costa, Lisboa.

Vasconcellos, S. de, S. J., 1672. *Vida do veneravel Padre Ioseph de Anchieta da Companhia de Iesv, tavmatvrgo do Nouo Mundo, na Prouincia do Brasil. Composta pello P. Simam de Vasconcellos, da mesma Companhia, lente de prima na sagrada teologia, & prouincial que foi na mesma prouincia, natural da cidade do Porto* [pp. 1-593] + *Recopilaçam da*

vida do P. Ioseph de Anchieta. Officina de Ioam da Costa, Lisboa.

Waldseemüller, M., 1507 [25 de abril]. *Cosmographiae introductio, cvm qvibusdam geometriae ac astronomiae principiis ad eam rem necessariis. Insuper quatuor Americi Vespucij navigationes. Vniversalis cosmographię descriptio tam in solido*  *plano, eis etiam insertis quę Ptholomęo ignota a nuperis reperta sunt.* Walter & Nikolaus Lus, St. Dié-des-Vosges.